



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Pós-Graduação em Serviço Social

ROBERTA MENEZES SOUSA

**A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO
NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014): articulação entre as lutas por
direitos democráticos e a resistência anticapitalista**

RECIFE
2018

ROBERTA MENEZES SOUSA

**A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO
NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014): articulação entre as lutas por
direitos democráticos e a resistência anticapitalista**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais, para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Rodrigues Costa

RECIFE
2018

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S725d

Sousa, Roberta Menezes

A direção sociopolítica do movimento feminista brasileiro no governo Dilma Rousseff (2011-2014) / Roberta Menezes Sousa. - 2018.

173 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Rodrigues Costa.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018.

Inclui referências.

1. Movimentos feministas. 2. Patriarcado. 3. Capitalismo. I. Costa, Mônica Rodrigues (Orientadora). II. Título

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2018 – 141)

ROBERTA MENEZES SOUSA

A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO NO
GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2014): articulação entre as lutas por direitos
democráticos e a resistência anticapitalista

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em Serviço
Social.

Aprovada em 06/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª MÔNICA RODRIGUES COSTA
Universidade Federal de Pernambuco
Orientadora

Profª Drª ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA
Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Interna

Profª Drª ALCILEIDE CABRAL DO NASCIMENTO
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinadora Externa

Profª Drª SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora Externa

Profª Drª VÍVIAN MATIAS DOS SANTOS
Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Externa

*Às companheiras Marylucia Mesquita,
Marielle Franco, Jocide Benício e Olívia
Cruz*

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese se deu em um momento de muitas transformações, tanto na vida pessoal como na vida política do país. No momento que comecei o doutorado, fui aprovada no concurso público para professora de Serviço Social do IFCE. Viajava grávida, semanalmente, para assistir as aulas do doutorado. Elis nasceu, me separei, perdi amigas queridas. No cenário político, das jornadas de junho de 2013, com a tomada das ruas pela juventude que insurgiu reivindicando mais direitos à eleição de um Congresso Nacional, considerado um dos mais conservadores desde 1964. Das manifestações reacionárias e conservadores, com a presença da direita política nas ruas à “Primavera Feminista”, contra os retrocessos na legislação do aborto em vigor no país, no ano de 2015. Do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff com a consolidação de um cenário de golpe favorável às classes dominantes ao início do Governo ilegítimo de Michel Temer. Não foram anos fáceis para a elaboração de uma tese, mas ela está aqui e agradeço a pessoas que foram fundamentais que contribuíram para sua concretização!

À minha mãe, *Gilvania Menezes*, pelo apoio e pela generosidade ao ajudar-me nos cuidados de Elis e suprir minhas ausências.

À *Elisinha*, que mesmo tão pequena, se mostrou compreensiva durante esse processo. Desculpe minha filha, pelas ausências e pelas presenças ausentes!

A todas as mulheres que ao cuidarem de Elis, oportunizaram que a tese fosse escrita: *Germana, Daiane, Marciana, Lilinda, Fafá e Dadá*.

À minha orientadora e amiga, Prof^a *Mônica Rodrigues Costa*, pelas orientações que permitiram refletir sobre as ideias aqui desenvolvidas e pelo companheirismo, apoio, serenidade e paciência!

À banca examinadora, pela disposição em participar dos momentos de pré-banca e banca final e as contribuições para o aprimoramento do trabalho: *Ana Cristina Vieira Souza, Alcileide Cabral do Nascimento, Silvana Mara de Moraes dos Santos, Vívian Matias dos Santos*,

Às/ aos companheiras/ os do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em especial, à Comuna-Ceará.

Às companheiras *Erlenias Sobral, Lenilucia Gomes, Raquel Brito, Régia Prado, Ruth Bittencourt, Sâmbara Paula, Irene Jucá* e ao companheiro *Leo Santos*. Com vocês, ando melhor!

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e ao Curso de Serviço Social, especialmente, às companheiras professoras *Moíza Síbéria, Elydiana Souza, Michele Ribeiro e Renata Lígia*.

À *Mítiça Kelly*, psicoterapeuta, que sem seu apoio profissional teria sido mais difícil chegar até aqui!

À Biblioteca do Serviço Social do Comércio (SESC), em especial, à *Sara*.

À *Joice Nunes*, o meu agradecimento por cuidar da tese e revisá-la. Deixo seu contato para quem precisar: joicenunespapeloficio@gmail.com.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE e aos professores, que me oportunizaram realizar o Curso de Doutorado e deram o seu melhor!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pela concessão da bolsa de pesquisa.

RESUMO

O contexto de mundialização do capitalismo, de ascensão das políticas neoliberais e de integração do Brasil ao capitalismo global incide no processo de reorganização do movimento feminista brasileiro e na mundialização das lutas feministas contra o capitalismo e o patriarcado. Entre meados de 1990 e a primeira década dos anos 2000, novas organizações feministas emergem no país, face às consequências negativas da ortodoxia neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres, trazendo desafios teórico-políticos para interpretar e intervir sobre a realidade, com a retomada das discussões acerca das relações entre patriarcado e capitalismo. Numa perspectiva crítico-dialética, ao tempo em que o cenário adverso implica em limites e desafios para o movimento feminista — mas que também, contraditoriamente, impulsiona a reorganização e potencialização das lutas feministas em âmbito nacional e mundial —, a presente tese objetiva analisar as repercussões do cenário de exaurimento do modelo neodesenvolvimentista e da escalada do conservadorismo ideológico no país sobre a direção sócio-política do movimento feminista, em particular, as organizações feministas Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Movimento Mulheres em Luta (MML). Desta forma, apresentamos a constituição de tais organizações; identificamos as pautas políticas trazidas por elas e as perspectivas teórico-políticas inscritas na abordagem destas; e por fim, as implicações para as lutas feministas e materialização dos direitos para as mulheres e as posições políticas do movimento feminista frente ao governo Dilma, particularmente sobre os avanços e recuos da agenda feminista. O estudo adotou como procedimentos metodológicos a apreciação das publicações das três organizações feministas, entre 2011 e 2014, contidas nos seus sítios da internet, considerando o quadro teórico, o contexto, os conceitos-chaves, os interesses e as proposições inerentes a estes documentos. Os resultados da pesquisa revelam que a orientação geral das lutas estiveram, primordialmente, voltadas para a manutenção dos direitos das mulheres, diante das ameaças de retrocessos às conquistas históricas dos movimentos, seja em razão da adoção de uma política macro-econômica que resultou em restrições no orçamento social e corte nos investimentos públicos em políticas sociais, seja em virtude de uma conjuntura marcada pelo avanço de uma ofensiva conservadora, colocando em xeque a ampliação e efetivação dos direitos das mulheres. Face aos compromissos com os interesses mais imediatos e históricos das mulheres, não abdicaram da defesa de um projeto societário emancipatório com vistas ao declínio de uma sociedade baseada na tríade capitalismo-patriarcado-racismo.

Palavras-chave: Movimentos feministas. Patriarcado. Capitalismo.

ABSTRACT

The context of the globalization of capitalism, the rise of neoliberal policies and the integration of Brazil into global capitalism, is a process of reorganization of the Brazilian feminist movement and the globalization of feminist struggles against capitalism and patriarchy. Between the mid-1990s and the first decade of the 2000s, new feminist organizations emerge in the country in the face of the negative consequences of neoliberal orthodoxy on women's life and work, bringing theoretical-political challenges to interpret and intervene on reality, with resumption of discussions on the relationship between patriarchy and capitalism. In a critical-dialectical perspective, at the time when the adverse scenario implies limits and challenges for the feminist movement - but also, contradictorily, it drives the reorganization and potentialization of feminist struggles at the national and world level - this thesis aims to analyze the repercussions of the scenario of exhaustion of the neodevelopmental model and of the escalation of ideological conservatism in the country on the socio-political direction of the feminist movement, in particular the feminist organizations Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), World March of Women (MMM) and Women's Movement in Fight (MML). In this way, we present the constitution of such organizations; we identify the political guidelines brought by them and the theoretical-political perspectives inscribed in their approach; and finally the implications for the feminist struggles and materialization of women's rights and the political positions of the feminist movement vis-à-vis the Dilma government, particularly the advances and retreats of the feminist agenda. The study adopted as methodological procedures the appreciation of the publications of the three feminist organizations, between 2011 and 2014, contained in its websites, considering the theoretical framework, context, key concepts, interests and propositions inherent in these documents. The results of the research reveal that the general orientation of the struggles of the three feminist organizations was primarily focused on the maintenance of women's rights in the face of threats of retreats to the historical achievements of the movements, whether due to the adoption of a macroeconomic policy which resulted in restrictions on the social budget and cuts in public investments in social policies, either because of an environment marked by the advance of a conservative offensive, putting in check the expansion and effectiveness of women's rights. Faced with the commitments with the most immediate and historical interests of women, they did not give up the defense of an emancipatory corporate project

Keywords: Feminist movements. Patriarchate. Capitalism.

RESUMEN

El contexto de la mundialización del capitalismo, del ascenso de las políticas neoliberales y de la integración del Brasil al capitalismo global incide en el proceso de reorganización del movimiento feminista brasileño y en la mundialización de las luchas feministas contra el capitalismo y el patriarcado. Entre mediados de 1990 y la primera década de los años 2000, nuevas organizaciones feministas surgieron en el país, ante las consecuencias negativas de la ortodoxia neoliberal sobre la vida y el trabajo de las mujeres, planteando desafíos teóricos y políticos para comprender y intervenir en la realidad, por la reanudación de las discusiones referente las relaciones de patriarcado y capitalismo. Mediante la perspectiva crítica y dialéctica, mientras que el contexto adverso implica en límites y retos para lo movimiento feminista – pero también, por el contrario, impulsa la reorganización y fortalecimiento de las luchas feministas en ámbito nacional y internacional –, la presente tesis objetiva analizar las repercusiones del escenario de agotamiento del modelo nuevo desarrollismo y da ascensión del conservadurismo ideológico en el país en la dirección socio-política del movimiento feminista, en particular, las organizaciones feministas: Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB), Marcha Mundial de las Mujeres (MMM) y Movimiento Mujeres en Lucha (MML). Así, introducimos la constitución de tales organizaciones; identificamos las pautas políticas traída por ellas y sus perspectivas teórico-políticas; y finalmente las implicaciones para las luchas feministas y la materialización de los derechos de las mujeres y las posiciones políticas del movimiento feminista frente al gobierno Dilma, en particular, acerca de los avances y retrocesos de la agenda feminista. El estudio adoptó como procedimientos metodológicos la apreciación de las publicaciones de las tres organizaciones feministas, entre 2011 y 2014, contenidas en sus sitios de internet, considerando el cuadro teórico, el contexto, los conceptos-clave, los intereses y las proposiciones intrínsecas de estos documentos. Los resultados de la investigación revelan que la orientación general de las luchas de las tres organizaciones feministas estuvo, principalmente, enfocadas en el mantenimiento de los derechos de las mujeres, delante de las amenazas de retrocesos en las conquistas históricas de los movimientos, sea por la adopción de una política macroeconómica que ha provocado restricciones en el presupuesto social y recortes en las inversiones públicas en políticas sociales, sea como consecuencia de una coyuntura marcada por el avance de una ofensiva conservadora, que contesta la ampliación y consolidación de los derechos de las mujeres. Ante los compromisos con los intereses más inmediatos y históricos de las mujeres, no han renunciado la defensa de un proyecto societario emancipatorio que pretende el declive de una sociedad basada en la triada capitalismo-patriarcado-racismo.

Palavras Claves: Movimientos feministas. Patriarcado. Capitalismo.

LISTA DE SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
APG	Agência Patrícia Galvão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CMB	Casa da Mulher Brasileira
CNDM	Conselho Nacional de Direitos das Mulheres
CNPM	Conferencia Nacional de Políticas para as Mulheres
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CSP	Central Sindical e Popular
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MML	Movimento Mulheres em Luta
MPL	Movimento Passe Livre
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
NIC	New Industrializes Countries
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PC do B	Partido Comunista do Brasil
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PED	Países em Desenvolvimento
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UBM	União de Mulheres Brasileiras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A EMERSÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL NO CONTEXTO DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	24
2.1	Crise de acumulação capitalista, financeirização do capital e neoliberalismo..	26
2.2	A emersão do <i>Novo Feminismo</i> no contexto de crise fordista-keynesiana e sua chegada ao Brasil ditatorial.....	34
2.3	O movimento feminista brasileiro sob a égide do neoliberalismo: do feminismo “institucionalizado” à constituição do feminismo antipatriarcal, antipatriarcal e antirracista.....	40
2.4	O governo Dilma Rousseff e as políticas públicas para as mulheres (2011-2014).....	48
2.5	As consequências contemporâneas da lógica destrutiva do capital sobre a vida e o trabalho das mulheres: um breve panorama do Brasil e do mundo	63
3	O PENSAMENTO MARXISTA CLÁSSICO SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA: LIBERTAÇÃO DAS MULHERES E TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA.....	73
3.1	Vladimir Ilich Lenin: a mulher e a construção do socialismo.	75
3.2	Clara Zetkin: a mulher e a luta pela sua liberdade... ..	77
3.3	Leon Trotsky: a construção do socialismo e a emancipação das mulheres..	81
4	OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICAS NA PRODUÇÃO FEMINISTA SOBRE A RELAÇÃO PATRIARCADO E CAPITALISMO	85
4.1	Patriarcado e capitalismo como sistemas autônomos ou a tese <i>dos sistemas duplos ou triplos</i>	91
4.1.1	Danièle Kergoat e as relações sociais de sexo: o trabalho como categoria fundamental dos conflitos, tensões e antagonismos entre homens e mulheres..	91
4.1.2	Heidi Hartmann: de um casamento infeliz a uma proposta de uma união mais progressista entre o marxismo e o feminismo... ..	95
4.2	A tese do <i>capitalismo indiferente</i> às relações de gênero... ..	102
4.3	O patriarcado como parte integrante do capitalismo: por uma teoria unitária	105

4.4 Heleieth Saffioti: o patriarcado como sistema de dominação-exploração e o conceito de <i>nó</i> das relações sociais de sexo, raça e classe social ...	107
5 A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO NO GOVERNO DILMA (2011-2014): A LUTA POR DIREITOS DEMOCRÁTICOS E A RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA	113
5.1 Movimentos feministas brasileiros: caracterização.....	117
5.1.1 Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB): “Sem pedir permissão, as mulheres transformam o mundo!”	117
5.1.2 Marcha Mundial das Mulheres (MMM): “Contra uma globalização machista, uma revolução feminista”	121
5.1.3 Movimento Mulheres em Luta (MML): “Somos mulheres em Luta: contra o machismo e a exploração, em defesa da mulher trabalhadora!”	124
5.2 A direção sociopolítica do movimento feminista no Governo Dilma (2011-2014):	127
5.2.1 A agenda do movimento feminista: lutas e desafios para a garantia dos direitos das mulheres	127
5.2.2 Perspectivas teórico-políticas das organizações feministas: a articulação entre gênero, classe e raça	131
5.2.3 Posicionamentos políticos das organizações feministas frente o Governo Dilma Rousseff	141
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	160

1 INTRODUÇÃO

A presente tese analisou a direção sociopolítica do movimento feminista¹ brasileiro contemporâneo — em particular, das organizações feministas Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Movimento Mulheres em Luta (MML) — durante o período do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014), face à crise do modelo neodesenvolvimentista e ao ascenso do conservadorismo, que trouxe consequências para as lutas feministas e para o avanço dos direitos das mulheres no país.

As profundas modificações sofridas pelo capitalismo, a partir dos anos 1970, colocaram em movimento uma ofensiva para garantir que o capital continuasse a acumular e concentrar riquezas. No cenário de intensificação da globalização neoliberal, a privatização e a mercadificação dos direitos sociais estiveram entre as estratégias para o alcance de tal fim. Com a abertura de novos campos para a acumulação de capital, vários direitos civilizatórios conquistados pelas gerações anteriores, especialmente nas áreas de utilidade pública e dos benefícios sociais, foram eliminados (HARVEY, 2013), impedindo mudanças mais significativas nas condições de vida e trabalho das mulheres.

O acirramento das desigualdades sociais e de gênero foram determinantes para o processo de reorganização e revigoração do movimento e das lutas feministas em âmbito internacional, as quais se deram sob uma perspectiva antissistêmica, antipatriarcal e antirracista. As três organizações feministas brasileiras que estudamos neste trabalho, produtos históricos dessa quadra de crise capitalista, cuja temporalidade inaugura-se em meados dos anos de 1970, constituíram-se entre a segunda metade dos anos 1990, período de consolidação da ordem neoliberal, e a primeira década dos anos 2000, em uma conjuntura marcada pela crise do projeto neoliberal.

A passagem para os anos 1990 representou afirmação da nova ortodoxia, a neoliberal, em uma conjuntura de “crise e luta de classes que levou à vitória do neoliberalismo em polos importantes do sistema mundial” (ALVES, 2016, p. 102). No

¹ Na tentativa de dar conta da complexidade do pensamento teórico feminista e das próprias organizações feministas, autoras vêm utilizando *feminismo* e *movimento feminista* no plural, no sentido de dar visibilidade às diferenças e de reconhecer a diversidade que caracteriza o movimento. No entanto, neste trabalho, optamos por adotar os dois termos no singular, ao reconhecer que, historicamente, apesar de não se tratarem de um campo teórico-prático homogêneo, apresentam um fundamento comum — a luta pela superação das desigualdades entre mulheres e homens —, diferenciando-se nas interpretações sobre as desigualdades e nas estratégias para superá-las.

continente latino-americano, ascenderam governos neoliberais dispostos a aplicar o Consenso de Washington para direcionar as economias da região, mediante a integração dos países da América Latina ao capitalismo mundial (HARVEY, 2013; ALVES, 2016).

No Brasil, a entrada para a política neoliberal data dos anos 1990 — mais especificamente, no governo de Fernando Collor de Mello² —, quando ocorreu um processo de integração do país às exigências do capital financeiro mundial a partir de reformas estruturais na economia (ALVES, 2016). A agenda neoliberal seguiu sendo implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso³, orientada pela “[...] abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado” (ALVES, 2016, p. 105), em conformidade com as orientações políticas e econômicas advindas do Consenso de Washington.

É nesse contexto que a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) surge, em 1995, como uma articulação de organizações para a participação e o monitoramento da plataforma da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, da Organização das Nações Unidas (ONU), em Pequim (Beijing). Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o direcionamento político da AMB voltou-se à reivindicação de políticas públicas para as mulheres. Posteriormente, em virtude do realinhamento político nos anos 2000, define-se como movimento anticapitalista, antipatriarcal e antirracista.

Com a crise do neoliberalismo — que chegou primeiro ao continente latino-americano no final do século XX para, mais tarde, alcançar o centro imperialista, em 2008 —, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) surge no Brasil, em 1998, e consolida-se enquanto movimento em 2000, quando estabelece a luta contra o capitalismo e o patriarcado como sua direção sociopolítica. Na defesa de um feminismo autônomo como alternativa ao processo de institucionalização do feminismo brasileiro nos anos 1990, sua perspectiva política volta-se para a construção de uma agenda feminista crítica ao neoliberalismo.

Castelo (2012) destaca duas movimentações políticas na região no respectivo período. De um lado, a ascensão de governos populares devido à mobilização das classes

² Em dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito o primeiro presidente pelo eleitorado brasileiro, após o movimento das Diretas Já e da democratização do país, conforme a Constituição democrática de 1988. À época, estava no Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Em maio de 1992, renunciou à Presidência da República devido às acusações crescentes de envolvimento em corrupção, depois da aprovação do *impeachment* que o afastou da vida política por oito anos.

³ Fernando Henrique Cardoso (FHC) esteve à frente da Presidência da República Federativa do Brasil por dois mandatos, entre os anos de 1995 e 2003, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

subalternas, que levou à queda de governos neoliberais e à eleição de governos anti-neoliberais, a exemplo do que ocorreu em Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai. De outro lado, para reduzir as tensões sociopolíticas e dotar o neoliberalismo de uma agenda social, surgiu o social-liberalismo, no século XXI, como projeto capitalista “alternativo” de desenvolvimento, uma espécie de “terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo” (CASTELO, 2012, p. 626), intervindo de maneira focalizada sobre as “expressões mais explosivas da ‘questão social’” (CASTELO, 2012, p. 624).

No Brasil, Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT) foi eleito Presidente da República, em 2002, com o apoio de uma frente política ampla⁴ formada no segundo turno das eleições presidenciais. Assim, inicia-se um novo modelo de desenvolvimento capitalista no país, denominado de *neodesenvolvimentismo* ou *novo desenvolvimentismo*, cujo primeiro ciclo compreendeu os anos entre 2003 e 2010, quando há o retorno da “ideologia desenvolvimentista”, em decorrência do “aumento das taxas de crescimento econômico e a tímida melhora de alguns indicadores sociais” (CASTELO, 2012, p. 614).

O neodesenvolvimentismo, como modelo indissociável das particularidades que a economia e a política brasileira assumiram nesse período, resumiu-se “[...] ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social” (PLINIO JR., 2012, p. 680), sem questionar a fundo as possibilidades reais da difícil conciliação entre crescimento e equidade.

Nessa quadra histórica, em 2008, nasce o Movimento Mulheres em Luta (MML), na qualidade de movimento feminista classista e de oposição aos governos petistas, filiado à Central Sindical e Popular (CSP – Conlutas). Com o propósito de organizar as mulheres trabalhadoras em defesa de seus direitos e contra o machismo e a exploração, volta-se para a construção e a defesa de uma sociedade socialista.

Em 2010, foi eleita Dilma Vana Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores, para o mandato presidencial 2011-2014. O primeiro mandato de uma presidenta mulher no Brasil trouxe expectativas para parte do movimento feminista brasileiro, que apostou

⁴ No segundo turno a coligação foi composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Liberal (PL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Geral dos Trabalhadores (PGT), Partido Social Cristão (PSC), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Verde (PV), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e Partido Comunista Brasileiro (PCB).

na viabilização de políticas e de progressos na legislação brasileira que tensionassem ou rompessem com o papel tradicional das mulheres, a partir da possibilidade de avanços, no sentido de garantir mais autonomia e igualdade para as mulheres.

Durante a campanha eleitoral, algumas organizações feministas lançaram manifestos em apoio à eleição da candidata. No primeiro turno, um dos primeiros manifestos, “UBM com Dilma para continuar mudando o Brasil” — publicado pela União de Mulheres Brasileiras (UBM), tendência do movimento feminista ligada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) —, constatava que, apesar de as mulheres serem a maioria do eleitorado brasileiro, possuírem um maior nível de escolaridade e serem mais da metade da população economicamente ativa do país, inversamente, na política, não chegavam a 12% na ocupação de cargos nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos sindicatos e em reitorias.

O mesmo manifesto convocava as mulheres a apoiarem Dilma contra o crescimento do conservadorismo, pelo seu compromisso com as transformações sociais e pela possibilidade de aprofundar as mudanças iniciadas no governo Lula, particularmente, nas políticas públicas para as mulheres. O documento afirmava que as feministas continuariam lutando contra a violência, pelo cumprimento da Lei Maria da Penha e pela expansão de casas-abrigo e centros de referências.

Em um segundo documento, “Mulheres com Dilma por um Brasil soberano, justo e igualitário”, assinado por militantes feministas — incluindo militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Marcha Mundial das Mulheres —, o apoio à Dilma também se centrou na perspectiva de ampliação das políticas iniciadas no governo Lula e contra o retorno do projeto liberal-conservador ao poder. A nota demonstrava preocupações com os possíveis retrocessos nas pautas das mulheres, que, de acordo com o manifesto, avançaram nos 8 anos de governo petista. As assinantes apontaram para a necessidade de um Estado laico, democrático e soberano e o desejo de construir novas formas de organização da vida social, garantir direitos e paz e alcançar uma nova economia e justiça ambiental e social.

O referido documento destacava ainda que a eleição da então candidata representava um passo importante para a construção de relações igualitárias entre mulheres e homens. Dessa forma, estiveram, entre as razões colocadas naquele momento pelas feministas para apoiarem a sua candidatura, a possibilidade de ampliação das políticas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher; o aumento da liberdade e da autonomia; a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; a educação

inclusiva, não sexista e não racista; a construção de projetos de infraestrutura, moradia e mobilidade; a elaboração de políticas voltadas para a divisão igualitária do trabalho doméstico e dos cuidados entre mulheres e homens, Estado e sociedade, bem como de políticas voltadas para a mulher do campo.

Entretanto, os anseios depositados por parte significativa do movimento feminista no referido governo, no sentido de manter e ampliar os direitos das mulheres que se materializaram em políticas públicas, a partir da conquista de novos direitos — em razão dos vínculos históricos entre o Partido dos Trabalhadores e as bandeiras de luta do feminismo, das experiências de implementação de políticas públicas para as mulheres em governos municipal, estadual e federal, da história de militância das feministas petistas na construção de um feminismo socialista no interior do partido e da eleição da primeira mulher presidenta do país —, esbarraram em limites. Limitações postos por uma conjuntura marcadamente conservadora do ponto de vista econômico e político-ideológico, permeada pela ascensão e alastramento do pensamento conservador no país, de base fundamentalista cristã, e pelo corte de investimento nas políticas sociais, numa “[...] junção entre neoliberalismo econômico e conservadorismo ideológico” (FERNANDES, 2016, p. 191).

Os efeitos da crise externa capitalista de 2008 sobre o Brasil — a saber, a desaceleração da economia e o decréscimo dos investimentos sociais — impossibilitaram, no governo recém-eleito de Dilma Rousseff, a continuidade do projeto neodesenvolvimentista e, claro, do pacto de conciliação de classes que caracterizava os governos petistas. Nas palavras de Alves (2016, p. 122), “[...] é a sobredeterminação histórica da crise estrutural do capital que explica os limites irremediáveis do projeto neodesenvolvimentista”.

Foram nessas circunstâncias históricas que, ainda no primeiro mandato do governo de Dilma, abriu-se uma nova quadra da luta de classes no Brasil: junho de 2013 marca o início de uma nova conjuntura assinalada pelo acirramento dos conflitos de classe, explicitando a crise de governabilidade dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), os limites da democracia brasileira e o fortalecimento de uma agenda conservadora na sociedade brasileira, presente nas manifestações contra os direitos das mulheres no que se refere ao sexismo, à criminalização do aborto, à LGBTfobia e à “ideologia de gênero” (FRANCELINO, 2017).

Nesse cenário, verifica-se uma crise capitalista — iniciada em 2008 e retomada em 2011, no primeiro ano do mandato da Presidenta Dilma Rousseff — que abala o

modelo neodesenvolvimentista, dificulta a conciliação entre crescimento econômico e enfrentamento das desigualdades sociais e recrudesce uma agenda conservadora no país, a partir de 2013. Indagamo-nos, então: quais as repercussões de tal contexto sobre a direção sociopolítica da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Mulheres em Luta, que se consolidaram no início deste século como organizações feministas brasileiras anticapitalistas e antipatriarcais? Quais as inflexões sobre essa direção, face a junção de neoliberalismo econômico e alastramento do conservadorismo ideológico? Quais as implicações e os entraves para as lutas feministas e a conquista de direitos para as mulheres durante o governo Dilma (2011-2014)? Quais os posicionamentos políticos dessas organizações em relação ao governo Dilma no que se refere à pauta das mulheres?

Para isso, buscamos recompor o processo de constituição dessas organizações feministas, situando-o no bojo das transformações contemporâneas do padrão de acumulação capitalista. Procuramos apreender as perspectivas teórico-políticas sobre a relação patriarcado-capitalismo que subsidiam e alimentam a práxis da AMB, da MMM e do MML. Por fim, analisamos as posições políticas públicas das três organizações em relação ao Governo Dilma no que se refere à efetivação dos direitos das mulheres.

Ao falarmos de direção sociopolítica, estamos nos referindo à projeção de intencionalidades e finalidades expressas nos projetos coletivos da AMB, da MMM e do MML. A compreensão que temos de *projeto coletivo* dialoga com a definição de Netto (1999): são projetos que possuem uma dimensão teleológica, ao anteciparem idealmente uma imagem de sociedade a ser construída, que vislumbra a eliminação das desigualdades baseadas no gênero, privilegiando certas estratégias para concretizá-la, portanto, orientados para objetivos, metas e fins.

Por serem estruturas dinâmicas, incorporam demandas e aspirações que se renovam de acordo com as conjunturas históricas, econômicas, políticas e culturais. Possuem um arcabouço teórico-político que fundamenta a apreensão, a análise da realidade social e a atuação política sobre essa. Ademais, ao longo da trajetória desses movimentos, há um processo de renovação dos quadros militantes das respectivas organizações.

Considerando o movimento feminista enquanto organização que contém em si uma concepção de mundo, afirma-se que é produtor e difusor de ideologias, portador material de uma visão de mundo em disputa. Tem, como crítica, as relações sociais

desiguais entre mulheres e homens e, como finalidade, a transformação dessas relações, em defesa da libertação das mulheres.

Com o objetivo de criar e desenvolver uma nova cultura, o movimento feminista tem a tarefa primordial de contribuir para que o seu sujeito político (as mulheres) tomem consciência da sua própria opressão e exploração. Do ponto de vista teórico e organizativo, implica fornecer elementos para uma elaboração coletiva que explique a subordinação feminina e pense um conjunto de ações políticas para superar essa situação.

Organizamos este trabalho em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, buscamos situar a problemática da pesquisa, os objetivos e a estrutura final da tese.

No segundo capítulo, fornecemos um quadro das condições histórico-sociais de emergência do movimento feminista contemporâneo no Brasil — em particular, as organizações feministas AMB, MMM e MML — e seu processo de articulação com o feminismo internacional no contexto de mundialização do capitalismo e da ascensão das políticas neoliberais. Tratamos também da instauração do ciclo neodesenvolvimentista no país, da crise desse modelo no governo de Dilma Rousseff e do avanço do conservadorismo na sociedade brasileira, com as repercussões sobre as políticas para as mulheres e sobre a direção sociopolítica do movimento feminista.

Os impactos trazidos para a vida e o trabalho das mulheres, com a potencialização das desigualdades entre mulheres e homens, assim como a sua incidência nas formas de organização dos movimentos feministas e na sua agenda global contra o capitalismo e o patriarcado — principais fenômenos sociais problematizados pelo feminismo —, foram evidenciados no referido capítulo.

Procuramos, no terceiro capítulo, resgatar as principais contribuições do pensamento marxista clássico, em particular, do pensamento elaborado na Rússia revolucionária — primeiro “laboratório” do socialismo a incidir sobre o processo de emancipação das mulheres —, pelo fato de os movimentos feministas brasileiros terem assumido uma perspectiva política anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, assim como pela notória influência desse pensamento sobre a teoria feminista marxista.

Acrescentamos, ainda, que as debilidades existentes na integração da luta e teoria feministas à luta contra o capital e à teoria marxista, visíveis na resistência para a aceitação do feminismo como parte integrante da luta contra as desigualdades sociais e para a superação da sociedade de classes por parte dos movimentos e partidos de

esquerda, justificaram o destaque aos textos produzidos por Vladimir Ilich Lenin, Clara Zetkin e Leon Trotsky.

Assim, nossa pretensão foi, ao apresentar os clássicos do pensamento socialista, apreender como eles pensaram a opressão das mulheres, as possibilidades e formas de garantir a emancipação feminina dentro de um Estado socialista, a participação política das trabalhadoras e as considerações acerca das relações entre sexo e classe.

No capítulo seguinte, trouxemos as principais perspectivas teórico-políticas e polêmicas que tangenciam a discussão conceitual patriarcado *versus* capitalismo, delineada no interior da larga produção feminista no campo teórico marxista, que alimenta as reflexões e a prática do movimento feminista, diante da constatação que as organizações estudadas assumiram um caráter anticapitalista e antipatriarcal.

Esse campo teórico, marcado por perspectivas diversas acerca do entendimento dos vínculos entre a opressão de gênero e o capitalismo, avançou, substancialmente, nos debates que envolvem a conexão patriarcado-capitalismo, revelando os dilemas que permeiam o campo relacional entre feminismo e marxismo. Vale ressaltar que esse debate esteve presente, de forma intensa, entre os anos 1970 e meados dos anos 1980, período marcado pela emergência do novo feminismo e pela crise capitalista, sendo retomado nos anos 2000 em razão dos efeitos deletérios da política neoliberal sobre as mulheres.

No quinto capítulo, analisamos as repercussões do contexto sociopolítico de exaurimento do neodesenvolvimentismo e de avanço do conservadorismo na sociedade brasileira sobre a direção sociopolítica da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Mulheres em Luta durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, cenário que impactou a agenda feminista e a materialização dos direitos das mulheres.

Com o propósito de analisar os diferentes direcionamentos tomados pelo feminismo brasileiro no processo de luta para avanços nos direitos das mulheres, debruçamo-nos sobre as publicações encontradas nos sítios dos três movimentos, referentes ao período delimitado para a realização deste trabalho de pesquisa. Como procedimentos metodológicos adotados para a análise, fizemos, em primeiro lugar, um levantamento dos textos publicados no período 2011-2014 para, em seguida, organizarmos as temáticas. Posteriormente, analisamos a estrutura interna de tais textos, em especial, o conteúdo e os conceitos utilizados. Na análise dos dados, reunimos quadro teórico, contexto, interesses e conceitos-chave. Caracterizamos, ademais, os respectivos

movimentos, considerando trajetórias, filiações, bandeiras, formas organizativas, objetivos e princípios, além de analisar o governo Dilma.

Nas considerações finais, sistematizamos as principais inflexões sobre a direção sociopolítica do movimento feminista, face a junção de neoliberalismo econômico e alastramento do conservadorismo ideológico, para elucidar as implicações e os entraves para as lutas feministas e a conquista de direitos para as mulheres durante o governo Dilma (2011-2014).

2 A EMERSÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL NO CONTEXTO DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O objetivo deste capítulo é apreender o contexto político-econômico mundial no qual se constituem as organizações feministas brasileiras contemporâneas — a saber, Articulação de Mulheres Brasileiras, Marcha Mundial das Mulheres e Movimento Mulheres em Luta —, marcado predominantemente pelo capital financeirizado, e o processo de integração do Brasil ao capitalismo global, no período compreendido entre meados dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000.

Vale destacar que a nova configuração do capital mundial tem suas origens nos anos 1970, quando o capitalismo começa a manifestar sinais de crise, tendo como uma das evidências o esgotamento do padrão de acumulação fordista-keynesiano. De acordo com Alves (2016), a partir dos anos 1990, assinala-se a passagem para uma “[...] nova etapa da temporalidade histórica do capitalismo global inaugurada com a crise capitalista de meados dos anos de 1973-1975”, caracterizada “[...] pela expansão e afirmação da contrarrevolução neoliberal, com a vigência da financeirização e barbárie social” (ALVES, 2016, p. 102-103) e pela instauração de governos neoliberais na América Latina, como no caso do Brasil.

Por conseguinte, nossa opção teórica parte do entendimento de que o processo de constituição destes movimentos — a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o Movimento Mulheres em Luta (MML) — situa-se em um quadro no qual o capitalismo mundial ganha novas configurações nas relações econômicas e sociais, precisamente, no estágio de centralização do *capital portador de juros* (CHESNAIS, 2005) ou capital financeiro.

Nossa análise considera que o contexto de crise capitalista do último quartel do século XX, o movimento de integração do Brasil ao capitalismo mundial e os rebatimentos negativos dessa conjuntura sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres foram determinantes para a emersão e a configuração dos respectivos movimentos, mesmo que, num primeiro momento, desapareça, no plano da imediatez, o processo ao qual o fenômeno deve sua existência (LUKÁCS, 2013), ao vestirem-se “[...] de nova roupagem e sejam considerados [movimentos] alternativos às formas clássicas de mobilização dos trabalhadores” (FRANCELINO; NICODEMOS, 2016, p. 266).

O atual estágio do capitalismo, além de potencializar a sua contradição antagônica fundamental, ou seja, as relações sociais entre trabalho e capital, é gerador de novas contradições e antagonismos; dentre elas, as de gênero. Nesse contexto, o conjunto do movimento feminista brasileiro estabeleceu articulações políticas e laços com o feminismo internacional, desempenhando um papel protagonista na formação de redes internacionais, o que proporcionou novas experiências no ativismo político e social sem, no entanto, desconsiderar seus próprios desafios e questões particulares.

Portanto, é preciso considerar que, em cada contexto específico, os movimentos feministas tomam diversas e complexas configurações, mediadas por aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos. As variações nas formas de dominação e de subordinação, associadas às hierarquias de classe social, raça-etnia, às questões de orientação sexual e geracionais, situadas em sociedades e épocas diferentes, implicarão nas particularidades dos movimentos feministas de cada país e época.

Isso posto, este capítulo apresenta as condições socio-históricas de emergência dessas organizações feministas no Brasil, abordando as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no cenário de mundialização do capitalismo, com a ascensão da ortodoxia neoliberal e o processo de mundialização da luta feminista. Resgatamos a eclosão do *novo feminismo* na conjuntura de exaurimento do padrão de acumulação capitalista fordista-keynesiano e sua chegada à América Latina e ao Brasil, em meados de 1960.

Logo após, voltamos nosso olhar para os contornos particulares do movimento feminista brasileiro, nos anos 1990, quando um campo expressivo de organizações feministas apostou na possibilidade de atuar no interior do Estado para garantir políticas para as mulheres, mesmo num período de intensificação da globalização neoliberal. Posteriormente, tratamos sobre o advento do feminismo antcapitalista e antipatriarcal com a chegada dos anos 2000, nas circunstâncias de resistência global ao neoliberalismo.

Por fim, apresentamos as consequências da lógica destrutiva do capital, em sua fase neoliberal, sobre a vida e o trabalho das mulheres, que incidiram sobremaneira nas formas organizativas de resistência feminista e sobre a constituição de uma agenda global contra o capitalismo e o patriarcado, principais fenômenos sociais problematizados hoje, ao lado do racismo e da heteronormatividade, pelo feminismo.

2.1 Crise de acumulação capitalista, financeirização do capital e neoliberalismo

O mundo contemporâneo vem passando por transformações importantes no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista, quando o padrão de acumulação do capital revelou indícios de exaurimento, no final dos anos de 1960. A atual crise de acumulação do capital, originada em meados dos anos 1970, revela-se nas crises do Estado de Bem-Estar Social e do socialismo real, duas faces distintas de uma crise de domínio do capital, porém “[...] suas dinâmicas [...] remetem a lógicas medularmente diversas e com significações muito distintas” (NETTO, 2012, p. 76).

É importante destacar que a crise é inerente ao capital e expressa as múltiplas contradições constituintes do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo em que se configura como depreciação desse sistema, oferece a ele reação e continuidade. Resulta da dinâmica contraditória do respectivo modo de produção, que converge necessariamente para a crise. As crises capitalistas não possuem uma única causa: são pluricausais, podendo ser determinadas pela anarquia da produção, pela queda da taxa de lucros, pelo subconsumo do conjunto dos trabalhadores, dentre outros fatores (NETTO; BRAZ, 2006).

A crise do socialismo real e a do *Welfare State*, acrescidas das experiências terceiro-mundistas que não romperam com o subdesenvolvimento e a dependência, configuram a crise sistêmica de nossos tempos, caracterizada por Mészáros (2011) como estrutural⁵ por seu caráter universal, alcance global, extensividade e permanência quanto à escala de tempo e pelo seu modo de se desdobrar de forma rastejante.

A falência do socialismo real, apesar de se plasmar no mesmo contexto de crise do capital, tem especificidades que divergem da dinâmica e do significado do fim do *Welfare State*. Sua gênese encontra raiz na centralidade do poder político e na economia resumida à estatização, com ausência de uma plena de socialização de ambas (NETTO, 2012).

No que se refere à crise do Estado de Bem-estar Social ou *Welfare State*, o crescimento econômico dos países de capitalismo central — inaugurado no período pós-Segunda Guerra Mundial — entra em colapso, visível na queda da taxa de juros reais, nos

⁵ Em vez de uma crise periódica ou conjuntural, que “[...] afeta apenas algumas partes do complexo em questão e assim, não importa o grau de gravidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 56), a crise estrutural ou fundamental “[...] afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” .

parcos dividendos e lucros. Acrescenta-se à isso a erosão do compromisso social entre capital e trabalho que resultou na ascensão do desemprego e na inflação acelerada (HARVEY, 2013), indicando que

[...] a dinâmica crítica desta ordem alçou a um nível no interior do qual a sua reprodução tende a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo. Significa que o patamar de desenvolvimento atingido pela ordem do capital incompatibiliza cada vez mais o seu movimento com as instituições sociopolíticas que, por um decurso temporal limitado, tornaram-no aceitável para grandes contingentes humanos. Sinaliza que o arranjo sociopolítico do Welfare State constituiu uma possibilidade da ordem do capital que, pela lógica intrínseca desta última, converte-se agora num limite que ela deve franquear para reproduzir-se como tal. (NETTO, 2012, p. 77-78)

De acordo com Antunes (2009), as expressões da crise estrutural do capital evidenciaram-se na *tendência decrescente da taxa de lucro*, tendo como causas o aumento do preço da força de trabalho, resultante das conquistas durante o período pós-45, e o excesso de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional, devido à rápida expansão da produção de custo menor no setor.

Assim, há uma migração do capital dos setores produtivos para a *esfera financeira*, ocasionando o seu crescimento acelerado e a internacionalização do capital financeiro no final da década de 1970, consequência da perda de lucratividade dessas indústrias a partir do final dos anos 1960, presenciando-se uma “[...] completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros” (ANTUNES, 2009, p. 34).

O *esgotamento do taylorismo e fordismo*, como padrão de acumulação incapaz de dar resposta ao crescente desemprego, assim como a baixa do consumo e a *crise do Welfare State*, ocasionaram “[...] a crise fiscal do estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado” (ANTUNES, 2009, p. 32). Expressões fenomênicas da crise estrutural do capital, as *privatizações*, as *desregulamentações* e a *flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho* são outros traços apontados pelo autor, além da “[...] maior concentração de capitais, graças à fusão entre empresas monopolistas e oligopolistas” (ANTUNES, 2009, p. 32).

Diante da ameaça político-econômica sentida pelas elites e classes dirigentes em face do avanço dos partidos socialistas e comunistas na Europa e das agitações populares por reformas e intervenções estatais nos Estados Unidos, o neoliberalismo ganha ampla

ressonância pública e social como alternativa para a superação da crise e a retomada da acumulação ativa do capital, a partir dos anos 1980.

O neoliberalismo consolida-se como uma nova ortodoxia nos anos 1990, mediante o Consenso de Washington (HARVEY, 2013), implicando consequentemente “[...] tanto na reestruturação dos mecanismos de acumulação como na redefinição de mecanismos ídeo-políticos necessários à formação de novos e mais eficiente consensos hegemônicos” (MOTA, 2010, p. 29). Essa foi, em verdade, a resposta para remediar a crise de acumulação que se tornou evidente quando o *Welfare State* começou a ruir internacionalmente, em conjunto com os experimentos socialistas e o fracasso ora mencionado dos países de Terceiro Mundo, senão vejamos:

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o ‘Consenso de Washington’ [...]. O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para a formação social atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. (HARVEY, 2013, p. 23)

Como uma estratégia política de reversão da crise orgânica do capitalismo e uma teoria político-econômica, hegemonizada por frações rentistas do grande capital financeiro (CASTELO, 2016), a doutrina neoliberal propõe que

[...] o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além, disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. (HARVEY, 2013, p. 12)

No âmbito mundial, as primeiras experiências deram-se na China, na Inglaterra e nos Estados Unidos, sob os governos de Deng Xiaoping (1978), Margareth Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980), respectivamente. A China se transformou num centro capitalista com taxas de crescimento constantes. Na Grã-Bretanha, a primeira-ministra teve como tarefa restringir o poder dos sindicatos, dismantelar as políticas e os

compromissos do Estado de Bem-Estar Social, privatizar empresas estatais e pôr fim à estagnação da inflação que assolou o país na década de 1970.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os princípios do *New Deal* foram abandonados. Reagan impulsionou a economia mediante a imposição de limites ao poder do trabalho, cortes orçamentários, desregulação da indústria, agricultura e setores extrativistas e liberalização das finanças, que buscou no exterior a elevação das taxas de acumulação. Essas ações tiveram efeito global sobre as condições de trabalho, produzindo uma alta taxa de desemprego e declínio dos salários (HARVEY, 2013). Em resumo, “o receituário neoliberal incluiu a redução de gastos sociais, a desregulamentação das leis trabalhistas e da circulação das finanças e uma necessária derrota da classe trabalhadora (MONDENERO, 2017 *apud* PARADIS; CARRAU E BARRETO, 2017, p. 25)

Na região latino-americana, o Chile foi a primeira experiência de implementação do neoliberalismo, após o golpe militar, como projeto para “[...] articular o capitalismo dependente latino-americano às exigências do capital-imperialismo no contexto de sua crise estrutural” (MACÁRIO *et al.*, 2016, p. 127), voltado para a restauração do poder de classe (HARVEY, 2013).

De acordo com Harvey (2013), a *neoliberalização* significou a expansão da atividade e do poder do mundo financeiro, quando “[...] as grandes corporações assumiram uma orientação crescentemente financeira” (HARVEY, 2013, p. 41). Diminuiu, assim, a separação ente capital monetário e capital produtivo, com a unificação de setores produtivos, comércio, propriedades imóveis, interesses financeiros, fazendo surgir “[...] novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros” (HARVEY, 2013, p. 41).

O novo patamar da acumulação capitalista, de mudança de poder, antes centrado na produção para o mundo das finanças, denominada por Chesnais (2005) de *mundialização do capital* ou mundialização financeira (ou sua expressão correspondente *globalisation*) define-se pela

[...] centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-se fora da produção de bens e serviços. (CHESNAIS, 2005, p. 37)

Os investidores institucionais (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos) fizeram da

“[...] centralidade dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de acumulação financeira de grande dimensão” (CHESNAIS, 2005, p. 36).

Nesse processo de centralização do capital sob a forma financeira, como subproduto da acumulação industrial do período conhecido como “anos dourados” — ou as “três décadas gloriosas” —, algumas medidas foram necessárias para a constituição e a implementação da mundialização financeira. Chesnais (2005) apresenta três elementos que favoreceram a progressão da acumulação financeira dos investidores institucionais; dentre eles, a *desregulamentação* ou liberalização monetária e financeira — com o desbloqueio dos sistemas financeiros dos Estados mais poderosos —, “[...] a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação, a saber, a abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional” (CHESNAIS, 2005, p. 46).

Como um dos principais centros de atividade redistributiva (HARVEY, 2013), o sistema financeiro capitalista, por intermédio de suas principais instituições, busca “fazer dinheiro” “[...] sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos da especulação bem-sucedida” (CHESNAIS, 2005, p. 35). Para Harvey (2013), a verdadeira natureza do atual sistema financeiro capitalista é constituída de

[o]perações fraudulentas com ações, esquemas Ponzi, a destruição planejada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos por meio de fusões e aquisições agressivas, a promoção de níveis de endividamento que reduziram populações inteiras, mesmo em países de capitalismo avançado, à escravidão creditícia, para não falar das fraudes corporativas, da espoliação de ativos (o assalto aos fundos de pensão e sua dizimação pelo colapso do valor de títulos e ações e de corporações inteiras) por manipuladores de crédito e de títulos e ações. (HARVEY, 2013, p. 174)

Harvey (2013) observa que, sob a neoliberalização, as finanças e os serviços financeiros ascenderam com o crescimento do patrimônio líquido e as taxas de lucros das corporações financeiras e não financeiras, ampliando-se os investimentos em tecnologia da informação, útil “[...] para as atividades especulativas e para maximizar o número de contratos no mercado de curto prazo do que para melhorar a produção” (HARVEY, 2013, p. 170).

Destaca, além disso, que em vez de criação de riqueza e de renda, a redistribuição das mesmas foi a realização substantiva da neoliberalização. Os mecanismos de redistribuição, mediante abertura de novos campos para a acumulação de capital, em

conjunto com a perda de direitos, são denominados por Harvey (2013) de práticas de *acumulação por espoliação*, sendo a *financeirização* uma das suas principais características. A espoliação tornou-se a principal estratégia para a acumulação durante o período de crise do neoliberalismo (HARVEY, 2013; BRAGA, 2016).

A acumulação por espoliação caracteriza-se pela *privatização* e *mercadificação* de ativos que antes se encontravam fora da perspectiva de lucratividade. Entram nessa lógica os bens de utilidade pública, como a água, as telecomunicações e os transportes; os benefícios sociais, a exemplo de moradia, educação, saúde, previdência social; e as instituições públicas, como universidades, laboratórios de pesquisa e presídios, que são transferidos “[...] do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe” (HARVEY, 2013, p. 173). Nesse, rol encontra-se a mercadificação da natureza, com “[...] a crescente dilapidação dos bens comuns ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação de formas de degradação dos *habitats*” HARVEY, 2013, p. 173) e as mutações e metamorfoses significativas do trabalho (ANTUNES, 2005), por meio da “[...] reversão de quadros regulatórios destinados a proteger o trabalho” (HARVEY, 2013, p. 173).

O endividamento dos países em desenvolvimento, sobretudo os da América Latina, tornou-se outro mecanismo utilizado para alimentar de forma contínua a acumulação financeira, por intermédio das finanças públicas. A *administração* e a *manipulação das crises* tornou-se um recurso primordial da acumulação por espoliação, “[...] como uma sofisticada arte de redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos” (HARVEY, 2013, p. 175).

Os juros da dívida passaram a absorver frações maiores “[...] do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo” (CHESNAIS, 2005, p. 39), além do processo de implantação das políticas de privatização e dos cortes de gastos públicos. De acordo com Chesnais (2005),

[...] os países chamados ‘em desenvolvimento’ (PED) ou ‘de industrialização recente’ (*new industrializes countries*, NIC), a dívida tornou-se uma força formidável que permitiu que impusessem políticas distas de ajuste estrutural e se iniciassem processos de desindustrialização em muitos deles. A dívida levou a um forte crescimento da dominação econômica e política dos países centrais sobre a periferia. (CHESNAIS, 2005, p. 41)

A América Latina, de um modo geral, foi funcional à valorização do capital financeiro internacional no contexto da crise estrutural desde o período das ditaduras e, fundamentalmente, a partir dos anos 1990, quando a região seguiu as “[...] orientações liberalizantes emanadas dos países centrais e dos agentes financeiros privados globais” (MACÁRIO *et al.*, 2016, p. 133). Isso resultou na perda parcial do poder dos países latino-americanos para “[...] estabelecerem políticas orientadas pelos interesses e necessidades endógenas, em face da abertura das fronteiras nacionais e da vinculação da macroeconomia aos interesses forâneos” (FIORI, 2007 *apud* MACÁRIO *et al.*, 2016, p. 133). Apesar de nuances e graus diferenciadas na implementação da política neoliberal na região,

ela representou um impacto muito significativo nas formas de precarização do trabalho, no modo como o Estado se relacionou com as demandas políticas das populações organizadas e também representou debilidade nas possibilidades de ação estatal e na implementação de políticas públicas. O que se assistiu na região foi a flexibilização das normas trabalhistas, a priorização do ajuste fiscal em detrimento de serviços públicos e políticas que levassem em consideração o bem-estar da população. (PARADIS; CARRAU; BARRETO, 2017, p. 27)

A adoção da agenda neoliberal e das medidas de ajuste estrutural impediram mudanças mais significativas quanto a direitos e condições de vida e de trabalho das mulheres, devido à desregulamentação e à redução dos direitos conquistados e ao desmonte das políticas sociais públicas, com o enxugamento dos Estados nacionais e a transferência das responsabilidades estatais para a esfera privada (ALVAREZ, 2003). As mulheres foram “especialmente afetadas pelo capitalismo patriarcal, seja na exploração do seu trabalho, na violência sobre seus corpos e na expropriação dos bens comuns que são vitais para a sobrevivência das comunidades” (PARADIS; CARRAU; BARRETO, 2017, p. 23).

No âmbito dos feminismos latino-americano e brasileiro, podemos observar, como umas das tendências dos anos 1990, a atuação de setores do movimento feminista no interior do Estado, por meio das capacitações, consultorias e desenvolvimentos de projetos. Entre suas prioridades, estava o monitoramento das plataformas aprovadas nas conferências da Organizações das Nações Unidas (ONU) para garantir a implementação de políticas para as mulheres, estando ausente a crítica às políticas de ajuste estrutural e implementação do neoliberalismo. Em âmbito internacional, propagou-se o discurso triunfalista dos avanços contidos nas agendas de gênero da ONU.

Entretanto, a partir dos anos 2000, conhecida como a década de resistência feminista ao neoliberalismo (PARADIS; CARRAU; BARRETO, 2017), há uma recomposição do campo feminista, em escala nacional e internacional, de caráter antissistêmico, e o fortalecimento dos debates acerca da imbricação das relações sociais de classe, raça e sexo/gênero.

A emersão do movimento feminista como prática política transnacional atravessou as fronteiras dos Estados territoriais (FRASER, 2007), dando centralidade à luta contra o neoliberalismo e as consequências sobre a vida das mulheres, em decorrência, principalmente, da emergência do capitalismo global.

A mundialização do capital representou uma nova fase de mundialização das lutas sociais e ações coletivas. Por meio da organização de novas formas de confrontação social frente à lógica destrutiva do capital em curso na sociedade contemporânea (ANTUNES, 2003), os movimentos antiglobalização surgiram na Europa e nos EUA no fim dos anos 1990. Em denúncia ao neoliberalismo, na perspectiva de construção de uma outra mundialização, o chamado *movimento antimundialização* “retoma em parte a tradição das ideologias anticapitalistas e anti-imperialistas” (TALAHITE, 2009, p. 156).

Na América Latina, os movimentos contestatórios e a experiência do Fórum Social Mundial expuseram “[...] a insatisfação candente com a nova ordem burguesa conduzida pelo capital financeiro e suas tecnoburocracias globais – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BID)” (ALVES, 2016, p. 106). A luta contra a Área de Livre Comércio da América Latina (ALCA), o neoliberalismo e o livre comércio colocou o desafio de rearticulação de lutas e processos organizativos dos movimentos sociais e de forças políticas contrárias ao capitalismo neoliberal no continente latino-americano.

As características particulares que os movimentos feministas brasileiros adquirem nos anos 1990 e 2000 serão abordados, de forma mais detalhada, ainda neste capítulo. Antes, é pertinente versar sobre o que se convencionou a chamar de *Novo Feminismo* ou segunda onda do feminismo, que ascende na conjuntura histórica assinalada pela crise capitalista, nos anos 1970, e pelo triunfo do neoliberalismo, no estágio de crise do modelo fordista-keynesiano, assim como a sua chegada ao Brasil, no contexto da ditadura militar.

2.2 A emergência do *Novo Feminismo* no contexto de crise fordista-keynesiana e sua chegada ao Brasil ditatorial

No bojo da crise de legitimidade do fordismo-keynesianismo e da exacerbação da crise dos valores das sociedades ocidentais, emerge o *Novo Feminismo*, em meados dos anos 1960 e início dos 1970, atingindo uma dimensão internacional. Sua emergência dá-se num momento de contestação social a valores, padrões, comportamentos e práticas vigentes na sociedade capitalista.

A entrada das mulheres no espaço público mediante o acesso à educação superior e à participação política, acompanhada da sua incorporação no mercado de trabalho na década de 1960, nos países ocidentais, contribuiu para o surgimento do Novo Feminismo, conforme a citação abaixo:

A entrada em massa de mulheres casadas, ou seja, em grande parte mães, no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o impressionante florescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960. Na verdade, os movimentos de mulheres são inexplicáveis sem esses acontecimentos. (HOBBSAWN, 1991, p. 305)

Como movimento coletivo revisitado, à margem da esquerda tradicional, o Novo Feminismo constatou a opressão das mulheres como algo específico e sistemático, bem como a impossibilidade de igualdade no interior do patriarcado, “[...] na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144). Como enfrentamento à esquerda ortodoxa, o feminismo radical se desenvolveu apontando “uma série de problemas nas concepções marxistas sobre a opressão da mulher, substituindo-as pela tese central de que a mulher constitui uma classe social” (ASTELARRA, 1984 *apud* D’ATRI, 2011, p. 145). Por outro lado, no mesmo período, desenvolve-se o feminismo socialista em resposta a essa tese, combinando “a análise marxista de classes com a análise sobre a opressão da mulher. Num sentido mais geral, foi o que se denominou a relação entre a sociedade patriarcal e a sociedade de classes” (D’ATRI, 2011, p. 145).

Na afirmação que *o pessoal ou o privado são políticos*, os domínios do político passam a ser questionados pelo movimento de libertação das mulheres (SARDENBERG; ALCÂNTARA, 1985; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Dentre as questões

levantadas, estavam o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade. O pessoal como político deveria ser “[...] pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político” (COSTA, 2005, p. 10); portanto, a transformação das relações afetivas, sexuais e materiais era imprescindível para pôr fim às relações desiguais de gênero (SARDENBERG; ALCÂNTARA, 1985).

A luta pelas mudanças político-culturais dos anos 1960 referiu-se à negação dos valores tradicionais da sociedade ocidental e à afirmação de novos valores, entre os quais se destacaram o rompimento com as práticas e as concepções dos partidos tradicionais de esquerda; à transformação das relações afetivas, sexuais e materiais, situando-as como relações políticas; ao estabelecimento simultâneo de uma nova imagem da mulher e de outras estruturas familiares; à construção de novas relações entre adultos e jovens, e adultos e crianças (CARDOSO, 2005). Para as feministas radicais, era premente uma revolução cultural para uma verdadeira mudança social. Com esse ponto de vista,

ainda que pareçam compartilhar com o socialismo a premissa de que no sistema capitalista é impossível alcançar a liberação humana, o certo é que se mostram cétricas sobre a capacidade do socialismo para criar uma verdadeira democracia baseada na abolição da escravidão assalariada e sobre a qual possa assentar-se a emancipação definitiva das oprimidas e dos oprimidos. (D’ATRI, 2011, p. 146)

Do ponto de vista teórico, as diversas correntes do pensamento feminista, após 1960, compartilharam alguns pressupostos sobre a subordinação feminina; dentre eles, a afirmação do caráter fundamentalmente social das desigualdades entre homens e mulheres. Mesmo com suas diferenças, as abordagens teóricas desenvolvidas pós-1960 compartilharam algumas ideias centrais, a exemplo da desnaturalização da subordinação feminina, sua universalidade e a construção social baseada nas desigualdades entre mulheres e homens. Algumas divergências diziam respeito a questões relativas às origens e causas da opressão e aos mecanismos para livrarem-se da dominação masculina (PISCITELLI, 2004).

A categoria *patriarcado* passa a ser utilizada nos estudos sobre a mulher pelas feministas radicais na década de 1970 para explicar e denunciar as relações de dominação masculina sobre as mulheres, designando

[u]ma formação social em que os homens detém o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões,

contemporâneas dos anos [19]70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (DELPHY, 2009, p. 173)

Antes do século XIX, *patriarcado* e *patriarcas* tinham um sentido religioso, indicando os primeiros chefes de família que viveram antes ou depois do Dilúvio (DELPHY, 2009). Na concepção weberiana, refere-se a uma forma de dominação de caráter tradicional exercida por um indivíduo normalmente determinado segundo regras fixas de sucessão, em que o senhor depende, em grande parte, da vontade de obedecer dos associados, uma vez que não possui um quadro administrativo (WEBER, 2000). Porém, o uso do conceito de patriarcado pelas teorias feministas distancia-se da concepção de Weber, pois esse autor inscreve a legitimação da dominação “recorrendo a fatos sempre redutíveis à subjetividade” (SAFFIOTI, 2004, p. 99).

Nos marcos das reivindicações por direitos iguais, a luta das mulheres no século XIX e no início do XX lançou uma pergunta central ao feminismo sobre a origem, a subordinação e a manutenção da opressão contra a mulher, contribuindo para a criação de um sujeito político coletivo e de estratégias para pôr fim à subordinação feminina. Referindo-se ao feminismo do fim da década de 1960 e início dos anos 1970, Fougeyrollas-Schwebel (2009) afirma que o movimento de liberação das mulheres teve

[...] a capacidade de suscitar amplas mobilizações entre as mulheres sindicalizadas, mulheres de partidos de esquerda e de direita ou das associações que lutam pelos direitos das mulheres [...]. Inicialmente as campanhas pela liberdade de abortar constituem os eventos mais importantes e mais marcantes. Aparecem igualmente mobilizações contra a violência que vitimiza mulheres – estupro, assédio sexual – e a transformação do direito: o reconhecimento do estupro conjugal. A conquista de novos direitos para as mulheres na esfera privada é acompanhada por exigências renovadas na esfera pública, pela reivindicação de medidas em favor de uma igualdade no trabalho, mas tal reivindicação só consegue algum resultado quando se estabelece uma relação com as organizações sindicais e políticas. (KATZENSTEIN; MUELLER, 1987 apud FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, 146-7))

Importante frisar que, na ocasião em que o neoliberalismo ganha projeção, os direitos reprodutivos e os direitos das mulheres, em geral, são alvos de um ataque neoconservador, “[...] elemento-chave da noção neoliberal de ordem moral adequada, assentada numa concepção particularíssima de família” (HARVEY, 2013, p. 216).

Sob o impacto do movimento feminista internacional, os ventos do Novo Feminismo chegam à América Latina e ao Brasil em meados de 1960. O contexto sócio-histórico, econômico e político dos países periféricos, particularmente os latino-

americanos, diferenciava-se do cenário dos países desenvolvidos, que, no pós-guerra, consolidaram direitos sociais e trabalhistas sob o chamado Estado de Bem-Estar Social, inexistente naqueles. No caso do Brasil, o país “[...] rastejava na crise do capitalismo nacional-desenvolvimentista, que tinha assumido feição autocrática burguesa com o golpe empresarial-militar de 1964” (ALVES, 2016, p. 101-102). Apenas ao final dos anos 1980, é “[...] que se instituem as bases formais e legais do que poderia ser um Estado de Bem-Estar” (MOTA, 2010, p. 28).

Emerge, portanto, um feminismo ligado a organizações marxistas clandestinas, comprometido com a oposição à ditadura e com as lutas por liberdade democrática e anistia, como consequência da resistência das mulheres às ditaduras e às falsas democracias e de sua intrínseca ligação aos movimentos de oposição aos regimes ditatoriais (SARTI, 2001; COSTA, 2005).

O discurso feminista penetrou, sobretudo a partir dos anos 1970, nos partidos políticos de esquerda e nos movimentos culturais de questionamento aos padrões de comportamento vigentes. Todavia, no mesmo período, as feministas repensaram sua relação com os partidos políticos, a Igreja progressista e o Estado, já que havia um predomínio de uma visão, na esquerda latino-americana, de que o feminismo era um movimento burguês ou pequeno-burguês, ou que, ainda, dividia a classe trabalhadora (COSTA, 2005).

As múltiplas tensões entre feminismo e esquerda provocaram o rompimento, em termos organizativos, com a “[...] definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias” (COSTA, 2005, p. 16). Contudo, os vínculos ideológicos e o compromisso com a mudança radical das relações sociais de produção mantiveram-se simultaneamente à luta contra o sexismo no interior da esquerda:

Acima de tudo, as primeiras feministas questionavam radicalmente as relações de poder que se estabeleciam inclusive dentro das entidades de esquerda e lutavam para impedir que, através do discurso da Revolução, a questão da dominação machista fosse preterida. Não obstante, muitas traziam uma referência ideológica marxista, a partir da qual pensavam as relações entre os sexos. (RAGO, 1995, p. 33-34)

O movimento feminista, nesse ínterim, ganhou notoriedade em escala internacional, por meio de suas ações, pressões e reivindicações, o que contribuiu para que a Organização das Nações Unidas (ONU) institísse a Década da Mulher em 1975. A partir de então, campanhas, pesquisas, programas e projetos sociais proliferaram, todos

voltados para o combate à violência, ao preconceito e à discriminação em relação às mulheres, em diversos campos e com caráter mundial.

Nos anos 1980, com o aumento do eleitorado feminino brasileiro, os candidatos começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas, e os partidos políticos criaram os chamados *departamentos femininos*. Mesmo assim, ainda predominava nos partidos políticos, em sua linha programática, o discurso da supremacia das “lutas gerais” sobre as “específicas”.

O movimento em si se dividiu entre as militantes que permaneceram nos partidos e aquelas que se concentraram somente no movimento. Dentro do próprio feminismo, começavam a aparecer as diferenças, as quais evidenciavam a sua composição heterogênea: classes sociais antagônicas, negras e brancas, homossexuais e heterossexuais. O feminismo assumiu uma diversidade que se mostrou na multiplicidade de novas formas de organização, reivindicações e formas de luta, voltadas para as questões relacionadas ao corpo, à saúde, à sexualidade feminina e à violência (SOARES, 1994), que, antes secundarizadas, passaram a ser politizadas, tratadas nos grupos feministas e nos debates acadêmicos.

Os encontros feministas nacionais, em meados de 1980, propiciaram uma maior articulação das categorias *classe*, *gênero* e *raça*, garantindo uma compreensão mais concreta do processo de exclusão das mulheres e da própria diversidade presente no movimento feminista e favorecendo a articulação de outros sujeitos políticos do feminismo, como as negras e as lésbicas. As diferenças culturais em experiências e práticas das mulheres exigiram do feminismo o reconhecimento do princípio da heterogeneidade da condição dessas, a fim de possibilitar a existência de um campo comum na ação para construir um diálogo dentro da pluralidade (SOARES, 1994).

Além dos fatores que contribuíram para dar visibilidade à heterogeneidade dos grupos de mulheres, emergiram críticas em relação ao modelo de disputa da direção do movimento, muitas vezes assemelhando-se às concepções políticas e aos padrões masculinos.

No âmbito da intervenção política, buscou-se manter duas estratégias: uma no Estado, com atuação nas instâncias governamentais, e outra na manutenção da autonomia do movimento. Esse diálogo entre Estado e parte do movimento feminista gerou um novo conflito entre aquelas que apostavam na possibilidade de avanços nos direitos das mulheres por meio da implantação de políticas públicas e aquelas que destacavam o “[...]”

enorme perigo de cooptação e institucionalização do movimento feminista” (RAGO, 1995, p. 40).

O período caracterizou-se pela possibilidade de implantação de políticas para as mulheres por meio da eleição de partidos políticos de oposição para governos municipais e estaduais, assim como da criação e ocupação dos Conselhos de Direitos da Mulher, como novos interlocutores na relação com os movimentos. Logo as feministas tiveram de reconhecer e atentar-se para a importância de ocupar o Estado, posto que havia a possibilidade de esse desenvolver políticas sociais que contribuíssem para as mudanças na condição feminina, embora tivessem de reconhecer os limites de tais transformações em um Estado patriarcal (COSTA, 2005).

Outro fato importante, à época, foi a campanha do movimento feminista e de mulheres, coordenada pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) e pelas parlamentares mulheres em defesa de uma legislação mais igualitária, durante a Assembleia Nacional Constituinte, apresentando suas demandas à sociedade e aos constituintes na *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte*. A ação ficou conhecida como *Lobby do Batom* e teve aprovação de 80% de suas reivindicações, atuando de forma conjunta à

[c]hamada ‘bancada feminina’. Atuando como um verdadeiro ‘bloco de gênero’, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento. (COSTA, 2005, p. 18)

Os anos 1990 iniciaram com a falta de credibilidade por parte do movimento feminista autônomo ao aparelho estatal, ao mesmo tempo que assinalaram o avanço da profissionalização e da especialização de setores do feminismo, com a consolidação das organizações não governamentais feministas. No próximo item, trataremos desse período, marcado por uma maior institucionalização dos movimentos feministas mediante a profissionalização das ONGs e pela constituição de um campo feminista composto por organizações de caráter anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, com a entrada dos anos 2000.

2.3 O movimento feminista brasileiro sob a égide do neoliberalismo: do feminismo “institucionalizado” à constituição do feminismo antipatriarcal, antirracista e antirracista

No Brasil, os contornos particulares que o movimento feminista ganha ao longo dos anos 1990 não podem ser vistos de maneira isolada, sem considerar o cenário de intensificação da *globalisation* neoliberal e o processo de integração do capitalismo dependente brasileiro ao movimento hegemônico dos países de capitalismo central, os quais, àquela altura, viviam a ortodoxia neoliberal no contexto de crise estrutural do capital (MACÁRIO *et al.*, 2016; ALVES, 2016).

No caso particular do Brasil, segundo Alves (2016), o país se projeta para o neoliberalismo após a derrota da Frente Brasil Popular, em 1989, passando para uma nova temporalidade histórica do capitalismo mundial, caracterizada pela financeirização e barbárie social, integrando o país

[...] no movimento hegemônico do capital no mercado mundial – dizemos melhor, capital predominantemente financeirizado – que, naquele tempo, após o *débâcle* do leste europeu (1989) e URSS (1991), impulsionou, no plano mundial, a globalização como espírito da época histórico (*Zeitgeist*), transformando o mundo à sua imagem e semelhança. (ALVES, 2016, p. 102)

Perante os governos neoliberais de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, dispostos a aplicar o Consenso de Washington sob a justificativa de modernizar o Estado e a economia brasileira, o país ingressa num período de reestruturação do capitalismo, com reformas estruturais na sua economia, “[...] resultando na imensa recomposição patrimonial da riqueza nacional, basicamente movida por processo de transferência e privatização da riqueza”, criando uma “[...] nova (e poderosa) burguesia no País” (ALVES, 2016, p. 104). Esses governos empreenderam

[p]rivatizações lesivas aos interesses nacionais [...] a disciplina fiscal e a política de superávit primário como regra inquestionável; abriu-se ainda mais o mercado doméstico para as empresas, mercadorias, serviços e, principalmente, capitais rentistas transnacionais; operou-se a reforma do aparato estatal, abrindo flancos para a entrada do capital privado; reformou-se a previdência, diminuindo a área de abrangência do Estado e ampliando o espaço para investimento do capital financeiro (fundos de pensão, bancos, seguradoras); e colocou-se em marcha um insidioso processo de desregulação das relações ente capital e trabalho, em enorme flexibilização, produtividade e diminuição do custo Brasil. (MACÁRIO *et al.*, 2016, p. 133-134)

Importante destacar que, no contexto de gestação do projeto neoliberal no Brasil, em meados dos anos 1980, e de sua materialização ao longo da década posterior, mudanças significativas transcorreram no movimento feminista, não somente no Brasil, mas no contexto latino-americano de transição ou consolidação democrática. Reconfigura-se assim o que Alvarez (1998) denomina de *campo feminista*, multiplicando os espaços de atuação política do movimento:

[...] que ya no es sólo en las calles, en los colectivos de auto-reflexión autónomos, en los talleres de educación popular etc. (aunque las feministas aún están en esos espacios), sino que también en los sindicatos, en los movimientos estudiantiles, los partidos, los parlamentos, los corredores de la ONU, en los laberintos de la academia, en las redes formales e informales de organizaciones no-gubernamentales especializadas y profesionalizadas, en los medios de comunicación, en el ciberespacio etc. (ALVAREZ, 1998, p. 265-266)

No país, multiplicam-se as modalidades organizativas e as identidades feministas no interior do movimento, a exemplo do feminismo popular e das organizações feministas das mulheres negras (COSTA, 2005).

No terreno político-estrutural dos anos 1990, consolidam-se as Organizações Não-Governamentais (ONGs) no interior do movimento feminista. Demandam, portanto, uma atuação nas estruturas do Estado, na assessoria dos governos para capacitar profissionais, implementar projetos, políticas públicas, consultorias, em nome da consolidação das plataformas aprovadas nas conferências da ONU, numa nítida mudança de uma postura antiestatista, presente na história do feminismo, para uma postura “[...] crítica-negociadora” (ALVAREZ, 1998) em relação ao Estado e aos organismos internacionais.

Para os Estados nacionais e as organizações governamentais, as ONGs se converteram em substitutos convenientes da sociedade civil, vistas como espaço privilegiado e eficiente para a provisão de serviços, coordenação e orientação das políticas sociais. De acordo com Harvey (2013), em muitos casos, preencheram o espaço vazio dos benefícios sociais deixado pela saída do Estado na virada neoliberal, equivalente a uma privatização via ONGs, funcionando “[...] como ‘cavalo de Troia’ do neoliberalismo global” (HARVEY, 2013, p. 190).

O fato é que a existência das ONGs gerou polêmicas, rupturas e formação de novas alianças no campo feminista. Particularmente, no Brasil, consolidou-se uma crítica por parte de alguns setores do movimento feminista quanto ao “[...] processo cada vez maior de institucionalização, de um lado, via profissionalização das ONGs e, de outro, devido

à assimilação dessa temática pelo Estado por meio da criação de estruturas governamentais” (FARIA, 2005, p. 17).

No processo de institucionalização dos movimentos sociais, especialmente o feminismo — conhecido como *feminismo institucionalizado* —, as preocupações e as divergências mais recorrentes estavam em torno da possibilidade de redução da luta feminista ao estabelecimento de direitos e políticas públicas para as mulheres, sem o questionamento do caráter dessas ações sob o Estado neoliberal, as parcerias com a sociedade civil para sua implementação, com a desresponsabilização do Estado e sem pretender mudanças de cunho estrutural.

O diálogo entre o feminismo institucionalizado e os organismos governamentais ocupados por feministas gerou um conflito entre aquelas que apostavam na possibilidade de avanços nos direitos das mulheres por meio da implantação de políticas públicas e as que se preocupavam com a institucionalização e a perda de autonomia do movimento feminista:

De um lado, acabava existindo uma pressão sobre o movimento para fortalecer as feministas que ocupavam cargos nestes organismos, uma vez que estes não tinham e ainda não têm poder efetivo para a implementação de políticas públicas. De outro lado, a consequência foi muitas vezes uma fragilização do movimento como força de mobilização e pressão, uma vez que estava sempre em risco a existência de tais organismos. (FARIA, 2005, p. 16)

A representatividade e a interlocução que as ONGs assumiram para “negociar” as demandas populares, definir as agendas do movimento ou até mesmo intermediar a relação entre movimento, Estado e organizações multilaterais, de acordo com Faria (2005), levaram a uma despolitização do movimento de mulheres. Trouxeram também preocupações referentes à autonomia do movimento feminista no que concerne ao “[...] papel do movimento na reivindicação de por políticas públicas, a participação de lideranças nas estruturas governamentais e a representatividade do movimento na negociação direta com os órgãos do Estado” (CISNE; GURGEL, 2008, p. 80), bem como a uma mudança no cenário da luta social feminista. Quanto a isso, assinala Gurgel (2006, p. 4):

Das movimentações de ruas, pressão e enfrentamento com o sistema dominante, via demanda ao Estado, o Movimento passa a privilegiar a arena dos lobbys, do monitoramento de políticas para as mulheres (*advogacy*), dos gabinetes de governos e parlamentos. Uma práxis da ‘negociação possível’ em detrimento da radicalidade e liberdade da crítica.

Prevaleceu, no interior dos feminismos brasileiro e internacional, o discurso triunfalista de avaliação positiva dos avanços contidos nas plataformas, a necessidade de monitoramento para garantir a implementação de políticas para as mulheres e a ausência de uma posição crítica por parte do feminismo institucionalizado às políticas de ajuste estrutural e implementação do neoliberalismo. Isso, então, impediu o debate e a construção “[...] de forma ampla uma crítica em relação aos retrocessos ocorridos na vida das mulheres no contexto do neoliberalismo” (FARIA, 2005, p. 20).

Essa perspectiva de monitoramento das plataformas oriundas das conferências que fizeram parte do ciclo social da ONU, que tem relação com as políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial, marca, de forma intensa, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e os movimentos sociais. Esses, por sua vez, passam a ser considerados agentes de execução e controle de políticas públicas pelos organismos internacionais, no cenário de advento do neoliberalismo no Brasil, nos anos 1990, período marcado pela contradição entre a promulgação de uma “[...] Constituição Cidadã e leis que estabelecem vários direitos e, ao mesmo tempo, a redução do Estado e das políticas que seriam necessárias para efetivar estes direitos” (SILVA, 2016, p. 195). No interior do feminismo brasileiro,

[p]ara algumas se tratava de acompanhar o que seria feito para implantação das deliberações da ONU no país, para outras seria necessário um intenso processo de mobilização para exigir do Estado brasileiro o estabelecimento de direitos e as políticas públicas necessárias para cumprir a Plataforma de Beijing.

É importante frisar que, no processo anterior, de preparação para a participação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, em Pequim (Beijing), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995, surge a Articulação de Mulheres Brasileiras⁶, por meio da articulação de diversas organizações preexistentes — no retorno da Conferência de Beijing, em uma reunião nacional, a decisão coletiva foi de dar continuidade ao movimento com o objetivo principal de monitorar a Plataforma de Ação em Beijing no Brasil (SILVA, 2016).

Inicialmente, a AMB constitui-se como uma “[...] articulação de mulheres para Beijing” no intuito de produzir um documento próprio do movimento de mulheres e influir no documento oficial do governo brasileiro para a conferência. No entanto, as bases para a constituição do movimento já estavam postas na mobilização nacional para

⁶ No último capítulo, caracterizamos, de maneira detalhada, os movimentos feministas que emergem no Brasil no contexto da crise do neoliberalismo.

a coleta de assinaturas e pressão sobre os deputados constituintes para a garantia dos direitos das mulheres e a participação na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da ONU, no Cairo, em 1994 (SILVA, 2016).

Ao final dos anos 1990, a AMB passa por uma crise, marcada pela pouca participação e desmobilização dos fóruns estaduais criados à época da mobilização para a Conferência de Pequim. No bojo da crise, articula-se “[...] uma grande aliança do movimento feminista e do movimento de mulheres”, cujo propósito foi monitorar a efetivação da plataforma de Beijing pelo Estado brasileiro e exigir políticas públicas para “[...] construir uma plataforma própria das mulheres brasileiras, a partir da qual poderia se dirigir autonomamente frente ao governo (FHC) e à sociedade em defesa dos direitos” (SILVA, 2016, p. 196).

De acordo com Faria (2005, p. 18), “[...] o período pós-conferência (todas e não apenas a de Pequim) foi marcado, de forma explícita ou velada, pela competição em relação a recursos da cooperação” e também pela crença da necessidade de consolidar os consideráveis avanços das conferências, ganhando legitimidade a tônica de “[...] ser propositivo, trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais, colocando como um grande horizonte o estabelecimento de políticas públicas” (p. 17).

O período também se caracteriza pela renovação da agenda feminista, quando são introduzidas novas temáticas como “[...] as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, mais recentemente, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos” (SOARES, 1994, p. 47). Tratam-se de medidas para superar a ausência ou a pouca presença das mulheres nesses espaços hegemonicamente ocupados por homens e a reprodução das desigualdades de gênero. Soares (1994) ainda destaca que a luta pela legalização do aborto, tema antigo do movimento, conseguiu um maior envolvimento por parte das mulheres após a democratização do país.

Outra problemática diz respeito à incorporação da perspectiva de “gênero” por parte dos Estados e dos organismos governamentais, que, mesmo diante do papel central que “[...] tuvieron los lobbies feministas locales y globales en promover las normas internacionales de género que indirectamente inspiran estos modernos discursos estatales 'pro-género'” (ALVAREZ, 1998, p. 271), nem sempre se inspiraram no feminismo. Nas práticas e nos discursos do Estado, *gênero* traduziu-se em um indicador neutro ou na tecnificação ou despolitização do termo, desconsiderando as relações desiguais de poder entre mulheres e homens.

O discurso de “gênero” também foi assimilado pelas instituições, meios de comunicação, organizações populares, sindicatos e partidos de esquerda. No entanto, “[...] essas organizações mistas abandonaram parte de seu discurso e de suas demandas, vinculadas à dimensão de gênero e classe, e passaram a priorizar o tema ‘mulheres e poder’ ou mesmo o discurso de políticas públicas” (FARIA, 2005, p. 19).

Nos anos 2000, diante das crises do neoliberalismo vivenciadas nos países de capitalismo dependente desde 1996 e do estouro das bolhas financeiras no México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil, Argentina (ALVES, 2016), foi exposta a “[...] fragilidade orgânica da ordem neoliberal nos seus elos mais fracos” (ALVES, 2016, p. 105).

A concentração de renda nas mãos das frações mais ricas, a ampliação das desigualdades sociais e os índices de desemprego, pobreza e violência, além dos poucos índices de crescimento econômico, “[...] foram responsáveis pela situação de colapso em que se encontravam diversos países na entrada do novo milênio, precipitando uma grave crise de hegemonia do bloco dominante” (MACÁRIO *et al.*, 2016, p. 128).

Emergem os movimentos contestatórios e de resistência à globalização capitalista, formando redes caracterizadas pela presença de uma “[...] solidariedade entre organizações diferentes, movimentos sociais ou forças políticas de diversos países ou continentes que se ajudam e se associam num mesmo combate” (LOWY, 2008, p. 33).

Nesse cenário, surge, no continente latino-americano, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). O movimento se constituiu, primeiramente, como uma ação do movimento feminista internacional, mais especificamente em 2000, denunciando o empobrecimento das mulheres, a violência contra elas e as formas de inserção precária do trabalho feminino.

Na verdade, o nascimento do referido movimento deu-se antes disso, quando, no Canadá, em 1995, cerca de 850 mulheres marcharam 200 quilômetros contra a pobreza, pelo interior do Quebec. Chegando em Montreal, foram recepcionadas por 15 mil pessoas. O aumento real do salário mínimo, o estabelecimento de mais direitos para as mulheres imigrantes e o apoio à economia solidária foram as reivindicações iniciais das militantes. Configurando-se como um movimento anticapitalista e antipatriarcal, de acordo com Faria (2005), a MMM revelou-se como uma alternativa ao processo de institucionalização e de perda de radicalidade do feminismo na América Latina e Caribe,

[...] retomando a ideia de auto-organização das mulheres, de mobilização, de fazer a luta feminista vinculada à luta anticapitalista, recolocando as questões de gênero e classe como co-extensivos, e a necessidade de transformação

global do modelo, sem abandonar outras questões como raça/etnia, juventude etc. (FARIA, 2005, p. 19)

Como resposta à crise estrutural das economias latino-americanas e asiáticas, surge, nos centros imperialistas, o social-liberalismo, projeto “alternativo” ao neoliberalismo quando “[...] as classes dominantes globais pretenderam dotar o neoliberalismo de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e à globalização para reduzir as tensões sociais e políticas” (CASTELO, 2016, p. 46-47). No panorama de crise na América Latina, operam-se mudanças no neoliberalismo, mas preservando

[...] a sua essência, a saber, a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho, o aumento das taxas de exploração da força de trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na ‘questão social’, o apassivamento e cooptação da classe trabalhadora e, em determinados casos, a decapitação das suas lideranças mais combativas. (CASTELO, 2016, p. 47)

Portanto, é a partir da necessidade de constituição de um novo modelo de desenvolvimento econômico-social que surge o *neodesenvolvimentismo*, “[...] ideologia reformista nos blocos de poder da periferia do sistema à crise de hegemonia nos países centrais, abatidos pela crise da globalização (1996-2000 e 2008-2013)” (ALVES, 2016, p. 112), com a ascensão dos governos populares no continente latino-americano.

No caso do Brasil, em 2002, Luís Inácio Lula da Silva é eleito, inaugurando um novo ciclo de desenvolvimento capitalista no país e mantendo “[...] o aprofundamento da economia política da financeirização e do novo imperialismo” (CASTELO, 2016, p. 59-60). O *neodesenvolvimentismo*, “[...] como novo modelo de desenvolvimento capitalista e bloco histórico, sob direção do grande capital organizado” (ALVES, 2016, p. 106), constituiu-se, em meados dos anos 2000, sob os dois governos de Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) em face ao “[...] neoliberalismo, que levou ao fracasso eleitoral a coligação entre PSDB e PFL (hoje, Democratas – DEM) e colocou a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sob a direção de uma nova frente política”.

Se, nos anos 1990, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tecem duras críticas ao projeto neoliberal, após assumir o governo, em 2003, sob um programa que unificou tendências políticas que historicamente estiveram em oposição,

[...] a crítica vai [...] se transformando e se reconciliando com a dura realidade brasileira, ao ponto de, nos primórdios do milênio, praticamente, fundir-se com a perspectiva social liberal [...] propondo inflexões na aplicação da pragmática neoliberal – dentre elas a ideia de maior e mais eficaz intervenção do Estado com vistas a melhorar o ambiente dos negócios e promover políticas para administrar a pobreza como forma de enfrentar as sequelas produzidas ou aprofundadas pelo neoliberalismo. Foi esse amálgama de ideias e interesses que cimentou a complexa coalizão de forças políticas que deu sustentáculo ao modelo denominado ora de ‘pós-neoliberalismo’ ora de ‘neodesenvolvimentismo’ capitaneado pelos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. (MACÁRIO *et al.*, 2016, p. 129-130)

Assim, uma nova etapa do capitalismo dependente consolida-se nos governos Lula e Dilma, reafirmando o neoliberalismo com uma política econômica social-liberal, “[...] a serviço da economia política financeiro internacional e nacional em todas as suas frações [...] que, aliás, estão cada vez mais integradas com a concentração e a centralização do capital, algo típico em um momento de crise” (CASTELO, 2016, p. 69-70).

Nasce, então, nesse contexto, o Movimento Mulheres em Luta (MML), durante o I Encontro Nacional de Mulheres da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas)⁷. O movimento feminista, de cunho classista e socialista, apresenta-se como espaço organizativo das mulheres trabalhadoras que “[...] aprovaram a construção do movimento pela base, organizando reuniões nos locais de trabalho e organizando pautas de reivindicações”, como “[...] alternativa de organização das mulheres às organizações governistas e de conciliação com a burguesia” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁸.

O II Encontro Nacional de Mulheres, em 2010, com a participação de quase mil mulheres, elegeu a Executiva Nacional do MML, considerado pelas integrantes como um importante salto político a fim de “[...] organizar e implementar as deliberações de seus encontros e para avançar na organização das mulheres trabalhadoras” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁹.

No mesmo ano, o MML passa a integrar a Central Sindical e Popular – CSP Conlutas, que agregou organizações da juventude e de luta contra as opressões para a construção de “[...] um programa comum, de defesa dos interesses classe trabalhadora,

⁷ Atualmente, a Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas, que se organizava desde 2004, ingressou na Central Sindical e Popular (CSP Conlutas). A Conlutas surgiu da unidade de setores do movimento sindical que estavam insatisfeitos com a implementação da política neoliberal durante o primeiro mandato do governo Lula.

⁸ Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/mml/historia/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

⁹ Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/mml/historia/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

contra a exploração e opressão capitalistas” (CENTRAL SINDICAL POPULAR - CONLUTAS)¹⁰.

Após situar historicamente o processo de constituição desses três movimentos que apresentam atuação política em âmbito nacional, no próximo item, tratamos da instauração do ciclo do neodesenvolvimentista no país, dos efeitos da crise de 2008 sob o governo recém-eleito de Dilma Rousseff e das repercussões sobre as políticas para as mulheres.

2.4 O governo Dilma Rousseff e as políticas públicas para as mulheres (2011-2014)

No primeiro capítulo, assinalamos que, no contexto de crise estrutural do capital e de ascensão dos governos populares na América Latina, nos anos 2000, o social-liberalismo constituiu-se como um novo projeto frente às tensões sociopolíticas no continente, no sentido de operar mudanças no neoliberalismo, mas preservando sua essência. Para Lowy (2014), esses governos de esquerda ou centro-esquerda não extrapolaram os limites do social-liberalismo, de uma política “[...] dentro dos limites da ortodoxia neoliberal”, favorecedora dos “[...] interesses dos bancos, das multinacionais e do agronegócio, mas que opera, ao mesmo tempo, uma pequena redistribuição da renda em benefício das camadas mais desfavorecidas” (LOWY, 2014, p. 68).

No Brasil, esse ciclo — chamado de neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo — se inicia na segunda metade dos anos 2000 e se consolida no segundo mandato de Lula da Silva e no governo Dilma. Como já disse,, o Partido dos Trabalhadores (PT) que combatia criticamente o projeto neoliberal nos anos entre 1980 e 1990, com uma proposta alternativa denominada de Projeto Democrático e Popular, em conjunto com movimentos sociais significativos na luta de classes A partir de 2003, uma nova conjuntura se inaugura com sua chegada ao governo.

Coelho (2004) evidencia, em seu estudo, o processo de transformismo¹¹ do PT quando a crise do marxismo se manifestou de forma particular nos projetos políticos da parte mais influente da esquerda brasileira contemporânea. Segundo sua tese, isso

¹⁰ Disponível em: <sitecspconlutas.org.br>. Acesso em: 5 mar. 2018.

¹¹ Por *transformismo*, compreende-se a incorporação de personalidades políticas gestadas em partidos democráticos de oposição à classe política conservadora e moderada. Pode se tratar também de grupos inteiros que passam ao campo moderado.

provocou mudanças na concepção de mundo dos intelectuais e deslocamentos do partido no terreno da luta de classes.

Na leitura de Iasi (2006), as mudanças operadas no projeto original do PT expressaram a transformação significativa de um “[...] extrato que se descola da classe trabalhadora, da qual se origina, para formar uma camada burocrática composta por uma série de funções associadas ao processo de institucionalização, e depois burocratização” (IASI, 2006, p. 559), inclusive das organizações e movimentos que atuam no interior da classe trabalhadora, aliados históricos do PT. Esse processo — que alguns autores vão nominar de cooptação ou incorporação das principais entidades e organizações da classe trabalhadora à ordem burguesa — culminou na pacificação da luta de classes e atingiu boa parte das centrais sindicais, com destaque para a CUT e muitos movimentos sociais (MATTOS, 2016).

O neodesenvolvimentismo, “[...] um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras” (PLÍNIO JR., 2012, p. 678) do respectivo período, como ideologia, traduziu-se em “[...] guia dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro” (CASTELO, 2012, p. 614). Expressão teórica do respectivo ciclo dos governos petistas e ideologia cumpridora de uma função de mistificação da realidade ou a inversão dessa (MARX, 1984; LOWY, 2015; LUKÁCS, 2013), ele conseguiu seu propósito de reforçar o mito do suposto crescimento econômico como o motor para o enfrentamento das desigualdades sociais, articulando desenvolvimento, crescimento e justiça social (MOTA, 2010; PLÍNIO JR. 2012, MATTOS, 2016), assim como a pacificação da luta de classes, repercutindo nas “[...] organizações e movimentos, garantindo o caminho livre para a ofensiva do capital” (MATTOS, 2016, p. 104).

Diante de uma crise econômica mundial, sob o manto ideológico de superação do neoliberalismo e do subdesenvolvimento (CASTELO, 2012), combinando “discurso ‘social-liberal’, de superação do neoliberalismo clássico pela perspectiva de crescimento com ‘justiça social’” (MATTOS, 2012, p. 101), fez-se crer que o país estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento devido à

[...] modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o boom de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil. (PLÍNIO JR., 2012, p. 679)

Sem que os ideólogos do neodesenvolvimentismo questionassem o antagonismo presente na possibilidade de garantir, ao mesmo tempo, “[...] a igualdade social e a soberania nacional [...], a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia” (PLÍNIO JR., 2012, p. 680), conforme o economista, pairou uma espécie de cegueira sobre os intelectuais. Ela foi atribuída ao fato da ausência de uma perspectiva de totalidade no interior na política econômica que

[...] faz desaparecer não apenas os vínculos orgânicos entre os diversos componentes do ajuste liberal (processo de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas), como também os efeitos da ordem global sobre as condições de funcionamento da economia brasileira (livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional, restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas). (PLÍNIO JR., 2012, p. 683-684)

Os efeitos deletérios da crise de 2008 na economia brasileira dificultaram o prolongamento do neodesenvolvimentismo sob o governo recém-eleito de Dilma Rousseff (ALMEIDA, 2012). Mesmo diante da aparente possibilidade de uma recuperação econômica em 2010, a partir da combinação contraditória de “[...] ‘ortodoxia’ na taxa de juros e no superávit primário, com medidas ditas ‘anticíclicas’ de ampliação dos financiamentos e subsídios ao capital produtor de (mais-)valor” (MATTOS, 2012, p. 102), a tendência de queda no crescimento da China e a recuperação econômica dos Estados Unidos repercutiriam tempos depois sobre os indicadores de crescimento brasileiro. Esses fatores contribuíram para uma recaída da economia local na crise financeira internacional iniciada em 2008 e que retornou em 2011 (ALMEIDA, 2012; MATTOS, 2016; SINGER, 2016).

A forte desaceleração da economia brasileira, decorrente da crise econômica internacional, pôs em xeque a hegemonia lulista¹². Essa, por sua vez, combinou, nos anos anteriores ao crescimento econômico, desconcentração de renda e formalização do

¹² Termo cunhado por André Singer, em artigos e na sua tese de livre-docência pela Universidade de São Paulo, o *lulismo* surge em 2006, a partir da cristalização de um realinhamento eleitoral com o surgimento de uma base lulista, no segundo mandato, fruto de uma conjuntura econômica internacional favorável que se abre a partir de 2003, o que possibilitou a adoção de políticas de redução da pobreza, sem confrontar com os interesses do capital (SINGER, 2012).

mercado de trabalho, apoiando-se na “[...] articulação mais ou menos coerente entre o *consentimento ativo* das direções dos movimentos sociais e o *consentimento passivo* das classes subalternos” (BRAGA, 2016, p. 75, grifos do autor).

Quando os trabalhadores começaram a vivenciar condições de trabalho mais precárias, o crescimento da taxa de rotatividade, a flexibilização do emprego, a perda do poder de compra dos rendimentos do trabalho garantida pelos aumentos do salário mínimo e o endividamento das famílias devido à concessão de crédito e empréstimos populares nos anos anteriores, as tensões políticas se aprofundaram com o governo. Nesse contexto, as manifestações sociais se intensificaram. O ano de 2012 registrou 877 greves, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em 2013, com o maior número desde 1996, ocorreram cerca de 2.050 greves, predominantemente defensivas (BRAGA, 2016).

Em junho de 2013, marco inicial da conjuntura assinalada pelo acirramento dos conflitos de classe, com aceleração da dinâmica de classes e as mudanças que seriam ocasionadas a partir de então (MATTOS, 2016), explicitou-se “[...] uma crise de governabilidade não experimentada durante os governos anteriores do Partido dos Trabalhadores” (FERNANDES, 2016, p. 190). Para Braga (2016), a combinação de forma espontânea “[...] entre a *luta política do precariado urbano* manifestando-se nas ruas em defesa de seus direitos sociais e a *luta econômica da classe trabalhadora mobilizada sindicalmente* em defesa de melhores salários e condições de trabalho” (BRAGA, 2016, p. 71, grifos do autor) anunciava o colapso do lulismo como estratégia de pacificação social.

Multiplicaram-se as mobilizações, e as ruas foram ocupadas por estudantes e trabalhadores. Essas manifestações massivas tiveram como característica a espontaneidade, apesar de as primeiras terem sido convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Mesmo com uma composição social heterogênea, estava presente nas ruas uma maioria composta por jovens trabalhadoras com renda entre 1 a 5 salários mínimos (MATTOS, 2016).

Muitas pautas se fizeram presentes na agenda política das jornadas de junho: a luta por melhores salários e condições de trabalho, o investimento em políticas sociais, a melhoria do transporte público (colocando-se em debate o tema da mobilidade urbana e a gratuidade do transporte), os gastos com a Copa do Mundo, a violência policial. Segundo Mattos (2016), as pautas das jornadas de junho foram portadoras de uma perspectiva de classe no seu núcleo central e desdobramentos,

[e] esse sentido materializou-se em um reforço a pautas e em um chamado à mobilização da classe trabalhadora. Afinal, depois de toda a pressão midiática para introduzir o mote do combate à corrupção e projetos de emenda constitucional nada progressistas, a pauta que ficou de junho foi basicamente composta por: transporte público barato e digno; verbas para a Saúde e Educação; repúdio à violência policial (contra as manifestações, mas também contra os moradores de favelas e periferias, negros e jovens em particular), além de uma salutar desconfiança em relação à produção de informação em meios empresariais de comunicação. Uma pauta da classe trabalhadora que, diante dos serviços mercantilizados e ofertados de forma profundamente desigual, defendeu nas ruas, ainda que sem maior organicidade, uma concepção de direitos sociais. (MATTOS, 2016, p. 95)

Nas ruas, ademais, estiveram visíveis o descontentamento, a desconfiança e a aversão a governos e instituições partidárias, especialmente aos partidos de tradição de esquerda que, historicamente, foram portadores das bandeiras empunhadas em junho de 2013. Parte da juventude que entrou em cena após 10 anos de governo petista não diferenciava partidos de esquerda e de direita, além de não possuir referência, em suas histórias, quanto a entidades sindicais e estudantis que conduziram grandes mobilizações no país em outros momentos. De acordo com Fontes (2017),

[o]s setores populares, estudantes, os trabalhadores sindicalizados ou não, assistiram ao início da crise através das lentes do desencanto com a política. As reivindicações fragmentárias expressas por milhares de pessoas em 2013 não redundaram em novas organizações. Foram rapidamente do fascínio ao susto com as manifestações da direita, em 2015, que explicitamente os discriminava, culpando a pobreza e a democracia pela então incipiente crise econômica. (FONTES, 2017, p. 423)

As primeiras manifestações ocorreram sem uma direção política nacional, o que levou os partidos de esquerda e os movimentos sociais a construírem uma unidade programática e de intervenção para a convocação de manifestações posteriores. Após as jornadas de junho, muitas greves nacionais estouraram, a exemplo da greve dos profissionais de educação, dos garis, dos rodoviários, da construção civil, durante as obras dos estádios, e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, outros movimentos ganharam notoriedade, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com o salto numérico de ocupações e a presença político-social após as jornadas, mostrando, conforme Mattos, que “[...] ante a precariedade e a informalidade de amplos setores contingentes da classe trabalhadora brasileira”, esses movimentos da classe trabalhadora, embora não ligados diretamente à pauta do trabalho em si, “[...] podem cumprir um papel conscientizador e mobilizador fundamental” (MATTOS, 2016, p. 96).

A observância da conjuntura gerada pelos protestos que se intensificaram em 2013 no país, mesmo após as jornadas de junho, com a permanência das lutas mediante greves, manifestações de jovens e de trabalhadores sem-teto, atingiu “[...] simultaneamente tanto o modo de regulação quanto o regime de acumulação que sustenta a reprodução do atual modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro” (BRAGA, 2016, p. 71).

As respostas de Dilma às reivindicações de junho, publicamente tardias, foram pouco ousadas e não implementadas nos meses que se seguiram (MATTOS, 2016). Diante do crescimento das lutas da classe trabalhadoras, a repressão aos movimentos se acentuou. Fontes (2017) afirma que “[...] a violência do Estado cresceu de forma impactante nas últimas décadas. Ela se tornou mais evidente na truculência com que foram tratados manifestantes que ousaram criticar os descaminhos em curso, em 2013” (FONTES, 2017, p. 423). Esses acontecimentos contribuíram de maneira decisiva para que houvesse deslocamentos nas bases de apoio ao PT, perceptível nas eleições de 2014 e no período pós-eleitoral.

Apesar de uma cultura reacionária não ter sido gestada na conjuntura anterior ao colapso do lulismo ou quando a crise financeira atinge o primeiro mandato de Dilma Rousseff¹³, não podemos desvincular a escalada de discursos e práticas conservadoras ao período que a hegemonia lulista começa a dar sinais de exaurimento. Para Bianchi (2016, p. 121), “a sociedade brasileira parece, nos últimos anos, ter se tornado mais intolerante, autoritária e individualista. O tradicionalismo comportamental, o conservadorismo político, o liberalismo econômico e o fundamentalismo religioso aparentemente estão dando as cartas”.

Com a ascensão do projeto neoliberal no país nos anos 1990, “[...] as conquistas existentes corriam o risco de ser rapidamente confiscadas”, e foi no âmbito da cultura¹⁴

¹³ De acordo com Bianchi (2016), não houve rompimento com a cultura reacionária do país no momento em que as lutas que levaram à derrocada da ditadura militar e à instauração de um período democrático que derivou na Nova República e na Constituição de 1988, por não terem sido capazes de expressar e consolidar uma nova visão de mundo.

¹⁴ No sentido gramsciano, com o qual dialogamos, a cultura significa modo de pensar e exercer um importante papel na reprodução ou na transformação da sociedade. Como espírito e criação histórica, o homem, no sentido genérico, é capaz de desenvolver uma consciência reflexiva e crítica na problematização do próprio conhecimento com a realidade concreta, para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la. A luta ideológica tem papel central na luta revolucionária, sendo indispensável no processo de transformação social (GRAMSCI, 2011), o que implica um esforço contínuo pela conquista da hegemonia, manifesta na supremacia de um grupo social como direção intelectual e moral. Antes mesmo da conquista do poder, o grupo já deve ser dirigente; e, no poder, deve continuar a sê-lo. No entanto, a reforma intelectual não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, caracterizando-se como modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2011, p. 240). A efetivação da transformação social ocorre, portanto, de forma simultânea, no terreno econômico e ideológico. Em sua teoria sobre o partido político revolucionário, Gramsci (2004)

que “[...] as derrotas mais duradouras foram, entretanto, as menos perceptíveis” (BIANCHI, 2016, p. 122). Nesse sentido, há a afirmação de um novo modo de vida baseado na competição e no individualismo,

[...] valores preponderantes a partir das quais as pessoas atribuíam sentido às práticas sociais. O darwinismo social, uma ideologia que muitos consideravam confinada ao século XIX, ressurgiu com força, lado a lado com a defesa estridente da meritocracia. Junto com esses valores e essa ideologia espalharam-se desavergonhadamente os discursos homofóbicos, machistas, racistas, autoritários e elitistas, as manifestações mais abjetas de uma visão hierárquica e preconceituosa que expressa as profundas clivagens sociais existentes em nossa sociedade [...]. Por fim, o fundamentalismo cristão decidiu entrar de vez na briga e travar uma batalha em defesa de uma visão de mundo que considerava ameaçada por uma frente única formada por comunistas, feministas e gays. (BIANCHI, 2016, p. 122-123)

Com o mesmo ponto de vista, Fernandes (2016) destaca o nó nas relações entre conservadorismo, liberalismo econômico, corte de investimentos sociais e machismo à luz do crescimento progressivo do discurso conservador no Brasil, a partir das fissuras no pacto social iniciado no governo Lula, em 2003. A relação intrínseca entre neoliberalismo e conservadorismo ideológico implicou em entraves para a luta feminista e a conquista de direitos para as mulheres pela ação política dos movimentos feministas, como podemos observar na citação abaixo:

As imbricadas relações entre conservadorismo, liberalismo econômico, corte de investimentos sociais e machismo são velhas conhecidas das mulheres. As estarrecedoras estatísticas ligadas à violência contra a mulher, a proibição do aborto, as desigualdades das possibilidades de inserção no mercado de trabalho e a tripla jornada diária (nos cuidados da casa, dos filhos e do trabalho) demonstram as dificuldades encontradas na luta pelas conquistas de direitos. Verifica-se uma (aparentemente) estranha proximidade entre o discurso conservador de fundo religioso, que naturaliza o ‘papel da mulher’ como cuidadora e sem autonomia sobre seu próprio corpo, e o discurso neoliberal, que enaltece as mulheres eficientes que ‘dão conta de todo o serviço’, nos cuidados da casa, da maternidade e do emprego. (FERNANDES, 2016, p. 191)

Tomando cuidado para não “jogar a água, a bacia e a criança”, não podemos deixar de considerar que os governos Lula viabilizaram um novo período no tocante às respostas estatais para as reivindicações históricas do movimento feminista brasileiro. No início do

destaca a necessidade de intensificação e de forma sistemática a atividade partidária no campo ideológico em relação a sua classe, situando-o como educador de seus membros e responsável pela elevação do seu nível ideológico (GRAMSCI, 2004). A cultura deve ser organizada de forma desinteressada, ou seja, sem esperar estímulos da realidade, como forma de acelerar o futuro, libertando as massas do domínio ideológico das outras classes (DIAS, 2000).

governo, em 2003, a Secretaria Especial de Política para Mulheres¹⁵ foi criada, e no ano de 2010, obteve *status* ministerial e orçamento próprio, quando passou a chamar-se Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e sua titular, ministra de Estado Chefe. Foi um marco de incorporação da temática de gênero às políticas públicas, a partir do reconhecimento do Estado brasileiro das desigualdades entre mulheres e homens.

No mesmo período, ocorreram as I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), em 2004 e 2007, respectivamente, como instrumentos de participação popular e deliberação sobre tais políticas. Por meio da Lei n.º 10.745/2004, foi decretado o Ano da Mulher pelo então presidente da República, com o intuito de divulgar os avanços obtidos nos direitos das mulheres e problematizar a inserção do segmento na sociedade brasileira. No âmbito da assistência social, o Programa Bolsa-Família priorizou as mulheres como principais beneficiárias. Em 2005, o governo criou o Disque 180, uma central de atendimento à mulher em situação de violência e, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha.

No governo Dilma¹⁶, no âmbito das políticas sociais para as mulheres¹⁷ no eixo violência contra a mulher, entre os anos de 2011 e 2014, destacou-se o Programa Brasil Viver sem Violência¹⁸, cujo objetivo era integrar e ampliar os serviços públicos destinados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos serviços

¹⁵ Anteriormente, chamava-se Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça.

¹⁶ Após verificação minuciosa dos documentos e informações oficiais encontrados no site da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) nos eixos estruturantes da respectiva política (violência contra a mulher; mulher e trabalho; poder e participação política; educação, cultura e ciências; diversidade das mulheres; mulheres do campo, da floresta e das águas; saúde integral da mulher. Ainda há os eixos organismos governamentais; observatório da igualdade de gênero; ações internacionais; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Ouvidoria da Mulher; estatísticas de gênero), observamos que determinados eixos apresentavam mais pretensões do que propriamente informações sobre a materialização dos eixos centrais, o que contribuiu para os limites da avaliação sobre os avanços e recuos nas políticas para as mulheres.

¹⁷ É válido ressaltar que as políticas para as mulheres são produto histórico da luta do conjunto do movimento feminista e do movimento de mulheres para o reconhecimento político das desigualdades de gênero presentes na sociedade, tencionando para que o Estado apresente respostas às expressões da questão social vivenciadas pelas mulheres. Respostas que, apesar de não alterarem em profundidade as desigualdades de gênero no interior do capitalismo-patriarcal e encontrarem limites num contexto de neoliberalismo, também apontam para possibilidades de avanços nos direitos sociais das mulheres, quando os sujeitos lutam e pressionam para que as demandas dos movimentos feministas sejam atendidas. Como expressões das contradições existentes na sociedade capitalista e campo de intervenção política dos setores pertencentes as classes dominantes, as políticas para as mulheres estão em disputa entre o movimento feminista e setores conservadores, em torno de concepções, direção teórico-política e questões orçamentárias. As políticas sociais, portanto, são “[...] produto e resultado das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 36).

¹⁸ Lançado em março de 2013, o Programa Brasil Viver sem Violência tornou-se programa de governo pelo Decreto-Lei 8.086, de 30 de agosto de 2013.

especializados nas áreas da saúde, justiça, segurança pública, rede socioassistencial e promoção da autonomia financeira.

Um dos serviços propostos dentro da política foi a Casa da Mulher Brasileira¹⁹ (CMB). De acordo com as informações do site da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), ela configura-se como um espaço integrado e humanizado de atendimento às mulheres em situação de violência. Expressa, nesse sentido, a premência de adequar os serviços de saúde e justiça para o atendimento das mulheres em situação de violência nos espaços nos órgãos de medicina legal e na rede hospitalar de referência para evitar a revitimização das mulheres e a impunidade dos agressores, no intuito de

[...] aprimorar a coleta de vestígios de violência sexual; ampliar fluxos e protocolos de atendimento à vítima; integrar serviços de referência em saúde; articular fluxos e protocolos de atendimento entre saúde e medicina legal; classificar serviços de atendimento à violência sexual no Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde; capacitar e qualificar profissionais para este atendimento; e, por fim, reformar e ampliar instalações e adquirir equipamentos para hospitais de referência de atendimento às mulheres violentadas sexualmente (BRASIL, 2013)²⁰.

A Central de Atendimento às Mulheres Disque 180 é um dos programas que mais dispõe de informações sobre sua ampliação e de seu funcionamento no site da SPM, além do tratamento dos dados sobre a violência, úteis para subsidiar estudos, a formulação e implementação das políticas de enfrentamento à violência. Segundo informações do respectivo site, “[...] a usuária conhece os seus direitos e é encaminhada aos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres que existem em todo o país para protegê-la” (BRASIL, 2013)²¹.

O Disque 180 foi ampliado para mais de 50% dos municípios brasileiros. No primeiro semestre de 2013, foram realizados 306.201 atendimentos, correspondendo a

¹⁹ A proposta da Casa da Mulher Brasileira é integrar os seguintes serviços especializados: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; serviços de saúde de contracepção de emergência e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/aids, atendimento de urgência, acompanhamento médico e psicossocial; Delegacia Especializada da Mulher; o Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Ministério Público, Núcleo Especializado Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica a partir da inclusão em programas de assistência e de inclusão social; brinquedoteca para crianças de 0 a 12 anos que acompanham as mulheres que aguardam atendimento; alojamento de curta duração, 24h, para mulheres acompanhadas de filhos ou não, que corra risco iminente de morte e central de transportes. Inicialmente, o investimento estimado para a aplicação do projeto era de R\$ 265 milhões em 2013 e 2014. O projeto contemplaria a construção e manutenção de 27 Casas da Mulher Brasileira, a ampliação da Central de Atendimento à Mulher e as campanhas educativas de conscientização.

²⁰ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2013/03/servicos-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia-serao-integrados>>. Acesso em: 01 mar. 2018

²¹ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2013/03/servicos-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia-serao-integrados>>. Acesso em: 01 mar 2018

uma média mensal superior a 51 mil registros. Entre os principais assuntos nas ligações, estiveram a solicitação de informações sobre serviços, direitos e leis, seguido de encaminhamentos a outros serviços de telefonia, serviços de atendimento às mulheres e serviços públicos gerais. Os relatos de violência somam 12,3% dessas ligações, estando a violência física como a mais frequente, em que companheiros, cônjuges ou namorados, atuais ou antigos, são os principais agressores (83,8%). A maioria das vítimas se denomina parda, está entre a faixa etária entre 20 e 39 anos e possui Ensino Médio e Fundamental, completos ou incompletos. Cerca de 62% não depende financeiramente dos agressores e 82,7% são mães. A frequência da violência também é algo que chama atenção: 42,3% das mulheres sofrem violência diariamente.

Três campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher foram lançadas nos anos de 2013 e 2014: *Desperte para essa causa: Mulher viver sem violência*, um vídeo que mostra que as mulheres tem o direito a uma vida sem violência e que os agressores precisam ser responsabilizados e condenados; *Compromisso e atitude com a lei Maria da Penha – A lei é mais forte*, que abrangeu campanha de educação permanente para dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência e garantir a aplicação correta da lei, em parceria com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública; e *Violência contra as Mulheres – Eu ligo*, estimulando a sociedade a denunciar a violência contra a mulher e a disponibilização de um aplicativo para o celular voltado para as denúncias.

O lançamento de programas e serviços voltados para o enfrentamento da violência contra mulher, a exemplo da ampliação do Disque 180, o Programa Mulher Viver sem Violência e aprovação pela Câmara do Deputados da Lei do Feminicídio, o Projeto de Lei 8305/14, sancionada por Dilma, sem dúvida, representaram avanços em prol dos direitos das mulheres, em atendimento às reivindicações históricas dos movimentos feministas e foram uma marca no seu governo.

Entretanto, a redução de gastos públicos repercutiu na efetivação de programas e serviços voltados para a implementação da Lei Maria da Penha. Das 27 Casas da Mulher Brasileira previstas, nenhuma foi inaugurada no primeiro mandato. Apenas duas foram inauguradas em 2015, no segundo mandato²²: a de Campo Grande (MS) e a de Brasília (DF). Conforme o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que tem assessorado o movimento feminista quanto ao monitoramento do Orçamento Público,

²² De acordo com reportagem de 2016, localizada no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres, estavam previstas a construção cinco casas: São Luís (MA), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Boa Vista (RR) e São Paulo (SP). Outras seis casas estavam em processo de licitação.

o governo propôs no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) um corte brusco no orçamento para o ano de 2012. Segundo a análise do CFEMEA, o orçamento previsto é de R\$ 62.674.625,00, valor este que significa uma retirada de metade dos recursos autorizados em 2011 para os programas de Enfrentamento à Violência e de Direitos das Mulheres que, juntos, em 2011 têm verba autorizada na LOA de R\$ 118.537.142,00.²³ (CFEMEA, 2012, s/p)

Apesar das incorporações das demandas feministas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015²⁴, a partir das formulações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborados em 2004 e 2008, não houve transparência do orçamento para cada objetivo e meta voltados para o enfrentamento das desigualdades de gênero, de acordo com as informações. Em comparação ao orçamento de 2011, o Projeto de Lei Orçamentária para 2012 apresentou redução de

31,3% os recursos para a SPM, e em 67% os recursos para a SEPPIR. Para a Secretaria de Direitos Humanos, a redução é de 20,3% [...] Prevê-se para 2012 que o orçamento chegue a R\$2,2 trilhões. Praticamente a metade desse montante vai para a dívida pública 46%; os 65 programas temáticos representam 32% (R\$706 bilhões), ficando os demais 22% dos recursos para o funcionamento e gestão dos órgãos públicos.²⁵ (CFEMEA, 2012, s/p)

Na área da saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) passou de *status* de programa para objetivo do único programa de saúde do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), programa de número 2015. Ao analisar o PPA, podemos concluir que o orçamento da saúde da Mulher destinou-se, prioritariamente, ao Programa Rede Cegonha²⁶, com

²³ Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/389-numero-171-outubronovembrodezembro-de-2011/3665-em-2012-recursos-mais-escassos-para-garantir-os-direitos-das-mulheres>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

²⁴ Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual/publicacoes/2012-2015>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

²⁵ Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/colecao-femea/389-numero-171-outubronovembrodezembro-de-2011/3660-avancos-e-recuos-marcam-o-ciclo-orcamentario-2012-2015>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

²⁶ Criado em 2011, foi lançado com o objetivo de promover um novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança, na perspectiva de organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil, para diminuir a mortalidade materno-infantil. Para os municípios que aderiram ao programa o MS disponibilizava recursos “[...] para a ampliação dos exames de pré-natal, de teste rápido de gravidez e de detecção da sífilis e HIV, para a ampliação e qualificação de leitos de UTI adulto, UCI e UTI neonatal, leitos de gestação de alto risco assim como para a adequação da ambiência das maternidades e a construção e custeio de Centros de Parto Normal e Casas de Gestantes, Bebês e Puérperas, conforme critérios definidos pelas portarias e pactuações das Comissões Intergestores Regionais e GCE/RC”. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/rede_cegonha.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

foco na gestação, no parto e no puerpério, com autorização de cerca de 271 milhões de reais²⁷.

Sem desconsiderar a importância do atendimento o atendimento materno-infantil, outras áreas não receberam a mesma atenção como as ações voltadas para prevenção e tratamento de câncer de colo uterino ou mamário e de HIV/AIDS, além de ações para o atendimento ao aborto seguro e a formulação de políticas para outros ciclos de vida das mulheres, o que não possibilitou o fortalecimento do exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. Em 2013, Dilma Rousseff sancionou o Projeto de Lei (PL) 3/13, que obriga os hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) a prestarem atendimento emergencial e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, mas sem um direcionamento de ampliar os recursos para a saúde para garantir, efetivamente, o atendimento das mulheres violentadas sexualmente.

O próprio CFEMEA encontrou dificuldades de acesso ao orçamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), quando, em 2012, propôs, junto às organizações feministas, a construção de instrumentos que viabilizassem o controle social. Não podemos deixar de mencionar, sem o objetivo de aprofundar a questão, que a priorização das políticas voltadas para a maternidade esteve em sintonia com as representações da mulher nos discursos de Dilma, eivados de recorrência à ideia de mãe, o “olhar feminino” cuidadoso na construção e condução das políticas públicas, a mulher-mãe como lutadora e batalhadora.

Nas políticas voltadas para o trabalho, o governo apresentou ações tímidas para promover a autonomia econômica das mulheres e a igualdade no mercado de trabalho. Destacamos, entretanto, a PEC das Domésticas, que ampliou os direitos trabalhistas da categoria eminentemente feminina, composta por 95% de mulheres e que representava 7,1% da população ocupada, cerca de 6,6 milhões de brasileiros.

Não ficam nítidas, no site da SPM, quais iniciativas, de fato, foram realizadas para atingir a autonomia econômica feminina e enfrentar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. O site cita o apoio a 213 projetos que beneficiaram 49.470 mulheres, mas não enumera quais projetos, quais objetivos, onde ocorreram e os resultados. Apresenta o Programa Pró-equidade de gênero e raça dirigido a empresas de médio e grande porte, porém não informa sobre as adesões e as ações concretas das empresas. A profissionalização das mulheres no esporte e a consideração do cotidiano e uso do tempo

²⁷ Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/99170035/Qual-Orcamento-Saude-Mulheres>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

feminino para subsidiar a formulação de políticas públicas de igualdade são outros aspectos que constam no eixo Mulher e Trabalho, no entanto, sem informações mais detalhadas.

Na área de assistência social, a titularidade preferencial às mulheres nos programas sociais no âmbito das políticas de proteção social, em especial, os programas de renda-mínima, de acordo com o governo, representou uma importante conquista para o segmento, tendo em vista as possíveis mudanças que tais programas poderiam gerar nas relações de gênero no âmbito familiar, no sentido de “empoderar” e contribuir para uma maior autonomia das mulheres. Os programas Bolsa-Família e Minha Casa, Minha Vida e o plano Brasil sem Miséria mantiveram a linha adotada no governo Lula, a de priorizar as mulheres como principais beneficiárias.

No geral, esses programas tiveram como tendência o “familismo”, quando a família passa a ter centralidade e encargos para o êxito de tais programas, e a feminilização, a partir do momento em que o Estado delegou prioritariamente às mulheres as reponsabilidades em torno da gerência dos recursos financeiros e do sucesso das ações e programas de combate à pobreza, aos moldes dos organismos internacionais. A ação Brasil Carinhoso, por sua vez, foi um outro programa que se caracterizou pelo reforço e aumento das atribuições e tarefas na reprodução das famílias, ao serem as mulheres consideradas melhores gestoras dos recursos governamentais e cuidadoras das famílias.

Durante o governo Dilma, a Ação Brasil Carinhoso, ação designada para a primeira infância, lançada em 2012, surgiu com os objetivos de superar a extrema pobreza em famílias com crianças de 0 a 6 anos, ampliando o acesso a creches e pré-escolas e à saúde, com transferências de recursos do FNDE aos municípios e Distrito Federal. Dentre as ações do governo, estão o fornecimento de suplementação de vitamina A e de ferro, a expansão do Programa Saúde na Escola (PSE) e o aumento dos repasses do Ministério da Educação (MEC) para a compra da alimentação escolar, incluindo a intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil.

Entretanto, de acordo com a matéria da Agência Patrícia Galvão (APG) (LIRA, 2014)²⁸, o programa de creches apresentou falhas e desperdício de recursos em sua execução, especialmente na reestruturação das creches e na aquisição de equipamentos para estruturá-las, com problemas em bibliotecas, salas de leituras e laboratórios de

²⁸ LIRA, Davi. **Bandeira de Dilma, programa de creches tem falhas e desperdiça recursos, diz TCU.** 2014. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho /bandeira-de-dilma-programa-de-creches-tem-falhas-e-desperdica-recursos-diz-tcu/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

informática sem computadores, além da ausência de adaptações climáticas nos projetos de implantação das creches. Na matéria, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), houve um dispêndio de recursos públicos sem uso efetivo na ordem de R\$6,13 milhões²⁹.

Ainda de acordo com a APG, o relatório do Plano Nacional de Educação (PNE) revela que apenas 23,5% das crianças estão matriculadas em creches³⁰ e que o Proinfância fracassou na meta inicial de 6 mil creches em funcionamento até 2014, concretizando-se cerca de 33% das creches prometidas (REZENDE, 2015)³¹, apesar do repasse de 78% dos recursos federais para as prefeituras, como afirma a agência.

No ano de 2012, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e do Ministério da Educação mostraram que, do total de 10,5 milhões de crianças de 0 a 3 anos, apenas 24,2% estavam matriculadas em creches, um problema que atinge, sobretudo, os mais pobres, quando se constata que 78,1% das crianças entre 2 e 3 anos estão fora da creche, enquanto nas famílias ricas o percentual é de 37% (REZENDE, 2015)³². Segundo pesquisa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, publicada no jornal *O Globo*, foi comprovado que, quando os filhos estão inseridos na educação infantil, 50% das mulheres conseguem trabalhar e o salário cresce de R\$70 a R\$200, representando uma alta de 20% a 25% na renda familiar³³.

No âmbito legislativo, nota-se o crescimento dos obstáculos sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, na contramão das conquistas históricas do segmento, especialmente no processo de criminalização do aborto. Para citar alguns exemplos, a PL 5069/2013, que propunha a supressão do artigo 2º da já limitada Lei 12.845, de 2013, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em 2015. Definindo o estupro como qualquer forma de atividade sexual não consentida, impôs a

²⁹ Esses problemas, à época, foram contestados pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo o órgão, tudo se tratava de um levantamento do TCU em 2012 e que os problemas de adaptação climática já tinham sido resolvidos, as bibliotecas possuíam livros e que, pela primeira vez na história um governo, a construção de unidades de educação infantil em larga escala teria sido financiada.

³⁰ A reportagem da Agência Patrícia Galvão informa que, segundo dados do IBGE e a ONG *Todos pela Educação*, cerca de 3,5 milhões de crianças de zero a três anos estão fora das creches. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/por-que-precisamos-falar-sobre-35-milhoes-de-criancas-fora-das-creches/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

³¹ REZENDE, Constança. **Dilma faz 33% das creches prometidas**. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho/dilma-faz-33-das-creches-prometidas/>>. Acesso em: 29 mar. 2018

³² SANTOS, Luan; SOTERO, Anderson; CASTRO, Juliana Castro; HERDY, Thiago Herdy. **Por dia, 200 ações dão entrada na Justiça por vaga em creches públicas**. 2013. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/site-antigo/mulheres-de-olho-antigo/25122013-por-dia-200-aco-es-dao-entrada-na-justica-por-vaga-em-creches-publicas/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

³³ Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/11/18112013oglobomultiplicadorasderenda.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

necessidade de exame de corpo de delito para comprovar a violência sexual e a negação dos procedimentos de atenção em saúde importantes para as vítimas de violência, como a anticoncepção de emergência e o direito ao aborto legal e seguro nos casos já previstos em lei³⁴.

O Estatuto da Família (PL 6583/2013) e o Estatuto do Nascituro (PL 478/07) foram outros Projetos de Lei que tramitaram pelas instâncias do Congresso Nacional, no ano de 2013, indo de encontro às conquistas históricas do movimento feminista. O primeiro, aprovado em 2015 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, na contramão da legislação que regula a união civil de pessoas do mesmo sexo, definia juridicamente a entidade familiar como a união entre o homem e a mulher, por meio do casamento ou união estável. Estabelecia, pois, regras jurídicas para um único tipo de grupo que poderia ser considerado família, excluindo outros arranjos familiares para o acesso a direitos sociais.

O Estatuto do Nascituro, por sua vez, representou, para as feministas, uma ameaça real ao direito ao aborto já previsto em lei, ao determinar que a vida tem início logo após a concepção. Assim, estabeleceu direitos para o nascituro, como proteção integral, políticas sociais prioritárias, personalidade jurídica ao nascer com vida, pensão alimentícia em casos de violência sexual (nomeada pelo conjunto do movimento feminista como ‘bolsa-estupro’) e direito à paternidade caso o estupro seja identificado, o que corresponde a uma grave violação dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, de sua autonomia, segurança e liberdade.

Essas reflexões sinalizam que o tempo presente é marcado pelo recrudescimento do conservadorismo na nossa sociedade, especialmente no âmbito da política. Isso tem gerado graves retrocessos e ameaças aos direitos sociais e humanos dos grupos mais fragilizados (dentre eles, as mulheres) e reintroduzido a repressão sexual, a homofobia, a violência e a intolerância como parte de uma ordem classista, patriarcal e racista. Tal conjuntura corresponde a uma ameaça direta à laicidade do Estado, às lutas feministas e à manutenção e à ampliação dos direitos das mulheres. Observou-se, igualmente, a erosão do pacto social ou de conciliação de classes, que atendeu algumas reivindicações das

³⁴ No Brasil, de acordo com o artigo 128, do Decreto-Lei n.º 2848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal, não se pune o aborto praticado por médico nos casos de não haver outro meio de salvar a vida da gestante e em caso de gravidez resultante de estupro. Em 2012, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o aborto é permitido se o feto for anencefálico, que descreve a prática como "parto antecipado" para fim terapêutico.

classes subalternas ao mesmo tempo em que pôde garantir os interesses do capital privado para sua acumulação, sob a direção dos governos petistas.

O próximo tópico destina-se, assim, à exposição das consequências contemporâneas da lógica destrutiva do capital sobre a vida e o trabalho das mulheres, mediante um breve panorama crítico, no cenário de intensificação da *globalisation* neoliberal.

2.5 As consequências contemporâneas da lógica destrutiva do capital sobre a vida e o trabalho das mulheres: um breve panorama do Brasil e do mundo

Olhar para a condição social das mulheres no século XXI exige que situemos suas questões a partir do ponto de vista da totalidade concreta. Isso significa afirmar que cada esfera da vida humana é a síntese de determinações específicas e societárias gerais. Todas as esferas são marcadas, profundamente, pelas características estruturais de todo o complexo social que penetra o conjunto das relações sociais, dentre elas, as relações de gênero.

A adoção da agenda neoliberal e das medidas de ajuste estrutural desencadeou profundas alterações no mundo do trabalho e nas relações entre Estado e sociedade. Essas expressões se materializam no “[...] retrocesso do emprego, [...] distribuição regressiva de renda e [...] ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades dos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens” (IAMAMOTO, 2008, p. 147).

No contexto de crise do capital, um cenário permeado de alterações no *mundo do trabalho* desponta, com a exclusão de grande parte da classe trabalhadora do processo produtivo. Os estudos na área de gênero e trabalho indicam que, à medida que o capital tem incorporado o trabalho das mulheres, expandindo de forma significativa da força de trabalho feminina, que atinge mais de 40% nos diversos países de capitalismo avançado (ANTUNES, 2005), a flexibilização e a precarização são tendências que acompanham o trabalho desse segmento. As mulheres ocupam lugar estratégico num mercado de trabalho flexível, constituído por subemprego, instabilidade e informalidade. O neoliberalismo

representou uma incorporação massiva de mulheres em empregos precários e flexíveis, se apropriou do trabalho de reprodução exercido majoritariamente pelas mulheres, de modo a substituir políticas públicas de cuidado, provocou migrações de mulheres, tráfico e prostituição, além de impregnar as subjetividades, no sentido de que cada ser humano deve realizar-se a partir dos

bens de consumo, dos parâmetros de felicidade e vida que o mercado impõe (PARADIIS; CARRAU; BARRETO, p. 31, 2017).

No terreno da neoliberalização, o emprego assalariado e o trabalho remunerado das mulheres cresceram a partir dos anos 1990. Entretanto, o crescimento acompanhou maior precarização e vulnerabilidade, pois elas foram inseridas em atividades de “[...] menor qualificação, mais elementares e frequentemente fundadas em trabalho intensivo” (p. 29). Constituindo a parte do setor mais pobre e precarizado da classe trabalhadora, a inserção, predominantemente, em trabalhos precários, mal remunerados, em tempo parcial, temporários, informais, sem proteção social, preservou a distância entre homens e mulheres no interior da classe trabalhadora. Assim, a possibilidade permanente de exclusão socioeconômica, o aprofundamento da exploração econômica mais a crescente desproteção aos assalariados aponta que a precariedade se tornou inevitável no processo de mercantilização do trabalho e regra na periferia do sistema capitalista (BRAGA, 2012).

As jovens estão entre as mais atingidas pelas formas modernas de trabalho semiescravo. Relatos de jovens trabalhadoras na China, Indonésia, África do Sul, Malásia, Tailândia, México e Honduras, por exemplo, desvelam as consequências sociais da neoliberalização: longas jornadas de trabalho, horas extras obrigatórias, marcadas por trabalho intenso, alimentação e alojamentos inadequados, assédio moral e sexual, riscos à saúde e mortes não investigadas. Contraditoriamente, esse tipo de trabalho, muitas vezes, é o caminho da libertação das mulheres em relação aos controles patriarcais tradicionais em desenvolvimento (HARVEY, 2013).

Nos países desenvolvidos, os efeitos da neoliberalização também podem ser sentidos pelas mulheres das classes subalternas, com a perda de proteções sociais. No que toca à temática salarial, particularmente, no setor industrial, o salário médio das mulheres “[...] representa três quartos do salário masculino, em parte por uma menor qualificação, mas também em razão de uma distribuição desigual pelos ramos econômicos e postos ocupados” (HIRATA, 2000, p. 5) — situação que persiste em tempos de feminização do trabalho e de deterioração das condições de trabalho, tendência que pode ser verificada a partir dos anos 2000 (BRAGA, 2016).

Esse quadro mostra que a divisão sexual do trabalho³⁵, como fenômeno histórico, permanece no centro das desigualdades e é reforçada pelas políticas de ajuste estrutural,

³⁵ A divisão sexual do trabalho caracteriza-se como uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, a qual é permeada pelo poder dos homens sobre as mulheres. Mulheres e homens estariam inseridos em uma relação social específica, de base material, exprimindo-se por meio da divisão

destinando às mulheres as atividades de menor qualificação e remuneração, frequentemente fundadas em trabalho intensivo (HIRATA, 2000; ANTUNES, 2005; KERGOAT, 2009).

O fosso também se dá entre as próprias mulheres, na chamada dualização do emprego feminino. Se, por um lado, a precarização e a pobreza são significativamente crescentes entre elas, por outro, o número de executivas e profissionais com ensino superior dobrou, contabilizando 10% das mulheres ativas que estão nessa categoria (KERGOAT, 2009).

No Brasil, a ocupação das mulheres continua concentrada no setor de serviços pessoais, administração pública, saúde e educação, representando 86%. Cerca de 80% das mulheres que trabalham recebem até dois salários mínimos e 15% permanecem desempregadas, contra 11% do desemprego masculino (JARDIM, 2011). As trabalhadoras domésticas chegam a 6,6 milhões, com idade média de 25 anos, correspondendo a “[...] uma parcela empobrecida e precarizada da juventude no mercado de trabalho, 60% tem jornada semanal maior que 44h, 65% está na informalidade” (JARDIM, 2011, p. 18).

Encontram-se, além disso, responsáveis pela dedicação maior de horas ao trabalho doméstico não remunerado, um dos obstáculos para a sua inserção no mercado de trabalho. A média de tempo gasto com os serviços em casa e cuidado com os filhos representa, em média, 22h a 27h semanais. Sob a globalização neoliberal e a consequente privatização e precarização dos serviços públicos, reforça-se a ideia da inesgotabilidade do trabalho das mulheres. Além de experimentarem a intensificação do trabalho, convivem com a ampliação da carga de trabalho não remunerado e a redefinição de modelos de feminilidade, no âmbito privado, em que atenuam os efeitos da violência do sistema capitalista sobre as pessoas e as famílias, considerando as variações quanto geração, classe, raça e território, num processo de “refamiliarização” e “reprivatização” dos cuidados (PARADIS; CARRAU; BARRETO, 2017).

Na indústria de confecção, é considerável o aumento das terceirizações nas empresas de grande porte e o retorno do trabalho em domicílio, nas pequenas oficinas de

sexual do trabalho. Não se trata de uma mera repartição e complementaridade de tarefas, mas de uma separação e hierarquização como princípios organizadores desta divisão, legitimadas por uma ideologia que naturaliza o gênero como sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais. A separação, portanto, refere-se à existência de trabalhos considerados de homens e de mulheres, e a hierarquização, à maior valorização das atividades desempenhadas pelos homens (KERGOAT, 2009).

costura, formas de trabalho escravo e cooperativas. Mendonça (2012) constata que tais meios de subcontratação impedem o acionamento de uma representação sindical e a ação coletiva dessas trabalhadoras. No setor de serviços, em específico, no telemarketing, 70% das trabalhadoras são mulheres, universitárias, com idade entre 22 e 30 anos. A utilização de terceirizadas nesse setor provocou muitos ataques e mudanças nos direitos trabalhistas. É nítida a intensificação do processo de exploração das mulheres no ramo, no que se refere ao ritmo de trabalho, posto que a produtividade é medida pelo número de atendimentos e o tempo que se leva em cada um deles (MENDONÇA, 2011).

No contexto de agravamento do quadro de pobreza, delineia-se o fenômeno denominado de *feminização da pobreza*, característica da neoliberalização, nas palavras de Harvey (2013). Esse termo elucida os impactos desiguais da crise capitalista global, que tem afetado sobremaneira a vida de mulheres das camadas mais empobrecidas, afirmando que pobreza tem sexo e raça — mulheres negras são a maioria entre os pobres do mundo e a sua renda não acompanha a dos homens.

Para compreender melhor a questão da feminização da pobreza, é preciso estabelecer a relação entre pobreza e gênero, entender como o agravamento da pobreza tem recaído sobre as mulheres e apreender as tendências atuais da política social brasileira, que caminharam para a centralidade da assistência social no enfrentamento da miséria e da desigualdade social. Recaíram, prioritariamente, sobre as mulheres, a gerência e responsabilidade pelo êxito dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, envolvendo-as em uma rede de obrigações e condicionalidades, com o reforço de seus papéis tradicionais na esfera doméstica ou de reprodução.

Em decorrência das reformas estruturais no redimensionamento das responsabilidades do Estado, alguns serviços sociais foram privatizados para favorecer a acumulação do capital, com o desmonte das políticas públicas de caráter universal. Outros permaneceram sob responsabilidade do Estado, voltados para os setores mais pobres da sociedade, alvos de programas seletivos de combate à pobreza e de ações filantrópicas ou do sistema penal, como recurso “moderno” para o controle da pobreza (IAMAMOTO, 2007), sem apontar para soluções reais dos problemas vivenciados pela população.

O termo *feminização da pobreza* surge nos anos de 1970, mas ganha forma durante a IV Conferência Mundial das Mulheres, em Beijing (China), no ano de 1995, para designar o aumento progressivo da pobreza entre as mulheres e dar visibilidade ao fato de que elas estão cada vez mais pobres que os homens (LOPES *et al.*, 2006). De

acordo com o relatório da Conferência, a pobreza feminina foi eleita uma das doze áreas prioritárias pela crescente proporção de mulheres em situação de pobreza, em especial, nos países em desenvolvimento, destacando-se que,

[a]lém de fatores de caráter econômico, contribuem também para a feminização da pobreza a rigidez das funções que a sociedade atribui por razões de gênero e o limitado acesso da mulher ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos, assim como novos fatores que ocasionam insegurança para as famílias. A falta de uma incorporação adequada da perspectiva de gênero a todas as análises econômicas e à planificação econômica, bem como de solução para as causas estruturais da pobreza, são dois fatores adicionais que contribuem para o empobrecimento das mulheres. (BEIJING, 1995 *apud* BRASIL, 1995, p. 164)

Silva (2008) define a pobreza como fenômeno estrutural, complexo, multidimensional, que vai para além da renda e do usufruto de bens e serviços, proveniente da exploração do trabalho e da desigual distribuição da riqueza socialmente produzida, decorrente de um quadro de extrema desigualdade. Yazbek (2010) fala que é preciso situá-la para além das carências materiais, considerando também a falta de direitos, oportunidades, informações, possibilidades e esperança, como “[...] expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria” (YAZBEK, 2010, p. 153).

As mulheres representam 70% dos pobres em todo o mundo, na proporção de 4,3 mulheres pobres para cada homem pobre. Realizam 70% das horas de trabalho e seus rendimentos chegam a apenas 10% dos rendimentos mundiais. Ressalta-se que 1% delas detém a propriedade dos meios de produção, mesmo a população feminina mundial correspondendo a 51% (NOVELLINO, 2004).

O quadro revela que a incidência da pobreza atinge desigualmente mulheres e homens, afetando desproporcionalmente as mulheres, sobretudo as negras. Esse fenômeno ainda estaria relacionado também ao aumento dos domicílios chefiados por mulheres (LOPES *et al.*, 2006) e com a privação e a limitação do acesso a bens e serviços públicos. Sendo assim, é imprescindível compreender que as análises de gênero devem considerar a articulação entre as categorias classe, gênero, raça-etnia e geração como expressão de uma perspectiva pluralista, preservando tanto a dimensão simbólica quanto a dimensão das relações materiais (ARAÚJO, 2000).

Para esse segmento, o Estado brasileiro passou a adotar ações e programas de combate à pobreza segundo as orientações dos organismos internacionais, sem apontar soluções reais para os problemas vivenciados pela população pobre, com um significativo

retrocesso no campo dos direitos sociais, em especial quando se trata do aumento do desemprego e da precarização do trabalho, conjugados à perda de vínculos com a previdência social. A partir dos anos 1990 e 2000, a política de assistência social expande-se e ganha centralidade no enfrentamento às desigualdades sociais, em particular, os programas de transferência de renda, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, em detrimento das políticas de saúde e de previdência social, que avançaram no processo de mercantilização e privatização (MOTA, 2010).

A pauperização passou a ser tratada como uma questão de assistência (MOTA, 2008), e as mulheres, co-responsabilizadas pelo “[...] êxito e desenvolvimento dos programas de assistência social que têm a renda mínima como benefício” (DUQUE-ARRAZOLA, 2008, p. 243-244), com o reforço e o aumento das responsabilidades e tarefas na reprodução das famílias, ao serem consideradas melhores gestoras dos recursos governamentais e cuidadoras das famílias. Essas questões sinalizam para certas tendências das políticas sociais voltadas para as mulheres, orientadas pela perspectiva do combate à pobreza, com ênfase nos programas de transferência de renda.

Duque-Arrazola (2008) afirma que, desde os anos 1990, a família ganhou centralidade dos programas da assistência social, mormente nos programas de transferência de renda, sendo o sujeito ativo a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa ou trabalhadora desempregada, corresponsáveis pelos programas de enfrentamento à pobreza e pelo êxito dos mesmos.

As saídas oferecidas para a sobrevivência das pessoas, especialmente para as mulheres, são organizadas no sentido de reforçar o papel de provedoras “naturais” de cuidados e como individualmente responsáveis pela manutenção dos laços familiares e comunitários, em momentos de desintegração, desesperança e incertezas. Ao mesmo tempo em que se responsabiliza as mulheres pela manutenção da vida em momentos de crise, “vende-se” formas de sobrevivência que reforçam uma visão individualista, em que o sucesso e a superação das dificuldades se dá exclusivamente pelo esforço pessoal. (PARADIS; CARRAU; BARRETO, 2017, p. 33)

Sobre a centralidade das mulheres nos programas de transferência de renda, Mariano e Carloto (2009) apontam que há uma preocupação de autores e gestores desses programas de combate à pobreza quanto à gerência dos recursos, recaindo sobre as mulheres a preferência da titularidade, a partir da constatação que a grande maioria os utiliza para a melhoria das condições de vida da família. Esses programas partem do pressuposto de que o foco central das preocupações das mulheres continua sendo a casa, a maternidade, a família e a sobrevivência.

No que diz respeito ao exercício do *controle da sexualidade e do corpo das mulheres*, o fortalecimento da cultura do estupro torna-se uma das manifestações mais cruéis do sistema de dominação-exploração, que contamina todos os espaços da sociedade e expressa o poder político que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Em cinco anos, os registros de casos de estupro no país aumentaram em 168%, segundo o Fórum de Segurança Pública (PORTAL R7 NOTÍCIAS, 2013).

O crescimento dos obstáculos legislativos nesse âmbito avançou na contramão das conquistas históricas do segmento. Em 2015, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a PL 5069/2013, que propunha a supressão do artigo 2º da já limitada Lei n.º 12.845, de 2013, que define estupro como “[...] qualquer forma de atividade sexual não consentida”, impondo a necessidade de exame de corpo de delito para comprovar a violência sexual, negando os procedimentos de atenção em saúde importantes para as vítimas de violência, como a anticoncepção de emergência e o direito ao aborto legal e seguro nos casos previstos em lei³⁶.

A *violência contra as mulheres*, uma das expressões mais explícitas das desigualdades de poder entre homens e mulheres, em geral legitimada socialmente, assume múltiplas formas, o que tem exigido esforços das feministas, tanto no desenvolvimento de estudos teóricos sobre as violências praticadas contra as mulheres quanto na exigência de mudanças nas legislações punitivas e na criação de estruturas de apoio às vítimas.

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil” (2013), a estimativa é de que, no Brasil, morreram, aproximadamente, 50 mil mulheres, entre os anos de 2001 a 2011, ou seja, o equivalente a 5.000 mortes por ano. Ainda de acordo com a pesquisa, considerando que um terço dessas mortes ocorreram no domicílio das mulheres, supõe-se que grande parte destes óbitos foi decorrente de violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com Waiselfisz (2015), o “Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil” registrou o seguinte:

Pelos registros do SIM, entre 1980 e 2013, num ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. Efetivamente, o número de vítimas passou de

³⁶ No Brasil, de acordo com o artigo 128 do Decreto-Lei n.º 2848 de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, não se pune o aborto praticado por médico nos casos de não haver outro meio de salvar a vida da gestante e em caso de gravidez resultante de estupro. Em 2012, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o aborto é permitido se o feto for anencefálico, prática descrita como “parto antecipado” para fim terapêutico.

1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%. (WAISELFISZ, 2015, p. 11)

A pesquisa do IPEA ainda considerou a avaliação do impacto da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, para coibir a violência doméstica e familiar, revelando que, mesmo após a lei, não houve redução das mortes de mulheres, e que a taxa de feminicídio³⁷ do período entre 2009 a 2011 corresponderam a 5,8 casos para um grupo de 100 mil mulheres.

Constatou-se que não houve impacto, ou seja, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 (antes) e 5,22 em 2007-2011 (depois). Observou-se sutil decréscimo da taxa no ano 2007, imediatamente após a vigência da Lei. (BRASIL, 2013)³⁸

No Brasil, e não muito diferente em outros países, as mulheres negras aparecem como maiores vítimas da violência doméstica. De acordo com os dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, no ano de 2013, 59,4% dos registros de violência doméstica no serviço referem-se a mulheres negras³⁹. No que se refere ao feminicídio, 61% foram de mulheres negras, com proporção elevada nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%)⁴⁰.

A globalização capitalista e o crescimento da *indústria do sexo* são fenômenos estreitamente imbricados: “tem conexão direta com a ampliação da prostituição e do tráfico de mulheres e com o discurso em busca de sua liberalização” (PARADIS; CARRAU; BARRETO, 2017, p. 36). A sexualidade, assim como outras esferas da vida que estavam fora do circuito de mercadorias (e sequer eram mercadorias), passam a equivaler a coisas passíveis de preço no âmbito da neoliberalização para a acumulação de capital (HARVEY, 2013). Como resultado,

as formas tradicionais de organização da prostituição se transformaram por forças econômicas e sociais, de modo a se tornar uma indústria em grande

³⁷ Em 2015, a Lei do Feminicídio, n.º 13.104/2015, “[...] classificando-o como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.)” (WAISELFISZ, 2015, p. 7).

³⁸ Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873&Itemid=9>. Acesso em: 14 abr. 2018.

³⁹ Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/violencia-e-racismo/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-feminicidios-no-brasil-ipea-2013/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

escala, concentrada, normalizada e parte da esfera corporativa dominante. O resultado é um mercado global multimilionário. Estima-se que ele represente 4,4% do PIB da Coreia, 5% do PIB da Holanda ou 8% do PIB chinês (Jeffreys, 2009). As formas de integração da indústria sexual no capitalismo globalizado, especialmente a partir da internet, compreendem inúmeras modalidades. (PARADIS; CARRAU; BARRETO, 2017, p. 36-37).

Segundo Poulin (2005), no início dos anos 2000, mundialmente, a prostituição gerou lucros de 60 bilhões de euros, e a pornografia, 52 bilhões. O tráfico de pessoas para fins sexuais atingiu cifras que variam de 7,8 a 13,5 bilhões/ano, enquanto agências de turismo sexual na *web* faturam, em média, um bilhão de euros/ano. Existem países, a exemplo da Tailândia, onde a economia é sustentada pela promoção do turismo sexual e da prostituição, constituindo, em meados dos anos 1990, 59% e 60% do seu orçamento.

De acordo com a ONU, o Brasil é hoje o maior “exportador” de mulheres escravas da América do Sul, vítimas do crime organizado. Algumas delas saem do país sabendo que vão trabalhar como prostitutas, mas não imaginam que se tornarão escravas sexuais, exploradas sexual e economicamente nos países de destino. A expansão da prostituição deve-se ao êxodo rural, ao crescimento da economia informal e das desigualdades sociais, associados às políticas neoliberais e o reforço do conservadorismo no mundo (POULIN, 2005; PARADIS; CARRAU; BARRETO, 2017)

As consequências aqui elencadas da crise estrutural do capital sobre a vida e o trabalho das mulheres trazem apenas alguns aspectos de como o processo de neoliberalização atingiu e atinge as mulheres. As repercussões da globalização capitalista sobre a vida das mulheres têm se traduzido em limites e desafios para o conjunto do movimento feminista, bem como potencializado suas lutas para desnaturalizar e romper com as práticas sociais permeadas pela lógica machista, a exemplo da violência sexista, do controle do corpo e da sexualidade das mulheres por parte do Estado, da Igreja e da sociedade; do turismo, do tráfico e da exploração sexual; da participação desigual na política e no trabalho; da feminização da pobreza; dentre outras expressões que perpassam as condições histórico-sociais contemporâneas.

Essas questões que evidenciam a integração entre os sistemas capitalista e patriarcal foram determinantes para que o movimento feminista recuperasse o debate acerca das relações estruturais entre patriarcado e capitalismo, na primeira década dos anos 2000, embora não tenham sido integradas satisfatoriamente no interior da teoria marxista, nos movimentos sociais e nas organizações políticas que se situam no campo das esquerdas.

Diante dos impasses teórico-políticos na associação entre feminismo e marxismo e as mudanças na ordem societária capitalista, com a instauração do neoliberalismo que colocam a urgência de compreender a integração entre capitalismo e patriarcado, abordaremos, no próximo capítulo, as principais contribuições do pensamento marxista clássico do período revolucionário russo sobre a articulação entre a emancipação das mulheres e a revolução socialista.

Esse debate, revisitado após a eclosão do Novo Feminismo na Europa, que abordou questões que abrangeram “desde a relação de opressão e exploração até a reprodução dos valores patriarcais no interior das organizações de esquerda e o fracasso dos chamados “socialismos reais” (D’ATRI, 2011, p. 144-5), traduziu-se, por um lado, num esforço teórico do feminismo socialista de estabelecer unidade entre classe e gênero para incluir a análise sobre a opressão das mulheres nas análises marxistas. De outro, diante do desencanto com a experiência socialista, particularmente com o regime stalinista, o feminismo radical lançou críticas aos limites e aos problemas das concepções marxistas sobre a opressão e a liberação das mulheres, concluindo que a mudança no sistema econômico era insuficiente para libertar as mulheres, propondo duas lutas paralelas, uma contra a exploração e outra contra a opressão e o patriarcado.

Decerto, esse pensamento e a experiência socialista em si em prol da emancipação das mulheres influenciou e ainda inspira parte das organizações feministas e das correntes feministas marxistas para a explicação teórica sobre a relação patriarcado e capitalismo e para o fortalecimento das lutas que se voltam para a construção de uma nova ordem societária livre de opressões e exploração.

3 O PENSAMENTO MARXISTA CLÁSSICO SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA: LIBERTAÇÃO DAS MULHERES E TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

O presente capítulo resgata as principais contribuições do pensamento marxista clássico — em particular, do pensamento elaborado na Rússia revolucionária após a tomada do poder pela classe operária —, as quais se referem ao legado e ao significado da Revolução para a libertação das mulheres. Como uma espécie de primeiro “laboratório” do socialismo a incidir sobre o processo de emancipação das mulheres, lançaremos o olhar para a literatura produzida à época por Vladimir Ilich Lenin, Clara Zetkin e Leon Trotsky, com o propósito de apreender como entenderam a opressão da mulher, a relação estabelecida entre sexo e classe, bem como o processo de emancipação das mulheres em articulação com a luta pelo socialismo.

Ativistas feministas de todo o mundo ainda se inspiram no processo revolucionário russo pelas experiências ali vivenciadas em prol da libertação das mulheres. No Brasil, a perspectiva política assumida pelos movimentos feministas que tratamos na tese, ou seja, o caráter anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, faz com que olhem para tal processo com o objetivo de tirar lições do passado, especialmente para ideias, realizações e derrotas que envolviam as questões de liberdade sexual, do amor livre, da monogamia, da família, da independência financeira, da economia doméstica, do casamento e do divórcio.

É notória a influência que esse pensamento exerce sobre a teoria feminista marxista ou socialista, que se debruçou sobre a relação patriarcado e capitalismo e sobre o campo político das esquerdas — embora ambas, teoria e prática, sigam com dificuldades na integração entre feminismo e marxismo e entre luta feminista e luta contra o capital. Persistem as resistências para a aceitação do feminismo pelos movimentos e partidos de esquerda como parte da luta contra as desigualdades sociais e para a superação da sociedade de classes.

Mesmo que certos setores compreendam a importância da articulação das diversas lutas para a construção de uma nova ordem societária, sem opressões e exploração, que a temática sobre a questão das mulheres tenha ganhado espaço e que seja notório o avanço da auto-organização de mulheres nessas instâncias, por vezes, a luta feminista é dissociada da luta de classes, e essa última é colocada como prioritária ou exclusiva, em

detrimento das conexões com as demais relações de dominação e subordinação — como as de sexo, raça, orientação sexual e geracional.

É recorrente a compreensão de que o feminismo é um movimento pequeno-burguês que fragmenta a luta considerada como central, ou seja, contra as relações de produção capitalistas, considerando-o “perigoso” para a causa da revolução socialista. Por vezes, tem prevalecido também o entendimento de que a luta de classes contemplaria ou absorveria o feminismo, e que a classe seria o marco adequado para entender a posição da mulher. Como se disse, esses impasses têm refletido uma posição ambivalente da esquerda em relação ao movimento feminista.

Dessa forma, ao apresentar o pensamento socialista, especificamente sobre a questão da mulher — com destaque para Wladimir Lenin, Leon Trotsky e Clara Zetkin —, afirmamos que as questões a seguir permearam o exame dos textos produzidos pelos socialistas. Como, então, pensaram a condição da mulher e a articulação da luta pela sua emancipação com a luta pela transformação social? Como se estabeleceu a relação entre sexo e classe? Qual o lugar da luta das mulheres na política da Rússia revolucionária?

Os textos de Wladimir Lenin aqui trabalhados foram: *A contribuição da mulher na construção do socialismo* (1919), *O poder soviético e a situação da mulher* (1919) e *As operárias* (1920). De Clara Zetkin, utilizamos *Somente em conjunção com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso* (1896). Já de Leon Trotsky, estudamos os textos *Carta a uma reunião de trabalhadoras em Moscou* (1923), *Para construir o socialismo é preciso emancipar a mulher e proteger a maternidade* (1925) e *A proteção das mães e a luta pela elevação do nível cultural* (1925).

No geral, como observaremos, as principais ideias do pensamento socialista clássico sobre a questão da mulher evidenciam a preocupação dos socialistas com o tema da libertação das mulheres enquanto dimensão inerente à luta pela superação da sociedade de classes e pauta da revolução socialista. A emancipação da mulher está intimamente relacionada a um projeto de transformação societária, em sintonia com um projeto de construção de uma ordem social igualitária.

A transformação real da vida das mulheres também pressupõe mudanças na esfera privada e pública para a construção da igualdade entre mulheres e homens, o que requer transformação individual e nos modos de vida tanto das mulheres quanto dos homens da classe operária. As ações para o rompimento das desigualdades entre os sexos deveriam partir das famílias individuais dos trabalhadores e do Estado, de forma simultânea e sem

contradições, sem prescindir do protagonismo da mulher proletária para efetivar a igualdade.

3.1 Vladimir Ilich Lenin: a mulher e a construção do socialismo

Os textos de Lenin são dedicados, primordialmente, aos avanços nos direitos das mulheres desde a Revolução Russa. Como ações preliminares, as velhas leis e instituições burguesas e a economia doméstica foram eliminadas para que se abrisse o caminho para a construção da liberdade das mulheres (SOUSA R.; SOUSA M., 2017). No texto de 1919, *A contribuição da mulher na construção do socialismo*⁴¹, podemos constatar que, no primeiro ano em que os socialistas estiveram no poder, “[...] as leis que limitavam os direitos das mulheres, dentre elas as restrições do divórcio, o não reconhecimento dos filhos naturais, a investigação de paternidade, foram revogadas e em seu lugar instauradas leis libertárias” (p. 178).

A chamada *economia doméstica*, segundo Lenin, configurava-se como um trabalho degradante, improdutivo e árduo, que consumia as forças das mulheres e as escravizava, prendendo-as à cozinha e aos filhos. Mesmo com a instauração de leis libertadoras, ela continuava sendo “[...] uma escrava doméstica, porque é oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pela mesquinha economia doméstica, que a prende à cozinha, aos filhos e lhe consome as forças num trabalho bestialmente improdutivo, mesquinho, enervante, que embrutece e oprime (LENIN, 2014, p. 119), impedindo-a de “[...] ingressar nos domínios públicos do trabalho, da política e de empreitadas criativas em pé de igualdade com os homens” (GOLDMAN, 2014, p. 21).

Os bolcheviques acreditam que, sob o capitalismo, havia sido criado mais uma contradição: as demandas da produção e reprodução que recaíam de maneira diferenciada sobre as mulheres, o que resultou “[...] em alto índice de mortalidade infantil, lares desfeitos, crianças negligenciadas e problemas crônicos de saúde” (GOLDMAN, 2014, p. 21). O argumento era que o socialismo poderia resolver a contradição entre trabalho e família, transferindo o trabalho doméstico para a esfera pública — tarefa a ser assumida por trabalhadores assalariados.

⁴¹ O texto encontra-se como seção especial *De uma grande iniciativa* (1919).

As tarefas realizadas individualmente por milhões de mulheres não pagas em suas casas seriam assumidas por trabalhadores assalariados em refeitórios, lavanderias e creches comunitários. Só assim as mulheres se veriam livres para ingressar na esfera pública em condições de igualdade com os homens, desvincilhadas das tarefas de casa. As mulheres seriam educadas e pagas igualitariamente, e seriam capazes de buscar seu próprio desenvolvimento e seus objetivos pessoais. (GOLDMAN, 2014, p. 21)

Tornava-se necessário, para o alcance da emancipação feminina e do verdadeiro comunismo, nas palavras de Lenin, a completa extinção da economia doméstica, mediante a estruturação de refeitórios, creches e lavanderias comunitárias gerenciadas pelo Estado, sob as mãos do proletariado, para então diminuir e/ou eliminar as desigualdades entre homens e mulheres. A proposta dos socialistas fazia frente à lógica do grande capital, que construía essas estruturas para fins lucrativos e não para a libertação das mulheres do jugo do trabalho doméstico.

A construção dessas estruturas e sua real intenção só seriam alcançadas se tal atividade partisse da classe trabalhadora, em geral - mulheres e homens proletários. Ambos dariam continuidade a ações do tipo: produções modelo, sábados comunistas e limpezas coletivas; ações essas que, partindo da classe trabalhadora, em nada visavam divulgar as qualidades das mesmas, os benefícios do 'seu produto' e em gerar concorrência. Um trabalho genuinamente comunista. (SOUSA R.; SOUSA M., 2017, p. 179)

No segundo ano da Revolução Russa, no texto *O poder soviético e a situação da mulher* (1919), Lenin associa a ampliação da democracia à nova posição da mulher sob o socialismo, diferenciando-a da democracia burguesa, mesmo as mais progressistas e democráticas, em que se tornou possível o avanço para a plena igualdade de direitos entre mulheres e homens e a libertação das mulheres da tutela e opressão masculina (SOUSA R.; SOUSA M., 2017). Para Lenin e os revolucionários do partido bolcheviques, era contraditório existir

[...] uma classe burguesa que pregava a igualdade e liberdade entre o gênero humano, mas que deixava de fora toda a classe proletária. A liberdade das mulheres pressupõe a perda de privilégios reconhecidos em lei para os homens, assim como a liberdade do operário do jugo do capital e do camponês trabalhador do jugo do capitalista, latifundiário e comerciante. (SOUSA R.; SOUSA M., 2017, p. 180)

A participação política das mulheres esteve presente também nas preocupações de Lenin. Em *As operárias* (1920), ele destaca a importância da escolha do maior número de mulheres — operárias, comunistas ou sem partido — nas eleições de deputados do Soviet de Moscou, convocando-as para participarem do pleito. Mesmo com a

convocatória, o quadro de desigualdade entre homens e mulheres na política não foi revertido em tal processo eleitoral: na ocasião, foram eleitas 1.399 homens e 133 mulheres (TOLEDO, 2014).

Para Lenin, a emancipação completa do proletariado estava intimamente ligada à completa emancipação das mulheres. Para que se efetivasse, era preciso que cada vez mais as mulheres participassem da gestão das empresas públicas e da administração do Estado (LENIN, 2014). Reconhecia que a abolição das velhas leis burguesas não significavam igualdade efetiva entre mulheres e homens sob o Estado socialista. A igualdade de fato passava, necessariamente, pela socialização do trabalho doméstico, não na perspectiva de uma redistribuição no interior dos lares, mas da sua transferência para a esfera pública. Isso “[...] eliminaria a dependência das mulheres para com os homens e promoveria uma nova liberdade nas relações entre os sexos” (GOLDMAN, 2014, p. 24).

O amor livre ou a união livre, em substituição ao casamento, também era um pressuposto dos socialistas. Entretanto, Lenin tinha críticas ao amor livre, devido à sua associação com a promiscuidade burguesa. Acreditava, contudo, que, sem o amor, não haveria razão para um relacionamento. Além disso, ele defendia o divórcio. As preocupações de Lenin relativas à uma sexualidade livre tinha relação, ainda, com a possibilidade da gravidez e da responsabilização dos cuidados com as crianças dentro de um Estado que ainda não podia arcar integralmente com isso. Sem dúvida, o fato de ser uma sociedade anterior à contracepção limitava substancialmente a livre expressão da sexualidade feminina (GOLDMAN, 2014).

3.2 Clara Zetkin: a mulher e a luta pela sua liberdade

No texto intitulado *Somente em conjunção com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso* (1896), Zetkin afirma que uma das primeiras e mais velhas formas de dominação de classe constituiu-se no interior da família, com “[...] a destruição do sistema econômico da velha família, contaminando a produção doméstica, ao colocar em risco a sobrevivência das mulheres e suas famílias e o sentido de suas vidas no interior dessa sociedade” (SOUZA R.; SOUZA M., 2014, p. 181-182). Para Zetkin, em acordo com Engels, a opressão feminina decorria da propriedade privada. No entanto, as formas organizativas das mulheres contra a opressão só poderiam se constituir sob o modo de produção capitalista, “[...] que empurravam as mulheres para a esfera pública ao mesmo tempo impunham diversas restrições sobre sua capacidade de agir sobre ela. Zetkin,

assim, usou o quadro marxista para explicar a própria gênese da ‘questão da mulher’ no século XIX” (GOLDMAN, 2014, p. 63).

Na conformação da nova família, produto do modo de produção capitalista, no arranjo marido-proprietário e esposa-não-proprietária, estaria a base fundante “[...] para a dependência econômica e a ilegalidade social do sexo feminino” (ZETKIN, 2014, p. 149). De acordo com Zetkin (2014), a partir dos dados estatísticos do crescimento da inserção feminina na agricultura, indústria, mineração e comércio varejista, no final do século XIX, um quarto da população feminina na Alemanha, em 1882, não encontrava sua sobrevivência no seio da própria família. Era defensora do direito ao trabalho para as mulheres e argumentava que o salário era primordial para que elas adquirissem independência econômica, opondo-se a algumas perspectivas conservadoras socialistas que visavam eliminar as mulheres como força do trabalho. Ademais, defendia o salário familiar (GOLDMAN, 2014).

Sob o modo de produção capitalista, a situação das mulheres assume diferentes feições se se examinar a sua condição quando pertencentes à classe das mulheres do proletariado, da burguesia, da intelectualidade e da *Upper ten Thousand* (altíssima burguesia). Clara Zetkin “[...] foi a primeira a situar a opressão às mulheres dentro de uma compreensão mais sutil de classe [...] postulou uma ‘questão da mulher’ diferente para cada classe na sociedade capitalista” (GOLDMAN, 2014, p. 63), afirmando que tal questão é presente apenas no interior dessas classes existentes e produtos do modo de produção capitalista.

A questão da mulher proletária foi criada pelo capitalismo, de acordo com Zetkin (2014), na permanente necessidade por força de trabalho barata, transformando-a em concorrente do homem e separando-a dos filhos. Se antes estavam subordinadas ao marido, no grande capital, mesmo alcançando sua independência financeira, pagaram um alto preço para ganharem muito pouco com a condição de assalariamento. Considerava que, somente sob o socialismo, tornava-se possível resolver os problemas referentes à atividade profissional das mulheres, com o desaparecimento da família como unidade produtiva, em que a mulher poderá ter igualdade legal, criativa e na orientação de seus objetivos, desenvolvendo-se em condições iguais a dos maridos. Como ser humano, mulher e esposa, não poderiam desenvolver sua individualidade, em razão das tarefas que deveria cumprir (ZETKIN, 2014).

Sob uma esfera de contradições, aquele mesmo capitalismo que deu às mulheres oportunidades de inserção no mercado de trabalho e a falsa sensação de emancipação das mesmas, foi o mesmo que viu nesse novo momento uma oportunidade de aumento da produção e diminuição dos custos com a mão de obra; tendo em vista que sobre elas só recaiam o dever de cuidado de lar e dos filhos, em geral, cumprindo o ‘papel’ de esposas e mães. (SOUSA R.; SOUSA M., 2014, p. 183-184)

De acordo com suas impressões, as mulheres oriundas de pequena burguesia, classe média e intelectualidade burguesa só poderiam conquistar a igualdade econômica se colocassem como demandas a qualificação profissional igualitária e oportunidades iguais de trabalho, o que significaria “[...] o livre acesso a todos os empregos e a concorrência sem entraves entre homens e mulheres” (ZETKIN, 2014, p. 152). Isso geraria resistência por parte dos homens à luta pelos direitos políticos femininos que poderia oportunizar a entrada na atividade econômica. A luta econômica para a própria sobrevivência deveria ser alimentada espiritualmente e pelo desenvolvimento da individualidade das mulheres, tratando-se de uma por razões econômicas, espirituais e morais (ZETKIN, 2014), como nos mostra a citação abaixo:

As mulheres desses círculos ainda têm que conquistar a igualdade econômica com os homens e elas só poderão fazê-lo com duas demandas: a demanda por igualdade na qualificação profissional e por iguais oportunidades de trabalho para ambos os sexos [...]. A concorrência no mundo profissional é a mola para a resistência dos homens contra as demandas das mulheres burguesas por seus direitos. Isso é, pura e simplesmente, o medo da competição [...]. Essa batalha da competição empurra as mulheres desses estratos sociais para exigir seus direitos políticos e assim elas podem, lutando politicamente, derrubar todas as barreiras que foram criadas contra sua atividade econômica [...]. A mulher burguesa não exige apenas sua própria sobrevivência mas ela também requer alimento espiritual e moral mais profundo [...] quer desenvolver sua individualidade [...]. A luta pelos direitos das mulheres burguesas está completamente justificada, tanto por razões econômicas, quanto intelectuais e morais. (ZETKIN, 2014, p. 152-153)

As mulheres da altíssima burguesia, ou *Upper ten Thousand*, poderiam desenvolver livremente sua individualidade e modo de vida. Entretanto, por causa do matrimônio, não estariam livres do papel de esposa e da dependência do “chefe familiar”, mas do trabalho doméstico, devido aos empregados pagos para isto (SOUSA R.; SOUSA M., 2016). Nesse tipo familiar em que o dinheiro decide tudo e não se fundamenta no afeto, as mulheres estariam inseridas numa forma de prostituição, e as suas demandas, circunscritas à remoção das diferenças sociais no que toca à posse de bens (ZETKIN, 2014).

A luta pela libertação da mulher proletária distingue-se da luta da mulher burguesa, pois essa luta contra o homem de sua classe. Sobre o movimento de mulheres burguesas, Zetkin alerta para não se deixar enganar por certas tendências socialistas, pois seu movimento somente duraria enquanto as mulheres dessa classe se sentissem oprimidas. A da mulher proletária, ao contrário, “[...] tem de ser uma luta conjunta com o homem de sua classe contra a classe dos capitalistas de conjunto” (ZETKIN, 2014, p. 154) para a conquista do poder político pelo proletariado. Seus direitos de mãe e de esposa deveriam ser restaurados e permanentemente assegurados, tendo em vista que, quanto mais afetividade existir no lar, melhores as condições para que a mulher lute.

[...] ela deve ser encorajada a cumprir essas tarefas melhor do que nunca no interesse da liberação do proletariado. Quanto melhores forem as condições delas no seio da família, quanto melhor for sua efetividade no lar, mais capaz ela será de lutar. Quanto mais ela possa servir como educadora e modelo para seus filhos, melhor ela será capaz de educá-los para continuarem lutando com o mesmo entusiasmo e vontade para fazer sacrifícios pela liberação do proletariado [...]. Quanto mais mulheres e mães se igualarem a seus maridos e filhos em consciência de classe, mais camaradas acompanhadas nós veremos em nossos atos. (ZETKIN, 2014, p. 158)

Sobre as tarefas do partido e dos congressos, Zetkin considerava necessária uma agitação socialista entre as mulheres para incorporar o moderno proletariado feminino na batalha da classe, a fim de “[...] despertar a consciência de classe das mulheres e incorporá-las na luta de classes” (ZETKIN, 2014, p. 156). Para isso, era necessário aprender a fazer o trabalho entre as mulheres, estimulando a união e as organizações das trabalhadoras crucial para sua libertação política, econômica e social. Suas críticas também se voltaram para as legislações sindicais que dificultavam a participação das mulheres nos sindicatos, que

[...] até agora tiveram de travar uma luta contra o poder da polícia e os estratagemas jurídicos [...] no entanto, emergem vitoriosas porque todas as medidas que são usadas para esmagar a organização do proletariado feminino servem somente para elevar a consciência de classe. Se nós queremos obter uma poderosa organização de mulheres em ambos os aspectos, econômico e político, então precisamos, antes de tudo, estar atentos para a possibilidade de um movimento de liberação das mulheres lutando contra o atraso do campo, pela redução da jornada de trabalho e, sobretudo, contra o que a classe dominante gosta de chamar de direitos de organizar-se. (ZETKIN, 2014, p. 157)

Para Zetkin, a incorporação das grandes massas do proletariado feminino era imprescindível na luta do proletariado para a vitória da ideia e a construção de uma

sociedade socialista. Assim, a realização da primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas no Congresso da Segunda Internacional, em 1907, “[...] ratificou o princípio do direito da mulher ao trabalho, a criação de organizações especiais de mulheres dentro de todos os partidos socialistas uma posição a favor da organização ativa em prol do sufrágio feminino” (GOLDMAN, 2014, p. 63).

3.3 Leon Trotsky: a construção do socialismo e a emancipação das mulheres

Leon Trotsky, na *Carta a uma reunião de trabalhadoras em Moscou*, publicada no *Jornal Pravda* em 1923, saúda as trabalhadoras participantes da reunião e fala para elas que a questão da emancipação das mulheres estava intimamente ligada à transformação da vida familiar, tanto no aspecto material quanto no espiritual. Para Trotsky, o grau de desenvolvimento da sociedade socialista dependeria, em grande medida, das práticas adotadas para a melhoria da situação das mulheres e das crianças.

As tarefas domésticas precisavam ser socializadas e organizadas em métodos comuns, acrescenta, para “[...] arrancar as grades da prisão com que a sociedade atual encerra e sufoca as mulheres, transformando-as, se não em escravas, pelo menos em animais de carga” (TROTSKY, 2014, p. 191), especialmente as tarefas ligas à educação e ao cuidado das crianças. O caminho para a transformação na vida familiar não era curto e simples. Era necessário ter recursos econômicos, vontade, conhecimento e esforço para a transformação da vida cotidiana.

Trotsky cria que a escassez material do Estado soviético não era impeditivo para a formação de um novo sistema de vida — na verdade, a transformação não aconteceria de forma imediata. No âmbito familiar, as mudanças deveriam partir tanto do Estado quanto das famílias individuais de operários e camponeses, de forma simultânea e sem contradições. Assim, Trotsky também responsabilizava os trabalhadores homens, considerando-os partícipes desse processo de transformação da estrutura econômica das famílias, e não somente as mulheres, esposas e mães, que sofriam diretamente com a situação de opressão na famílias.

Pelo atraso econômico e cultural que geraria muitas dificuldades nesse campo, a mulher proletária comunista, segundo ele, “[...] deve dedicar a maior parte de sua atenção e esforço ao trabalho de transformar a vida cotidiana [...], pressionar a opinião pública de todas as mulheres para que tudo o que se possa fazer com nossos recursos atuais seja

feito” (TROTSKY, 2014, p. 192), abrindo, assim, “[...] a porta do socialismo às operárias menos progressistas e conscientes, bem como às camponesas”.

Em *Para construir o socialismo é preciso emancipar a mulher e proteger a maternidade*, texto publicado no jornal *Za Novyl Byt (Por um Novo Modo de Vida)*, em 1925, Trotsky, mais uma vez, dirigindo-se ao proletariado, afirmava que permanecia inalterada a condição de opressão das mulheres no seio familiar, que o trabalhador continuava explorando o trabalho voluntário de outro trabalhador.

As mulheres, na família, viviam praticamente em regime de escravidão, situação que “[...] quase não pode ser comparada sequer ao de um réu condenado a trabalhos forçados. Sem descanso, sem dias de festa, sem o menor raio de esperança” (TROTSKY, 2014, p. 204). Apesar de alertar o proletariado sobre a sua responsabilidade no interior da família para modificar a vida das mulheres, ele apostava no Estado, ao mesmo tempo, para alterar as condições sociais, familiares e domésticas, por meio da transferência do trabalho doméstico para a esfera pública, como mostra a citação a seguir: “[...] assim que a ‘lavagem de roupa [fosse] feita por uma lavanderia pública, a alimentação por um restaurante público, a costura por uma loja pública’, o elo entre marido e mulher seria liberto de tudo que lhe é externo e accidental” (TROTSKY *apud* GOLDMAN, 1970, p. 26).

Sobre a mãe recaíam as “mazelas do alcoolismo”, do desemprego, da ignorância. A partir dessas constatações, defendia que, assim como não seria possível constituir um Estado soviético sem a liberação dos camponeses da escravidão, também era “[...] impossível fazer com que o socialismo evolua sem libertar a mulher camponesa e trabalhadora dos laços da família e do cuidado da casa” (TROTSKY, 2014, p. 204), o que pressupunha a maturidade socialista do trabalhador e camponês progressistas para que o modo de vida das mulheres se alterasse. A medição do grau de maturidade dar-se-ia “[...] pela atitude que tenham para com a mulher e a criança, e por sua consciência de liberar a mulher de sua servidão e dar-lhe as possibilidades para que participe da vida social e cultural” (TROTSKY, 2014, p. 204). No entanto, “[...] a atitude que muitos trabalhadores mantêm em relação às mulheres ainda não é socialista, mas conservadora, camponesa e essencialmente medieval” (p. 206).

Às mulheres trabalhadoras conscientes, caberia iniciar a luta pela liberação das mães, camponesas e urbanas, libertá-las da escravidão, pois não seria possível “avançar deixando a mulher para trás”.

Era necessário que a classe operária adquirisse consciência dos problemas e empreendesse esforços para as mudanças nas relações entre mulheres e homens na família, o que pressupunha um trabalho de educação cultural no seio da própria classe (TROTSKY, 2014).

Em *A proteção das mães e a luta pela elevação do nível cultural*, Trotsky, atribui a crescente diminuição dos índices de mortalidade infantil na Rússia, à nova cultura socialista, ao grau de desenvolvimento econômico do país e, em segunda instância, à forma como se estrutura a sociedade. Se certas questões são omissas a essas mulheres e se lhes são atribuídas todo o dever do cuidado dos filhos na esfera pública e privada, a emancipação delas, ainda que em um país dentro dos moldes europeus, será de difícil conquista. É preciso também uma mudança na forma como se estruturam as sociedades e as relações de gênero e classe; superação de antigos valores reacionários e conservadores. Para ele,

[...] as tradições servis, a estupidez conservadora, a falta de iniciativa para destruir velhas formas de vida, também se encontram na estrutura socialista como remanescentes do passado. E a tarefa do nosso partido e das organizações sociais que ele dirige, tais como a vossa, é extirpar os costumes e a psicologia do passado, e evitar que as condições de vida mantenham-se num nível inferior ao permitido pelas possibilidades socioeconômicas. (TROTSKY, 2005, p. 209)

Conclui-se que, em nações mais ricas, a taxa de mortalidade infantil é superior às taxas dos países mais pobres. Exemplo disso é a Rússia de 1913, que apresentava taxas de 24%, em comparação com a Rússia atual, com taxas de 11%. As comparações antes estabelecidas tendo como ponto de referência a Rússia pré-revolucionária agora seriam baseadas nos países capitalistas de menor desenvolvimento cultural. Diante disso, comparações sobre o destino das mães e dos filhos da classe trabalhadora, então, seriam feitas segundo parâmetros de países com outro modo de produção. Para ele, o ideal seria alcançar a economia europeia e a americana para depois superá-la.

A literatura aqui apresentada pode evidenciar a preocupação dos socialistas com o tema da libertação das mulheres, inclusive como dimensão inerente à luta pela superação da sociedade de classes e pauta da revolução socialista. Expressa-se, pois, um projeto de transformação da situação de opressão das mulheres, em sintonia com um projeto de construção de uma ordem social igualitária. Aponta ainda para a necessidade de mudanças nas esferas pública e privada para a transformação real da vida das mulheres. A transformação social requer mudança individual e nos modos de vida, tanto das

mulheres quanto dos homens da classe operária. As ações para o rompimento das desigualdades entre os sexos deveriam partir das famílias individuais dos trabalhadores e do Estado, de forma simultânea e sem contradições, sem prescindir do protagonismo da mulher proletária para efetivar a igualdade. Dessa forma, a construção da igualdade entre mulheres e homens passa, necessariamente, pelo rompimento com os diversos aspectos da desigualdade e da discriminação social que se estruturam na sociedade capitalista e persistem na sociedade socialista.

Após trazer as contribuições do pensamento marxista clássico para pensar a opressão e a libertação das mulheres, no próximo capítulo abordaremos as principais tendências teóricas que elaboraram explicações diversas e até mesmo antagônicas para a relação patriarcado e capitalismo, no interior do feminismo marxista.

4 OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICAS DA PRODUÇÃO FEMINISTA SOBRE A RELAÇÃO PATRIARCADO E CAPITALISMO

O objetivo deste capítulo é resgatar as principais contribuições das diferentes teorizações a respeito das conexões entre patriarcado e capitalismo no interior da extensa e rica produção teórica feminista durante os anos 1970 até meados dos anos 1980, quando foram alvos de debates acalorados. Trata-se de um período de emergência do novo feminismo e de crise do capital que atingiu os países de capitalismo central, conforme retratamos no capítulo anterior.

De um lado, nos primeiros debates, entre os anos 1970 e 1980, estavam as tendências do feminismo autônomo, especialmente os movimentos feministas europeu e estadunidense. Eles haviam rompido, em termos organizativos e político-ideológicos, com a esquerda. Demarcavam, assim, a reivindicação do caráter político do sexo ou da sexualidade contra a centralidade da produção e das relações sociais de classe, ao situar as lutas contra o patriarcado e o próprio sistema patriarcal como autônomos em relação ao capitalismo. Na emergência do Novo Feminismo, face à compreensão das organizações políticas mistas, que consideravam a subordinação das mulheres como consequência do capitalismo, “[...] as feministas opuseram ‘patriarcado’ a ‘capitalismo’ – o primeiro é diferente do segundo, um não se reduz ao outro” (DELPHY, 2009, 175-176).

Do outro lado, estavam situados “[...] os(as) partidários(as) de uma luta feminista sujeita às organizações políticas anticapitalistas” (p. 176). As tendências desse campo criaram hierarquias entre opressões e explorações; ou pensaram a superação do capitalismo como condução automática e natural à emancipação das mulheres ou, ainda, olharam para a organização autônoma das mulheres como uma ameaça à unidade de classe. Essas questões contribuíram de modo decisivo para o divórcio do movimento dos trabalhadores com o feminismo (ARRUZZA, 2010).

Na entrada dos anos 1980, chama a atenção o fato de o debate sobre a relação patriarcado-capitalismo perder o vigor (DELPHY, 2009). Na elaboração teórica feminista, o abandono dos estudos sobre patriarcado e capitalismo coincide com o recuo das críticas ao capitalismo e com a própria crise do feminismo marxista nos anos 1980. Isso se dá diante da consolidação de outras correntes do feminismo, que se desenvolveram “[...] em grande medida, em antagonismo a uma ‘caricatura de Marx’, caracterizada por

um determinismo, um materialismo vulgar, categorias cegas ao sexo, e por um reducionismo econômico” (GIMENEZ *apud* ARRUZZA, 2017, p. 42).

As mudanças ocorridas na ordem societária capitalista, em uma conjuntura assinalada pela instauração do ideário neoliberal e a reestruturação produtiva, “[...] numa ofensiva prático-política para a plena restauração do poder do capital [...] conjugando intervenções repressivas [...] e operações ideológicas de grande fôlego” (NETTO, 2010, p. 257), cenário que retratamos no primeiro capítulo, afetaram, significativamente, a totalidade da vida social. A empreitada para a restauração do poder do capital, após a explosão de Maio de 1968, como indicador de questionamentos avolumados na década, não poderia ter ocorrido com sucesso sem “[...] a crise do movimento sindical, a falência do socialismo real e o colapso da maioria dos partidos comunistas, assim como a mais completa autodomesticação dos partidos social-democratas” (NETTO, 2010, p. 258).

O próprio feminismo, seja no que se refere às práticas organizativas do movimento, seja no âmbito da produção teórica, não ficou fora do que se convencionou nominar de novo espírito do tempo, expresso pelo pensamento pós-moderno, vinculado “[...] às transformações econômico-políticas e societárias operadas no mundo a partir dos anos 1970” (NETTO, 2010, p. 256). A pós-modernidade, enquanto pensamento teórico-político-ideológico, embora não constitua um campo uniforme, apresentando, pois, tendências progressistas, “[...] parte da premissa de que a sociedade hoje em dia viveria uma época de fragmentação”, em face da construção de distintas e múltiplas identidades, “[...] independentemente de qualquer ordenamento social mais geral” e que “não teria no processo produtivo a sua lógica fundante” (CARCANHOLO; BARUCO, 2010, p. 75).

De acordo com Carcanholo e Baruco (2010), mesmo que as microcontestações apresentem possibilidades de enfrentamento ao capitalismo e sejam necessárias para uma prática revolucionária, elas esbarram em limites óbvios, ao restringirem-se ao seu terreno específico, o que reduz a efetividade de suas contestações ao sistema capitalista.

O período que marca o avanço da teoria pós-moderna no campo da produção de conhecimento do feminismo é posterior à época da explosão feminista dos anos 1970 (COLLIN, 2009), com a disseminação de ideias no bojo do conjunto do movimento feminista que corroboraram para a afirmação de que as problemáticas em torno da condição feminina teriam independência frente à lógica do capitalismo. As formulações não tiveram muito impacto na França, apesar da notória influência dos filósofos franceses Deleuze, Lyotard e Derrida (COLLIN, 2009). Foi nos Estados Unidos que a respectiva teoria ganhou ressonância dentro do feminismo.

Segundo Collins (2009), o pensamento pós-moderno conduziria, posteriormente, ao desenvolvimento da teoria *queer*, “[...] vinculada à subversão das identidades sociais” (COLLINS, 2009, p. 65), tendo como um de seus expoentes Judith Butler. Em *Problemas de gênero* (2003), especificamente, no capítulo “Sujeitos do sexo/gênero/desejo”, Butler tece críticas aos limites das categorias de *identidade*, *gênero* e *mulher*, que ela acredita reforçarem a unidade e a universalidade mediante uma identidade definida – mulheres, no intuito de deflagrar interesses e objetivos feministas comuns, de constituir um sujeito político para forjar uma representação política e promover a visibilidade e a legitimidade do segmento mulheres como sujeitos políticos. Butler questiona a viabilidade como candidato último à representação e à libertação, pelo fato de não poder ser compreendido em termos estáveis ou permanentes:

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo que alguém é [...] porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Como resultado, torna-se impossível separar o ‘gênero’ das interseções políticas e culturais através das quais ele é invariavelmente produzido e mantido. (BUTLER, 2003, p. 20)

Judith Butler critica, portanto, a ordem compulsória sexo/gênero/desejo. Para a autora, não faz sentido relacionar sexo a aspectos biológicos e ao gênero como culturalmente construído. Se o gênero é definido como um conjunto de significados culturais assumidos por corpos sexuais, não é coerente afirmar que o sexo está para o gênero e vice-versa; que a construção de homens aplique-se a corpos masculinos e que a construção de mulheres atribua-se a corpos femininos, corpos passivos que recebem um conjunto de significados culturais, dando a impressão “[...] de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino” (BUTLER, 2003, p. 26).

As críticas lançadas à Butler pelas feministas voltadas para o ativismo e que consideram, na pluralidade de posições dos sujeitos do feminismo, a possibilidade de construção de articulações em torno da diversidade apontam que a radical desessencialização do conceito e da categoria *mulheres* não oferece alternativas positivas, além de dificultar o acionamento do movimento feminista (PISCITELLI, 2004).

A categoria *gênero* também foi alvo de deslocamentos teóricos. Nos anos 1980, sua introdução nos estudos feministas possibilitou compreender a reprodução da subordinação e da dominação masculina em suas múltiplas manifestações, “[...] buscando

incorporar as dimensões subjetivas e simbólicas de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas” (ARAÚJO, 2000, p. 68). Nos anos 1990, a categoria sofre um esvaziamento crítico, evidenciando a fragilização do debate político da opressão e da subordinação da mulher, com a diluição e a neutralização nos discursos e práticas, abdicando de um projeto político feminista. Abriu-se espaço para estudos não centrados na mulher, a exemplo daqueles sobre masculinidades e *queer*, com leituras que escapam a uma perspectiva feminista. As feministas pós-coloniais, negras e lésbicas também lançaram críticas à concepção abstrata de gênero, pela constatação de hierarquias entre as próprias mulheres (MAYORGA *et al.*, 2013).

No campo prático-organizativo, as repercussões desse cenário trouxeram uma série de questionamentos sobre a possibilidade de unidade da ação política, o sujeito do feminismo e o projeto orientador da ação feminista, diante da heterogeneidade na composição do movimento feminista. Caracteriza-se como um momento de reivindicações e de ênfase às diferenças no interior do movimento feminista, quando várias identidades e demandas são apresentadas, não sem tensões, colocando em xeque a possibilidade de construção de uma agenda política comum (MAYORGA *et al.*, 2013).

Na primeira década dos anos 2000, o debate patriarcado-capitalismo é retomado, e muitas teóricas feministas foram levadas a considerar de forma especial as relações estruturais entre capitalismo e patriarcado, num período de crise econômica e social de proporções mundiais (ARRUZZA, 2015). A globalização capitalista e as repercussões negativas sobre a vida das mulheres tornaram premente a necessidade de compreender a relação estrutural entre capitalismo e opressão das mulheres, compreensão permeada de desafios inerentes à própria superação das dificuldades na articulação entre o marxismo e o feminismo e, por sua vez, os obstáculos inerentes à leitura da realidade social e de intervenção sobre ela, no que diz respeito à “[...] análise da divisão sexual do trabalho, do papel da reprodução para o capitalismo, da maneira como a ideologia patriarcal se entrelaça com as dinâmicas da acumulação capitalista” (ARRUZZA, 2015, p. 54). São questões, como afirma Arruzza, que não se integraram “[...] perfeitamente nem na crítica marxista da economia política nem na atividade e nos programas das organizações políticas da esquerda e dos movimentos sociais”.

Como uma das estratégias de superação dos desafios no interior do feminismo marxista ora elencados, no que cabe ao propósito e aos limites de uma tese, nossa proposta é resgatar parte das teorias feministas socialistas sobre a relação patriarcado-capitalismo,

que influem e alimentam as práticas organizativas que se voltam às lutas contra a tríade capitalismo-patriarcado-racismo.

Inúmeras foram as respostas teórico-políticas, as quais, por seu turno, foram muito divergentes, delineadas sobre a relação gênero-classe e patriarcado-capitalismo. Dentre essas respostas, destacam-se as seguintes interpretações: a primazia do gênero sobre a classe ou a prioridade da opressão patriarcal em relação à exploração capitalista; a eliminação da dimensão de gênero no debate de classe ou a subsunção da opressão patriarcal ao sistema capitalista; o gênero como sinônimo de classe, ao considerar homens e mulheres classes antagônicas; o gênero como extensão das relações de exploração entre capital e força de trabalho, utilizando os conceitos e as categorias da teoria crítica.

Algumas dessas interpretações são respostas teórico-políticas à parte da tradição marxista e do movimento dos trabalhadores, que, historicamente, tem refutado o debate de gênero, seguindo sem integrar, de forma orgânica e global, a perspectiva de gênero em seus discursos e práxis, ao tempo em que amplos setores do feminismo incorrem em diferentes graus a um essencialismo paralisador e se mostram céticos ao trabalho de forma conjunta a outros movimentos sociais (ARRUZZA, 2015).

Isso nos remete às debilidades na integração da luta feminista à luta contra o capital que persistem ainda hoje no campo político. Há resistências para a aceitação do feminismo pelos movimentos e partidos de esquerda como parte da luta contra as desigualdades sociais e para a superação da sociedade de classes, bem como a compreensão de que o feminismo é um movimento pequeno-burguês que fragmenta a luta considerada central, ou seja, contra as relações de produção capitalistas, considerando-o “perigoso” para a causa da revolução socialista. Por vezes, tem prevalecido também o entendimento de que a luta de classes contemplaria ou absorveria o feminismo, e que a classe seria o marco adequado para entender a posição da mulher.

No intuito de identificar os conceitos fundamentais tecidos pelas feministas situadas no campo socialista e marxista sobre o patriarcado em sua relação com o capitalismo, bem como as críticas às debilidades do marxismo nas reflexões sobre a opressão e a emancipação das mulheres e ao processo de interação entre o feminismo e o marxismo, resumimos três tendências teórico-políticas.

A partir da divisão realizada por Cinzia Arruzza (2010), a qual consideramos mais apropriada para fins didáticos e analíticos, por questão de honestidade intelectual, tomamos emprestado os títulos atribuídos pela autora às respectivas teses que expressam, no campo do feminismo marxista, os principais indicativos dos estudos sobre a interação

entre patriarcado e capitalismo. Uma vez que não podemos apresentar e examinar as diversas produções no interior do feminismo sobre as relações conceituais entre o patriarcado e o capitalismo, vamos destacar algumas autoras da tradição marxista que trabalharam essa relação.

A primeira tese que abordamos trata o patriarcado como sistema autônomo ao capitalismo —a tese dos sistemas duplos ou triplos, como nomeia Arruzza. Considera o gênero e as relações sexuais sistemas autônomos e específicos “[...] que se combina ao capitalismo e remodela as relações de classe” (ARRUZZA, 2015, p. 36). Os sistemas patriarcal e de dominação racial apresentam-se como sistemas separados e diferentes do capital, específicos e autônomos. Dentre as pensadoras dessa corrente, com diferentes variações na teorização da relação patriarcado e capitalismo, estão Christine Delphy, Heidi Hartmann, Sylvia Walby e Danièle Kergoat. Sendo uma das concepções mais difundidas entre teóricas e ativistas feministas, nosso enfoque restringiu-se a Danièle Kergoat e Heidi Hartmann.

Outra tese aceita pelos teóricos marxistas é a que considera a opressão de gênero desnecessária ao capitalismo, sendo uma relação contingente e oportunista. É a tese do capitalismo indiferente às relações de gênero, ou a possibilidade de superação do patriarcado em países capitalistas avançados. O capitalismo pode tanto utilizar a opressão de gênero em benefício próprio quanto descartá-la, caso seja um obstáculo ao seu desenvolvimento. Ellen Wood é uma das teóricas da respectiva tese. Para Wood (2003), não é tão evidente que a igualdade de gênero, por exemplo, seja antagônica ao capitalismo e que ele seja incapaz de tolerá-la. É capaz de tolerar certos avanços nas conquistas das mulheres, bem como, em benefício próprio, aproveitar-se desse tipo de opressão extraeconômica (WOOD, 2003).

A terceira tese, a tese unitária, defendida por Cinzia Arruzza, que argumentamos em sua defesa, parte da premissa de que a opressão de gênero não corresponde a um sistema autônomo e dotado de causas próprias, mas que se tornou, através de um longo processo histórico de dissolução das precedentes formas de vida social, parte integrante da sociedade capitalista.

Por último, trazemos a contribuição da brasileira Heleieth Saffioti, referência singular nos estudos que articulam patriarcado e capitalismo, para compreendermos a constituição, a manutenção e reatualização do patriarcado no Brasil. Saffioti (2004) considera o patriarcado um regime atual que orienta as relações homem-mulher e uma expressão de poder político que confere aos homens direitos sexuais sobre as mulheres,

configurando-se como um tipo de hierarquia que contamina todos os espaços da sociedade e se estrutura a partir da ideologia e da violência.

4.1 Patriarcado e capitalismo como sistemas autônomos ou a tese *dos sistemas duplos ou triplos*

4.1.1 Danièle Kergoat e as relações sociais de sexo: o trabalho como categoria fundamental dos conflitos, tensões e antagonismos entre homens e mulheres

A partir dos anos 1970, as sociólogas feministas francesas introduziram as categorias *relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho*, “[...] expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema” (KERGOAT, 2009, p. 71), como alternativa a *patriarcado*, por ter sido considerado insatisfatório para analisar as relações entre homens e mulheres.

Como toda relação social, a relação social de sexo é “[...] uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [*enjeu*]” (KERGOAT, 2010, p. 94), conflituosa, permeada de tensões e de interesses antagônicos entre homens e mulheres. Um paradigma das relações de dominação estrutura o conjunto do campo social, sendo transversal à totalidade desse campo (KERGOAT, 2009). É uma relação de produção material e ideal por se inter cruzarem exploração, dominação e opressão.

As disputas referentes às relações sociais de sexo são “[...] formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva” (KERGOAT, 2010, p. 99). Enquanto conceito analítico, a divisão sexual do trabalho é elaborada pelas feministas como expressão material das relações sociais de sexo e um desdobramento crítico da generalidade da categoria “divisão social do trabalho”, que, ao partir de um modelo assexuado e de um sujeito masculino universal (HIRATA; ZARIFIAN, 2003), não oportunizava compreender a opressão específica vivenciada coletivamente pelas mulheres. As mulheres realizam, quase de forma exclusiva e gratuita, “[...] uma enorme massa de trabalho [...] invisível [...] feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2009, p. 68), incluindo nesse conjunto o trabalho doméstico, parental, e todas as esferas de cuidado e responsabilidades pelas pessoas.

A tomada de consciência da opressão específica no âmbito do trabalho deu visibilidade e denunciou a carga de trabalho das mulheres. Também permitiu que, no âmbito da produção de conhecimento feminista e nas ações políticas do movimento feminista, situadas no campo marxista e da esquerda política, fosse incorporada a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução, abrangendo reflexões sobre o trabalho não-assalariado, não remunerado, não mercantil e informal (PICQ *apud* KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho é, segundo Kergoat, a base material, e não unicamente ideológica, pela qual se exprimem as relações sociais de sexo como tipo de relação permeada pelo poder dos homens sobre as mulheres. Portanto, não se trata de uma mera repartição e complementaridade de tarefas de acordo com a noção de divisão sexual do trabalho de Lévi-Strauss para explicar a estruturação da sociedade em famílias (KERGOAT, 2009).

Seus princípios organizadores, a separação e a hierarquização, respectivamente, mostram a existência de trabalhos considerados de homens e de mulheres e a valoração do trabalho daqueles em detrimento do trabalho dessas. Adaptável a cada sociedade, tem “[...] por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Não se caracteriza a um destino natural ou biológico, que reduz gênero à sexo biológico e as práticas sociais a papéis sociais sexuados, legitimados pela ideologia naturalista (KERGOAT, 2009). As diferenças constatadas entre as práticas dos dois grupos são constructos sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica. Sob essa perspectiva, a divisão sexual do trabalho é uma construção social, resultado das relações sociais de sexo, uma relação antagônica entre mulheres e homens baseada na hierarquia, em relações de poder e de dominação. As alterações nessa relação só podem ocorrer desde que seja transformada concretamente a divisão do trabalho baseada no sexo.

Acerca da definição de relação social de sexo, Kergoat faz uma distinção entre duas palavras do idioma francês, *rapport* e *relations*, ambas apropriadas para apreender a sexuação do social, mas com níveis distintos de realidade. A primeira expressão remete ao antagonismo presente entre os grupos sociais, mulheres e homens, em que ambos possuem interesses contraditórios. Essas relações, “[...] que por sua vez, são abstratas e

opõem grupos sociais em torno de uma disputa [*enjeu*]" (KERGOAT, 2010, p. 95) são modelada pelo sistema patriarcal e materializam-se na divisão sexual do trabalho.

O segundo termo, *relations*, expressa as interações ou relações sociais concretas mantidas entre grupos e indivíduos, espaço que recria o social e dinamiza parcialmente o processo do social sexuado, a exemplo das formas sociais "casal" e "família", como exemplifica a autora, em que "[...] há um deslocamento das linhas de tensão", enquanto "[...] as relações sociais de sexo permanecem intactas" (KERGOAT, 2010, p. 95).

Por mais que apresentem alterações significativas, não está nas "relações intersubjetivas" o potencial de mudanças reais das relações sociais, esfera que continua a operar e a manifestar exploração, dominação e opressão. Localizam-se nas *práticas sociais* as possibilidades de emersão das formas de resistência do sujeito político, bem como a própria constituição desse sujeito apto a subverter as relações sociais de sexo e a potencialidade de mudanças no nível das relações sociais.

Suas reflexões em torno das relações sociais de sexo levaram Danièle Kergoat a concluir que essas não podem ser analisadas de forma isolada das demais relações que constituem a realidade. Critica, assim, a insuficiência das abordagens teóricas que tendem a centrar os estudos apenas nas relações sociais de sexo e nas lutas reduzidas ao elo de dominação homem-mulher. Ao invés de hegemonizar apenas uma relação social, sua proposta é pensar a simultaneidade ou a interpenetração constante do conjunto das relações sociais (KERGOAT, 2009).

Assim, elabora, nos anos 1970, o conceito de *consustancialidade* das relações sociais, em conjunto a *coextensividade*, "[...] para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)" (KERGOAT, 2010, p. 93). Parte, então, da compreensão da divisão sexual do trabalho como fenômeno histórico, situado entre a permanência de seus princípios organizadores (separação e hierarquização) e a complexidade e as variações de suas modalidades no tempo e no espaço⁴² (KERGOAT, 2009). Sobre a consustancialidade e a coextensividade, diz que

⁴² Na medida em que o capital tem incorporado o trabalho das mulheres, a flexibilização e a precarização da mão de obra feminina apontam para tendências do trabalho deste segmento no contexto de crise econômica e desemprego em massa, além do aparecimento e desenvolvimento dos "nomadismos sexuais". Nomadismos referentes ao tempo para as mulheres, com o crescimento de trabalhos em tempo parcial e temporários, e os nomadismos do espaço para os homens, caracterizados pela concentração de alguns trabalhos nas mãos dos homens e os deslocamentos profissionais dos altos executivos no mundo. O fosso também se dá entre as próprias mulheres, na chamada dualização do emprego feminino. Se, por um lado, a precarização e a pobreza são significativamente crescentes entre as mulheres, por outro, aumentaram os capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção de mulheres ativas, a exemplo

[...] as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (KERGOAT, 2010, p. 94)

Para Kergoat (2010), situar a análise das relações sociais nos termos da consubstancialidade-coextensividade permite considerar que “[...] *de acordo com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será — ou não será — unificador. Mas ele [o gênero] não é em si fonte de antagonismo ou solidariedade*” (KERGOAT, 2010, p. 99, grifos da autora). Ou seja, não existe uma sobreposição de uma relação social a outra, mas elas interagem entre si mediante “[...] o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se as outras e construindo-se de maneira recíproca” (p. 100), produzindo-se mutuamente (coextensividade) e formando o que denomina de “nó” das relações sociais.

Ao nosso ver, precisaria ficar mais evidente a forma como se estabelecem as alianças entre os sistemas e a forma de funcionamento do *nó* das relações sociais sexo-raça/etnia-classe, como se estabelece a interação entre as relações sociais e o próprio funcionamento das instâncias internas de cada sistema, no que diz respeito ao processo de dominação-exploração-opressão das mulheres.

Kergoat cita um exemplo prático referente ao crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho e a persistência da contradição que tem acompanhado essa tendência na permanência das segmentações entre os empregos masculinos e femininos, das desigualdades salariais e do trabalho doméstico ainda assumido pelas mulheres quase que exclusivamente. Dessa forma, conclui não se tratar de uma aporia interna das relações sociais de sexo, mas da necessidade do capitalismo ter

[...] uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres [...]. Assim, não se pode argumentar no âmbito de uma única relação social. O suposto paradoxo aponta para a imbricação, na própria gênese da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, de diferentes relações sociais, e de relações sociais que não podem ser abordadas da mesma maneira. (KERGOAT, 2010, p. 94)

do quantitativo das executivas e profissionais com ensino superior, que dobrou, contabilizando 10% (KERGOAT, 2009).

Com base nessa citação, Kergoat (2010) destaca o imperativo materialista das relações sociais de gênero, raça, classe, ao defini-las como relações de produção na qual se entrecruzam a exploração, a dominação e a opressão em cada um dos sistemas, internamente e entre eles. Esses sistemas que apresentam suas próprias instâncias, como afirma a autora, vão de encontro ao entendimento que as “[...] relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica” (KERGOAT, 2010, p. 99). Assim, a exploração econômica, a dominação e a opressão, instâncias contidas em cada um dos sistemas de gênero, raça e classe, “[...] articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica”. No entanto, Kergoat, ao partir do suposto de que cada sistema (de sexo, raça e classe) possui instâncias próprias que entrecruzam exploração, dominação e opressão, articulando-se entre si de maneira interna e externa, não deixa evidente a lógica própria que rege o funcionamento de cada sistema que engloba as relações sociais de sexo, ou seja, a sua dinâmica interna e a condição pela qual a opressão de gênero continua a se reproduzir sob o sistema capitalista.

Como imperativo histórico, evidencia o caráter dinâmico das relações sociais, que são compostas por uma estrutura que permite a permanência das relações de gênero, raça e etnia, bem como a existência de períodos históricos e eventos que podem acelerar o curso das transformações das respectivas relações. Chama a atenção para a necessidade de historicizar todas as relações sociais, sem menosprezar uma ou outra, o que “[...] significaria transformar a relação em categorias caracterizadas pela metaestabilidade” (KERGOAT, 2010, p. 100).

Por último, o terceiro imperativo Kergoat define as invariantes nos princípios de funcionamento das relações sociais, no caso, os dois princípios organizadores: a separação e a hierarquização. Segundo a autora, esses princípios são invariáveis, mas as formas como as relações sociais de sexo manifestam-se “[...] são extremamente instáveis no tempo e no espaço”, tomando como exemplo a divisão sexual do trabalho.

4.1.2 Heidi Hartmann: de um casamento infeliz a uma proposta de uma união mais progressista entre o marxismo e o feminismo

Heidi Hartmann, no ensaio *Um matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo* (1981), constata, nas recentes tentativas de integração entre o marxismo e o feminismo, uma relação desigual, com a constante

subordinação do segundo ao primeiro, e, por sua vez, a subsunção da luta feminista à luta contra o capital. Afirma criticamente que “[...] son una cosa solo, y esta cosa es el marxismo” (HARTMANN, 1981, p. 2), e aponta para a necessidade de um casamento mais saudável ou o próprio divórcio entre ambos.

As desigualdades da relação feminismo radical e marxismo não são acidentais. De acordo com Hartmann, apesar de as análises marxistas apresentarem questões essenciais para o entendimento das leis do desenvolvimento histórico do capital, essas têm se revelado insuficientes e limitadas quanto ao sexismo: “[...] as categorias del marxismo, son ciegas al sexo” (HARTMANN, 1981, p. 2). Compartilham a premissa política de que a luta de classes absorveria ou contemplaria a luta feminista, ao considerá-la menos importante, secundária, e que dividiria a classe trabalhadora.

Embora considere que “[...] sólo um análisis especificamente feminista revela el carácter sistemático de las relaciones entre hombre y mujer”, não são suficientes por serem cegas à história e não bastante materialistas. Diante do impasse, propõe uma nova orientação, a qual denomina de análise feminista marxista, uma conjunção do feminismo com o marxismo:

Hay que recurrir tanto al análisis marxista, y en particular a su método histórico y materialista, como al análisis feminista, y en especial a la identificación del patriarcado como estructura social y histórica, si se quiere entender el desarrollo de las sociedades capitalistas occidentales y la difícil situación de la mujer dentro de ellas. (HARTMANN, 1981, p. 2)

Partindo da tese de que o patriarcado não é só uma estrutura psíquica, mas também social e econômica, sugere que a sociedade está organizada sobre bases capitalistas e patriarcais, produzindo “[...] una colaboración entre patriarcado y capitalismo” (p. 3). A acumulação capitalista assenta-se na estrutura patriarcal, contribuindo para sua perpetuação, ao tempo em que a ideologia sexista assume uma forma particularmente capitalista na atualidade. Dessa maneira, discorda das feministas radicais, particularmente Juliet Mitchell, que caracteriza o patriarcado como estrutura ideológica, desprovido de uma base material.

Segundo Hartmann (1981), nos estudos que Mitchell realizou sobre o trabalho reprodutivo, a sexualidade e a criação dos filhos, a atuação do patriarcado é situada primordialmente no âmbito psicológico do processo de aprendizado sobre ser homem e mulher. Shulamith Firestone também apresenta fenômenos psicológicos resultantes da dependência das mulheres e da dominação dos homens sobre elas. Hartmann não

desconhece que esses fenômenos estão relacionados ao poder social do homem, mas critica Mitchell quando, ao analisar a interação entre o patriarcado como estrutura ideológica fundamental e o capital como estrutura econômica fundamental, não dá a este

[...] uma base material em la relación entre la fuerza de trabajo del hombre y la de la mujer, ni tampoco señalalos aspectos material es del processo de formación de la personalidad y de creación de los géneros, com lo que limita la utilidad de su análisis. (HARTMANN, 1981, p. 10)

Sua leitura sobre os escritos de Shulamith Firestone, especificamente *A dialética do sexo* (1970), considera que a feminista radical estabelece uma ponte entre o marxismo e o feminismo quando aplica, ao estudo do patriarcado, uma perspectiva analítica materialista e afirma a existência de uma base material do patriarcado, o trabalho das mulheres na reprodução da espécie.

Embora reconheça o avanço dos estudos de Firestone, especialmente no que se refere à abordagem do poder dos homens sobre as mulheres como questão política e não privada e as consequências subjetivas resultantes desse processo, critica a ênfase nos aspectos biológicos e da reprodução, assim como discorda que a base de todas as outras formas de opressão esteja no domínio dos homens sobre as mulheres. Para Hartmann, é necessário entender como o sexo biológico se converteu em gênero, um fenômeno social, e situar histórica e socialmente todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres.

Quanto às análises marxistas sobre a questão da mulher, Hartmann ressalta que a maioria delas parte da posição e da relação da mulher com o sistema econômico, sem considerar a relação mulher-homem, ao supor que esta última ficará explicada por meio da análise do sistema capitalista. Dessa forma, na primeira parte do seu ensaio, destaca os três principais enfoques que os estudos marxistas adotaram para uma leitura sobre a condição da mulher no capitalismo, que conectam, sem exceção, a opressão desta à produção, ao definir o seu pertencimento à classe trabalhadora.

O primeiro enfoque, que teve como representantes Marx, Engels, Kautsky e Lenin, parte da premissa de que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, sob o capitalismo, eliminaria a divisão sexual do trabalho, destituindo a pequena propriedade camponesa e as relações patriarcais. Para Engels, o trabalho era a chave para a emancipação feminina, porque tornava a mulher economicamente independente dos homens. Sua liberação, portanto, estaria condicionada ao ingresso no trabalho assalariado

para igualar-se ao homem trabalhador. Assim, estaria em pé de igualdade para lutar com o homem na revolução proletária.

Mesmo conscientes da dupla jornada das mulheres trabalhadoras, no âmbito doméstico e no trabalho assalariado, os marxistas afirmavam não existir a opressão da mulher na família proletária, pela ausência da propriedade privada. Eles apostavam que o socialismo libertaria a mulher do trabalho doméstico, o qual seria coletivo. Capital e propriedade privada estariam, portanto, no centro das causas da opressão das mulheres.

Em crítica a essa linha de pensamento, Hartmann fala que os marxistas primitivos, como os denomina, pouco se preocuparam com as diferenças entre as vivências dos homens e das mulheres no capitalismo e não reconheceram o interesse pessoal dos homens na manutenção da subordinação da mulher, por se beneficiarem do trabalho doméstico e de estarem nos melhores postos de trabalho. Sendo assim, as relações patriarcais, ao invés de definirem na medida em que o trabalho assalariado se estendeu para as mulheres, como afirmou Engels, prosperavam ao lado do capitalismo. Acrescenta que, com o fim da propriedade privada e do capital, não se finda a opressão da mulher *como mulher*, pois não são as suas causas, ou seja, a revolução proletária não levaria automaticamente à libertação das mulheres.

No segundo enfoque, as análises realizadas pelos marxistas contemporâneos, filiados à escola da vida cotidiana, consideram que todos os aspectos da vida das mulheres reproduzem o sistema capitalista. Hartmann e Eli Zaretsky, em *Socialismo revolution* (1974), partem de uma análise correta quando situam o sexismo como fenômeno anterior ao capitalismo, embora esse tenha ganhado contornos particulares na sociedade regida pelo capital, mais virulento, como ressaltam, resultando na separação entre o trabalho assalariado e o trabalho e casa, ao passo que a incorporação do trabalho feminino não ocorreu num plano de igualdade em relação ao trabalho dos homens.

Para Hartmann, Zaretsky compreende que o capitalismo cria a aparência que a mulher trabalha para o homem, quando, na verdade, seu trabalho no âmbito doméstico destina-se para o capital e não para o homem. As causas de sua exclusão do trabalho assalariado devem-se ao capitalismo, por criá-lo fora de casa, por privatizar o trabalho doméstico e destiná-lo às mulheres com o objetivo de reproduzir trabalhadores assalariados para o sistema capitalista. A tese de Zaretsky é que, somente com o fim do capitalismo, pode haver a superação da segmentação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, tornando-se o último produtivo mediante o reconhecimento por parte dos

homens e mulheres trabalhadoras e que é neste sistema que se encontra a raiz do problema da opressão feminina.

Do ponto de vista de Hartmann, a respectiva tese não explica (e até mesmo nega) a existência das desigualdades entre homens e mulheres quando situa a preocupação de suas análises na relação *mulher-família na esfera privada e capitalismo*: a opressão dela estaria vinculada à sua destinação à esfera privada. Embora concorde com Zaretsky que a mulher, por meio do trabalho doméstico, contribua para a reprodução do capital, afirma que ela, dentro da família, trabalha também para os homens.

Acrescenta que Zaretsky não explicou as causas da divisão do trabalho que situa as mulheres, prioritariamente, na esfera doméstica, em posição de subordinação, e os homens no trabalho assalariado e em posição de superioridade, problema que “[...] no pude explicar se sin hacer referencia al patriarcado, al predominio sistemático del hombre sobre la mujer” (HARTMANN, 1981, p. 5), e sem refletir sobre um novo conceito de produção para pensar a nova sociedade que se deseja criar, “[...] pero de aqui a sua creación la lucha entre el hombre y la mujer tendrá que continuar junto con la lucha contra el capital” (p. 6).

Por último, o enfoque das feministas marxistas, em particular de Mariarosa Dalla Costa, examina a relação do trabalho doméstico com o capital e o seu lugar na sociedade capitalista. A autora compreende que, por esse tipo de trabalho reproduzir a força de trabalho para o capital ao proporcionar serviços essenciais, e criar mais-valia, deveria ser um trabalho assalariado, ao invés de ser fornecido de forma gratuita, ao tempo em que também fornece trabalho assalariado ao inserir-se no mercado de trabalho, fazendo assim uma dupla jornada.

Na opinião de Della Costa, as mulheres poderiam organizar o trabalho doméstico coletivamente, o que ainda proporcionaria um maior grau de consciência sobre a importância e o significado social do seu trabalho como primeiro passo para uma mudança social mais ampla. A reivindicação pelo assalariamento do trabalho doméstico e a negação de participar do mercado de trabalho poderiam favorecer a organização das mulheres na luta contra o capital.

De acordo com a interpretação do pensamento de Della Costa por Heidi Hartmann, a luta das mulheres é revolucionária não porque é feminista, mas porque é anticapitalista. Apesar de reconhecer que os homens se oporiam à liberação das mulheres, crê que a luta das mulheres é complementar à luta contra o capitalismo, e que a finalidade é chegar ao socialismo. Além do mais, Della Costa não aborda as relações entre homem

e mulher da forma como se dão no trabalho doméstico, antes subsume a luta feminista à luta contra o capital. Sua análise centra-se no capitalismo, e não na relação entre homem e mulher.

Para Hartmann, o trabalho doméstico realizado pela mulher para o homem é crucial para manter o patriarcado, e o homem tem interesse material na permanência de tal situação. A autora define patriarcado como um conjunto de relações sociais entre os homens que permite estabelecer entre eles interdependência e solidariedade para dominar as mulheres. A relação entre eles é hierárquica, a depender da classe social, raça ou grupo étnico. Eles ocupam, portanto, diferentes postos no patriarcado, mas se unem para manter a dominação sobre as mulheres (HARTMANN, 1981). Assinala ainda que a base material do patriarcado está no controle do homem sobre a força de trabalho da mulher, a partir da exclusão dos recursos produtivos essenciais e da restrição da sua sexualidade, prestando-lhes serviços pessoais, sexuais e a criação dos filhos, questões fundamentais para perpetuar o patriarcado como sistema:

La base material sobre la que se asienta el patriarcado estriba fundamentalmente em el control del hombre sobre la fuerza de trabajo de la mujer. El hombre mantiene este control excluyendo a la mujer del acceso a algunos recursos productivos esenciales (em las sociedades capitalistas, por ejemplo, los trabajos bien pagados) y restringiendo la sexualidade de la mujer. El matrimonio heterosexual y monógamo es uma forma relativamente reciente y eficaz que aparece permitir al hombre controlar ambos campos. El hecho de controlar el acceso de la mujer a los recursos y a su sexualidade, a su vez, permite al hombre controlar la fuerza de trabajo de la mujer, com objeto tanto de que preste diversos servicios personales y sexuales como de que críe a sus hijos. Los servicios que la mujer presta al hombre, y que libran al hombre de tener que hacer muchas tareas ingratas (como limpiar retretes), se realizan tanto dentro como fuera del marco familiar. (HARTMANN, 1981, p. 12)

As relações sociais patriarcais se reproduzem, fundamentalmente, no lar, onde os filhos são criados pelas mulheres, espaço em que os homens aparecem raras vezes. Mas há outros campos que ensinam comportamentos patriarcais, que impõem e reforçam o lugar de inferioridade das mulheres na hierarquia de gênero, a exemplo de instituições como igrejas, escolas, sindicatos, exército, meios de comunicação. Tais elementos precisam ser considerados para entender aquilo que se nomeia de capitalismo patriarcal (HARTMANN, 1981).

Hartmann posiciona-se contra a tese que defende a ideia de que a universalização do capitalismo poderia proporcionar maior autonomia econômica para as mulheres, favorecendo a destruição das relações patriarcais na família. Na prática, Hartmann observa que são poucas aquelas que têm um salário que permite a sua manutenção e a dos

filhos. Atesta que não há incompatibilidade entre patriarcado e capitalismo, mas, sim, a existência do patriarcado como sistema de relações entre mulheres e homens no interior do capitalismo, numa forte e proveitosa colaboração entre ambos. O patriarcado configura o capitalismo hoje e legitima seu controle, ao tempo em que repudia certas formas de luta contra o capital:

El patriarcado, al establecer y legitimar una jerarquía entre los hombres (al permitir que los hombres de todos los grupos controlen al menos a algunas mujeres), refuerza em controle capitalista, y los valores capitalistas configuran la definición de utilidad patriarcal [...] Si examinamos las características de los hombres tal como los describen las feministas radicales – competitivos, racionalistas, dominantes –, vemos que coinciden en buena parte con nuestra descripción de los valores predominantes en la sociedad capitalista [...] Esto ayuda a explicar no sólo las características ‘masculinas’ y ‘femininas’ en las sociedades capitalistas, sino también la forma especial que reviste la ideología sexista em las sociedades capitalistas. (HARTMANN, 1981, p. 22)

Propondo uma união mais progressista entre marxismo e feminismo, problematiza a relação entre feminismo que denomina de “burguês” e a luta de classes, que, histórica e atualmente, tem caminhado de forma separada, e dentro da própria esquerda pelo predomínio do marxismo sobre o feminismo. Na visão de Hartmann (1981, p. 25), “[...] esto último ha sido consecuencia tanto del poder analítico del marxismo como del poder de los hombres dentro de la izquierda, lo que ha dado lugar tanto a uma lucha abierta em la izquierda como a la posición contradictoria de las feministas marxistas”.

A visão da esquerda tradicional sobre o movimento de mulheres, segundo Hartmann, tem sempre se mostrado ambivalente, considerando-o perigo para a causa socialista. Uma mulher de esquerda que adere ao feminismo pode ser ameaçadora para o homem que está organizado também na esquerda. Muitas organizações da esquerda se utilizam e se beneficiam do trabalho das mulheres e as induzem a abandonar o ponto de vista feminista, tendo em vista que a classe é considerada o marco adequado para analisar a posição da mulher: “[...] debe ser entendida como parte de la clase obrera; la lucha de clase obrera contra el capitalismo debe prevalecer sobre cualquier conflicto entre el hombre y la mujer. No se debe permitir que el conflicto de sexos se interponha em la solidaridad de classe” (HARTMANN, 1981, p. 25).

Hartmann é categórica ao afirmar que a luta contra o capital e o patriarcado não terá êxito se não considerar os estudos e as práticas das questões do feminismo. Está condenada ao fracasso uma luta contra as relações capitalistas de opressão que deixe de lado as relações patriarcais, que são sua base de sustentação. A análise do patriarcado é

essencial para definir o tipo de socialismo que destrua o patriarcado, “[...] el único tipo de socialismo útil para la mujer” (HARTMANN, 1988, p. 26), já que, mesmo compartilhando a necessidade de ultrapassar o capitalismo, continuam mantendo interesses próprios de seu gênero.

Ademais, não está nítido se o tipo de socialismo que homens e mulheres lutam trata-se do mesmo, pois, concretamente, os homens precisariam renunciar seus privilégios. A mulher, na luta pelo socialismo, “[n]o debe confiar que en que la ‘libere’ el hombre ‘depués de la revolución’, en parte porque no hay razón alguna para creer que sabría harcelo, y en parte porque este no tiene necesidad alguna de harcelo; de hecho su interés inmediato radica en que continúe nuestra opresión” (HARTMANN, 1988, p. 26).

A proposta de Hartmann é para que as mulheres tenham suas próprias organizações e sua própria base de poder, considerando que elas sabem as razões pelas quais lutam. Afirma, além disso, que as feministas socialistas devem organizar uma prática que dirija a luta contra o patriarcado e o capitalismo.

4.2 A tese do *capitalismo indiferente* às relações de gênero

No livro *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, especificamente no artigo “Capitalismo e emancipação humana: raça, gênero e democracia”, Ellen M. Wood sinaliza a existência de impulsos emancipatórios fortes e promissores no campo que denomina de bens extraeconômicos, termo utilizado pela autora para se referir à “[...] emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática” (WOOD, 2011, p. 227).

De acordo com Wood, é fato que, no interior das organizações socialistas, já não é mais tranquila a aceitação, sem discussão, de que a emancipação humana ocorrerá no campo econômico, ou seja, por meio da luta de classes. Para certos segmentos sociais, houve um deslocamento da luta de classes para o terreno das lutas dos bens extraeconômicos, ou uma ênfase maior nas lutas extraeconômicas. Essa posição leva Wood a afirmar que esses “[...] compromissos não resolvem as questões cruciais relativas a agentes e modalidades de luta, e certamente não resolvem a questão da política de classe”, fundamento estrutural da sociedade capitalista, senão vejamos:

Já não admite sem discussão na esquerda que a batalha decisiva pela emancipação humana vai ocorrer no campo ‘econômico’, o terreno da luta de classes [...]. Todo socialista deveria estar comprometido com esses objetivos –

na verdade, o projeto socialista de emancipação de *classe* sempre foi, ou deveria ter sido, um meio para o objetivo maior de emancipação humana .

Ao indagar quais tipos de opressão exercidos no capitalismo e que formas de emancipação ele tolera, Wood (2011) considera que cada bem *extraeconômico* possui uma relação específica com esse sistema. O capitalismo não é capaz de garantir bens *extraeconômicos* como a paz e o equilíbrio ecológico, em razão da sua “lógica expansionista, competitiva e exploradora”, em que tudo é submetido “[...] às exigências da autoexpansão do capital e do chamado crescimento, é inevitavelmente hostil ao equilíbrio ecológico” (WOOD, 2011, p. 228). No entanto, essas duas questões apresentam o problema da universalidade ao não se constituírem como forças sociais, devido à ausência de uma identidade social específica, ou podem vir a ter identidade social desde que se inter cruzem, por exemplo, com as relações de classe (WOOD, 2011).

No caso de raça ou gênero, a situação é quase oposta à paz e ao equilíbrio ecológico. Apesar de o antirracismo e o antissexismo possuírem identidades sociais específicas, não é tão nítido “[...] que a igualdade racial e de gêneros sejam antagônicas ao capitalismo, nem que o capitalismo seja incapaz de tolerá-la, assim como é incapaz de garantir a paz mundial ou de respeitar o ambiente” (WOOD, 2011, p. 229). Segundo Wood, o capital não tem a tendência estrutural para ambas as desigualdades, e “[...] a exploração capitalista pode, em princípio, ser conduzida sem preocupações com cor, raça, credo, gênero, ou com a dependência de desigualdade ou diferença *extraeconômica*”, mas racismo e sexismo podem esconder “[...] as realidades estruturais do sistema capitalista e dividem a classe trabalhadora” .

O capitalismo é capaz de tolerar certos avanços nas conquistas das mulheres por ser indiferente às identidades sociais, ao considerar que a exploração capitalista não se ampara em “[...] identidades, desigualdades ou diferenças *extraeconômicas* políticas e jurídicas” , a exemplo da relação contratual de trabalho que se dá entre indivíduos livres e iguais. O próprio desenvolvimento do capitalismo contribuiu para que surgissem “[...] pressões ideológicas *contra* tais desigualdades e diferenças em grau sem precedentes nas sociedades pré-capitalistas” .

No caso de gênero, não é tão evidente que “[...] o capitalismo produziu formas mais extremas de opressão de gênero que as que existiam nas sociedades pré-capitalistas” (p. 231) quando comparado ao racismo — que, sob o referido sistema, elaborou uma

ideologia intrínseca e natural de inferioridade para justificar a opressão colonial durante e após a abolição da escravidão.

Apesar da tendência a eliminar diferenças e diluir identidades, contraditoriamente, pode apresentar flexibilidade para usar ou descartar as opressões sociais em benefício próprio, combinando, paradoxalmente, a “[...] indiferença estrutural em relação a essa desigualdade *extraeconômica*, ou até mesmo pressão contra ela, e uma espécie de oportunismo sistemático que permite ao capitalismo aproveitar-se dela” (p. 231).

Assim, a opressão de gênero nos países de capitalismo avançado pode ser usada tanto econômica quanto ideologicamente, ao constituir subclasses, podendo ou não se combinar com outras identidades sociais, além de oferecer uma espécie de cobertura ideológica que tira do foco central a luta de classes. Além disso, é uma forma de reduzir os custos do capital com a reprodução da força de trabalho ou uma crença disso, ao manter, na esfera privada da família, custos de gestação e criação de filhos. Mas tais custos não são qualitativamente diferentes dos demais para o capital, que, em geral, é hostil a todo tipo de custo.

No entanto, para Wood, mesmo tirando proveito da forma como as relações de gênero se organizam, essa opressão específica não é estruturante do capitalismo, e as lutas voltadas para o enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres não o põe em risco. Ademais, se permanecem isoladas da luta anticapitalista, terão poucas probabilidades de vitória. Vejamos:

[...] ele não é mais incapaz de tolerar a igualdade de gênero do que de aceitar a seguridade social [...]. Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem status privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres – embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe. Isso não quer dizer que o capitalismo tenha passado a considerar a liberação das mulheres necessária ou inevitável. Mas significa que não há necessidade estrutural específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela [...]. As lutas concebidas em termos exclusivamente *extraeconômicos* – puramente contra o racismo, ou contra a opressão de gênero, por exemplo – não representam em si um perigo fatal para o capitalismo, que elas podem ser vitoriosas sem desmontar o sistema capitalista, mas que, ao mesmo tempo, terão pouca probabilidade de sair vitoriosas caso de mantenham isoladas da luta anticapitalista. (WOOD, 2011, p. 232)

A tese do *capitalismo indiferente* às relações de gênero, ou a possibilidade de superação do patriarcado em países capitalistas avançados, é uma das mais aceitas pelos teóricos marxistas que consideram a opressão de gênero desnecessária ao capitalismo,

numa espécie de relação contingente e oportunista, ao considerar o capitalismo indiferente às identidades sociais das pessoas que explora, tornando-o “capaz de prescindir das desigualdades e opressões extraeconômicas” (WOOD, 2011, p. 241). Embora o capitalismo possa tanto se utilizar da opressão de gênero em benefício próprio quanto descartá-la, não significa que “seja capaz de garantir a emancipação de gênero ou raça”, bem como “a conquista dessa emancipação também não garante a erradicação do capitalismo”. De acordo com Wood, a indiferença pelas identidades extraeconômicas, ao mesmo tempo,

[...] torna[-o] particularmente eficaz e flexível o seu uso como cobertura ideológica pelo capitalismo. Enquanto nas sociedades pré-capitalistas as identidades extraeconômicas acentuavam as relações de exploração, no capitalismo elas geralmente servem para obscurecer o principal modo de opressão que lhe é específico. E, apesar de o capitalismo tornar possível uma distribuição sem precedentes de bens extraeconômicos, ele o faz desvalorizando-os. (WOOD, 2011, p. 241)

4.3 O patriarcado como parte integrante do capitalismo: por uma teoria unitária

A *tese unitária*, defendida por Cinzia Arruzza, parte da premissa de que a opressão de gênero não corresponde a um sistema autônomo dotado de causas próprias, mas que se tornou parte integrante da sociedade capitalista por meio de um longo processo histórico de dissolução das precedentes formas de vida social. De acordo com a autora, nos países capitalistas, não existe mais um sistema patriarcal que autonomamente se reproduza independente do capitalismo: permeando as relações sociais e interpessoais, “as relações patriarcais continuam a existir, mas não são parte de um sistema separado” (ARRUZZA, 2015, p. 38).

Como partes integrantes da sociedade capitalista, as relações de poder baseadas no gênero ou na orientação sexual são “[...] momentos concretos de uma totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo” (ARRUZZA, 2017, p. 57), “uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015, p. 38). O patriarcado, portanto, não seria um sistema com regras próprias e que se reproduz autonomamente. Dentre os desafios, a autora destaca o entendimento da maneira que a “dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos”.

Arruzza (2015) pontua a dificuldade do feminismo marxista e do próprio marxismo em identificar de forma clara, no âmbito da teoria, “[...] a lógica subjacente da relação entre a opressão das mulheres e a dinâmica capitalista” (ARRUZZA, 2017, p. 43), reproduzindo uma percepção fragmentada da realidade social, perspectiva encarnada pelas teorias dos *sistemas duplos ou triplos*.

Outro aspecto problemático é situar as relações entre homens e mulheres como sendo de exploração, permeada por interesses antagônicos, pressupondo aí a existência de um grupo explorador e outro explorado, bem como a exploração do trabalho das mulheres pela “classe” dos homens. Consideramos que, embora existam nessas relações contradições e ambiguidades que permeiam os interesses de homens e mulheres, elas estão circunscritas às relações de dominação e opressão. Os homens tiram vantagens das desigualdades de gênero e, certamente, não abrirão mão de seus privilégios, mas não podemos situar tais relações no campo do antagonismo de interesses.

As críticas de Arruzza também incidem sobre a leitura da conexão entre capitalismo e patriarcado realizada pela tese do *capitalismo indiferente*. Apesar das condições favoráveis de constituição do movimento feminista e das conquistas obtidas pelas mulheres sob o capitalismo, não se pode concluir que ele possa prescindir da opressão de gênero. Da mesma forma, mesmo que a opressão das mulheres não seja consequência direta do capitalismo, “[...] isso não prova que o capitalismo não produz necessariamente, como resultado de seu funcionamento concreto, a reprodução constante e diversificada da opressão de gênero” (ARRUZZA, 2015, p. 51).

Os impasses teóricos dessas questões colocam a necessidade de uma revisão e uma explicação dos problemas ora levantados a partir do desafio de repensar a crítica marxista do capitalismo como uma crítica de uma totalidade articulada e contraditória das relações de exploração, dominação e alienação para “[...] entender como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos e automáticos” (ARRUZZA, 2015, p. 38).

De acordo com Arruzza (2010, p. 8), “[...] torna-se imperativo compreender a complexidade com que o capitalismo integrou e se aproveitou de relações de poder pré-capitalistas para criar hierarquias entre explorados e oprimidos”, do modo como patriarcado e acumulação capitalista se relacionam e se integram, sendo necessária uma teoria de gênero que “aprofunde a crítica das relações de poder” e que “[...] seja integrada

comprometidamente na teoria marxista, nos movimentos sociais e nas organizações de esquerda socialista” .

Se, por um lado, pensar a classe trabalhadora somente no masculino é equivalente a não entender (ou entender parcialmente) como se estruturam e funcionam as relações de produção, a exploração e o próprio capitalismo, por outro, Arruzza destaca que os movimentos feministas também não podem subtrair do seu entendimento e intervenção na realidade a determinação de classe “[...] em prol da proclamação de uma irmandade universal e essencialista, sob pena de dinamitar absolutamente as pontes com os outros movimentos sociais ou com o movimento de trabalhadores” (ARRUZZA, 2010, p. 9).

4.4 Heleieth Saffioti: o patriarcado como sistema de dominação-exploração e o conceito de nó das relações sociais de sexo, raça e classe social

Heleieth Saffioti é uma das referências brasileiras nos estudos sobre o patriarcado. Para conceituá-lo, recorreu à Carole Pateman (1993), em *O contrato social*, obra que, segundo Saffioti, aborda a teoria política do contrato social com viés crítico, ao trazer o caráter sexual dele. Pateman afirma que o pacto original é tanto social quanto sexual, ou seja, não se trata de dois contratos distintos. De caráter masculino — e meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno —, nele está a origem do direito patriarcal, que cria o direito político e sexual dos homens sobre as mulheres, denunciando que a liberdade não é um bem universal, mas pertencente àqueles, enquanto essas mulheres partilham uma história de sujeição (SAFFIOTI, 2004).

A partir do pensamento de Pateman, Saffioti afirma que as relações patriarcais, bem como suas hierarquias e estrutura de poder, contaminam toda a sociedade e são expressão do poder político dos homens sobre as mulheres. É, além disso, um tipo de hierarquia entre os dois grupos — não se restringe à esfera privada, mas está presente também na esfera pública, ambas “[...] profundamente ligadas e parcialmente mescladas” (SAFFIOTI, 2004, p. 54).

Enquanto sistema de dominação e de exploração que se expande por todo corpo social, o patriarcado “[...] não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração” (Saffioti, 2004, p. 50). Chama a atenção para a exploração como a outra face do patriarcado e critica a separação que as feministas radicais realizam ao situarem a dominação no campo

político e a exploração no campo econômico. Para Saffioti, dominação e exploração constituem

[u]m único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos. (SAFFIOTI, 2004, p. 106)

Em outras palavras, a autora introduz o conceito de *nó* como nova realidade formada por três subestruturas (gênero, classe social, raça/etnia), presididas cada uma por uma lógica contraditória diferente da lógica interna de cada sistema em separado, que, quando enoveladas ou enlaçadas, apresentam uma dinâmica própria. Por meio do *novelo patriarcado-racismo-capitalismo*, “[...] a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória” (SAFFIOTI, 2004, p. 125), que adquire relevos distintos a depender das condições históricas.

Importante frisar que, apesar de tratar-se de um nó frouxo, essas contradições não atuam de forma livre e isolada, mas se unificam por meio de uma estrutura de poder. Dessa maneira, “[...] a análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, das análises das demais, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as três contradições sociais básicas” (SAFFIOTI, 2004, p. 126).

Ao recorrer à leitura de Hartmann (1981), especificamente o ensaio que trabalhamos no presente capítulo, Saffioti (2004) acrescenta que o patriarcado se define a partir de um pacto masculino para estabelecer e manter o controle sobre as mulheres. Ou seja, para manter a dominação, a exploração e a opressão sistemáticas, mediante a existência de uma economia doméstica ou domesticamente organizada, nas palavras de Saffioti, da solidariedade entre os homens, mesmo que estejam em hierarquia baseadas em classe, raça e geração, além da garantia dos meios necessários para a produção diária e a reprodução da vida. Sua base material representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência. De acordo com sua definição, o patriarcado

1. não se trata de uma relação privada, mas civil;

2. dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
3. configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
4. tem uma base material;
5. corporifica-se;
6. representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58)

Se pensarmos no processo de instituição do sistema patriarcal no Brasil como estratégia de colonização portuguesa que teve como bases institucionais de dominação a “família rural ou semirrural” (FREYRE, 2006, p. 80) e o próprio regime de escravidão, podemos concluir que esses elementos foram estruturantes para a formação da sociedade brasileira, que teve na casa-grande e na senzala os símbolos de sua formação patriarcal. O sistema patriarcal como sistema econômico, social e político do Brasil colônia concentrava a produção por meio da monocultura latifundiária, do trabalho escravo e do patriarcalismo escravocrata e polígamo (FREYRE, 2006).

O Brasil teve sua expansão numérica do povoamento, no período colonial, resultante da dominação e da arbitrariedade masculina pela utilização da violência sexual contra as negras e as indígenas. É recorrente, na obra *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2006), a ideia de miscigenação ou mistura racial na perspectiva da democracia racial e da harmonia e naturalização das relações sexuais entre colonos, nativos e africanos no processo de formação do povo brasileiro, senão vejamos:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala [...]. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido da democratização social do Brasil. (FREYRE, 2006, p. 33)

A luxúria dos indivíduos soltos sem família, no meio da indiada nua, vinha a servir a poderosas razões de Estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nova terra. E é certo que sobre a mulher gentia fundou-se e desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, em um largo e profundo mestiçamento [...]. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2006, p. 161)

No entanto, sua própria obra revela, em várias passagens, a prática de violência contra as mulheres negras e indígenas pelos senhores rurais, seus filhos e pelas mulheres brancas, como observamos no trecho a seguir: “[...] senhores mandando queimar vivas,

em fornalhas de engenho, escravas prenhes, as crianças estourando ao calor das chamas” (FREYRE, 2006, p. 46).

Em contraposição ao mito da democratização social e racial no Brasil, sob a instituição do patriarcado brasileiro, na obra *Gênero, patriarcado e violência*, Saffioti (2004) lança um olhar crítico sobre as sociedades assentadas sob o regime patriarcal. Nessas sociedades, as mulheres são “[...] objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (SAFFIOTI, 2004, p. 105), o que envolve uma série de prestações de serviços sexuais aos seus dominadores a partir de relações hierarquizadas entres seres socialmente desiguais e de uma espécie de pacto masculino para garantir a opressão contra as mulheres:

Quando um povo conquistava outro, submetia-o a seus desejos e a suas necessidades. Os homens eram temidos, em virtude de representarem grande risco de revolta, já que dispõem, em média, de mais força física que as mulheres, sendo, ainda, treinados para enfrentar perigos. Assim, eram sumariamente eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso. (SAFFIOTI, 2004, p. 124)

De acordo com Saffioti, em menção ao filme *Lanternas Vermelhas* (1991), sugere que a máquina do patriarcado, além de fomentar a guerra entre as mulheres, pode ser acionado por qualquer um, inclusive pelas próprias mulheres imbuídas da ideologia patriarcal. Em outra citação de Freyre (2006), é possível perceber a predominância de práticas violentas por parte das mulheres brancas, consideradas pelo autor práticas até mais cruéis que aquelas perpetradas pelos senhores:

Quanto à maior crueldade das senhoras que dos senhores no tratamento dos escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas [...] Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias. (FREYRE, 2006, p. 420-421)

Na gênese do escravismo, Saffioti afirma que racismo e sexismo surgem ao mesmo tempo. *Irmãos gêmeos* e base do escravismo, cada um é regido por uma lógica, mas, quando integrados ao *nó*, acrescentando a classe social, cada relação adquire relevos

distintos, considerando as circunstâncias históricas. Enovelado pela clivagem de classes sociais e racismo,

[...] apresenta não apenas uma hierarquia entre categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade entre homem e mulher respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidade de se considerarmos interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São com efeito contraditórios. (SAFFIOTI, 2004, p. 106-107)

Se, por um lado, o patriarcado foi um conceito descartado em sua propriedade de apreensão da dominação masculina sobre as mulheres, Saffioti manifesta sua preocupação com o abandono do termo em face da elaboração de outras ferramentas conceituais desenvolvidas para desnaturalizar a opressão feminina e superar problemas quanto à utilização de categorias centrais nos *estudos da mulher*. Recorrendo a Pateman (1993), retrata o patriarcado como

[...] único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. [...] Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada. (PATERMAN, 1993 *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 55)

Heleieth Saffioti conclui que, como ferramenta analítica e histórica, o patriarcado é uma categoria indispensável para enfatizar e explicar as desigualdades de gênero. Como sistema, ele estrutura a opressão e a dominação da mulher, em reforço mútuo com o capitalismo, o que exige, para sua superação, transformações radicais a fim de eliminar as desigualdades e preservar as diferenças. Portanto, a contradição entre os interesses dos homens e das mulheres não encontra solução no interior do sistema patriarcal, sendo necessário construir uma ordem não patriarcal de gênero.

As tendências aqui apresentadas fundamentam, teoricamente, os movimentos feministas que se definem anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas, bem como influenciam a luta política voltada à transformação das relações sociais entre mulheres e homens, com a finalidade de suprimir a opressão e a exploração econômica. A dimensão prática dos movimentos, ou as possibilidades de ação e a necessidade de atuação sobre a realidade, não prescindem da realização de análises sucessivas da realidade social — geralmente amparadas pelas teorias que têm articulado o patriarcado e o capitalismo para

entender o processo de produção e reprodução das desigualdades entre mulheres e homens no capitalismo.

Como movimento e instrumento de luta, o feminismo é teoria e prática política em prol da libertação das mulheres, cuja perspectiva é o rompimento com as desigualdades das relações sociais de sexo ou de gênero para a construção de uma sociedade igualitária (GODINHO, 2008). Portanto, os movimentos feministas possuem um arcabouço teórico-político que fundamenta a apreensão, a análise da realidade social e a atuação política sobre ela. Numa leitura crítico-dialética, vemos que as relações sociais de gênero não podem ser explicadas por si mesmas, mas em seus nexos com outras dimensões que constituem a realidade social.

Desse modo, no próximo capítulo, analisaremos os impactos sobre a direção sociopolítica do movimento feminista brasileiro, particularmente, da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Mulheres em Luta — os quais se constituíram como movimentos anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas — durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, no contexto de crise do neodesenvolvimentismo e do avanço do pensamento conservador na sociedade brasileira.

5 A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO NO GOVERNO DILMA (2011-2014): A LUTA POR DIREITOS DEMOCRÁTICOS E A RESISTÊNCIA ANTICAPITALISTA

O presente capítulo analisa a direção sociopolítica das organizações feministas no período que compreendeu o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014), em particular, os movimentos Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Movimento Mulheres em Luta (MML).

Perante o exaurimento do modelo neodesenvolvimentista e da escalada do conservadorismo ideológico^{4/852,3}

gico no país, pretendemos analisar as repercussões do respectivo cenário sobre a direção sociopolítica das organizações feministas, considerando sua agenda política e as implicações para a luta feminista na materialização dos direitos das mulheres; as perspectivas teórico-políticas que subsidiam a análise da realidade social; a atuação política desses movimentos; e, por fim, as posições políticas do movimento feminista frente ao governo Dilma, no que se refere a avanços e recuos da agenda feminista pautada pelas organizações.

Considerando que existem várias maneiras de apreender e entender a realidade de acordo com a escolha do método científico e que essa escolha explicita a forma de construção do objeto de estudo e a sua própria dinâmica de desenvolvimento, nosso caminho para sua apreensão incluiu opções teóricas-metodológicas. É assim que nossa pesquisa é orientada pelo método histórico-dialético.

De acordo com a teoria social de Marx, o movimento real do objeto é reproduzido e interpretado no plano ideal, ou seja, o pensamento não é produtor do real, mas o pesquisador “reproduz em seu pensamento a estrutura e dinâmica do objeto de estudo [...] e esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto” (NETTO, 2011, p. 21). De acordo com Marx, em *A ideologia alemã*,

[n]ão se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco [d]os homens pensados, imaginados ou representados para, a -*-9.artirdaí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos [...], do processo de vida real [...]. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, ano, p. 1984)

Em *A crítica da economia política*, no capítulo “O método da economia política”, Karl Marx diz que, para desvelar o real, o método de investigação teria como ponto de partida o concreto real, que, *a priori*, configura-se como uma *representação caótica do todo*. Por meio de análises, do afastamento do real, passar-se-ia a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações mais simples (MARX, 2007). No caminho de volta, reencontraríamos o real; dessa vez, não mais como ideia caótica do todo, mas como rica totalidade, síntese de múltiplas determinações e relações ou unidade de complex

O processo de investigação se esforçou para realizar uma interpretação crítica do objeto de estudo, situando-o no movimento histórico da realidade, considerando as contradições e os conflitos inerentes aos rumos políticos das organizações feministas no governo Dilma. Todo o trabalho de pesquisa esteve voltado para que, posteriormente, no momento de exposição, pudéssemos expor criticamente o objeto com base em suas contradições, sua lógica interna e movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto.

Tomamos, como ponto de partida da nossa investigação, o estudo das pautas feministas que se fizeram presentes no referido período para desvelar as tendências da política dessas organizações feministas que se desenharam no respectivo governo, a partir da análise de fontes documentais localizadas nas páginas oficiais de cada movimento, na internet. Da mesma maneira, realizamos um trabalho prévio de investigação para apreender o processo de constituição das organizações feministas aqui consideradas.

Como fonte de investigação, a aproximação com o objeto deu-se a partir dos documentos primários produzidos pelas organizações estudadas, entre os anos de 2011 e 2014, que foram consultados nas páginas oficiais das organizações feministas, na internet. Para Cellard (2012), o documento escrito constitui-se como fonte de reconstituição de um passado relativamente distante e, por vezes, é o “único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (CELLARD, 2012, p. 295). O método de coleta de dados elimina, em parte, a possibilidade da dimensão da influência do pesquisador pela sua presença ou intervenção “do conjunto das alterações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida”.

O desenho metodológico da pesquisa documental compreendeu algumas etapas. No processo de organização dos dados, empregamos as técnicas mais usuais da análise de conteúdo de Bardin (1977): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, que compreende a sistematização, o destaque dos dados essenciais e a análise crítico-reflexiva das informações.

Desse modo, o trabalho de análise preliminar para reunir todas as partes constituintes dos documentos (quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chaves), de modo a superar obstáculos e armadilhas para analisar em profundidade a documentação (Cellard, 2012), consistiu na leitura exploratória do material para verificar informações e selecionar de acordo com a pertinência e relevância, delimitando-o conforme o problema de pesquisa e marco cronológico.

No sítio da AMB, as fontes disponíveis para consulta foram cartas, notas e declarações endereçadas ao governo Dilma e à sociedade em geral. Entre as principais reivindicações da AMB, estiveram a implementação de políticas públicas para as mulheres, a descriminalização e a legalização do aborto, o enfrentamento da violência contra a mulher e a defesa do ambiente.

Os documentos analisados da AMB, no eixo políticas públicas para as mulheres, foram a *Carta da AMB nº6/2011* (2011), *Políticas públicas para igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente* (2011) e o documento *Posicionamento da AMB sobre a prioridades para as mulheres na atual conjuntura* (2012). Sobre a descriminalização e a legalização do aborto, a AMB produziu a carta *Adoção de recomendações e processo de implementação nacional de Direitos Humanos* (2012), *Nota pelo fim da criminalização das mulheres e pela legalização do aborto* (2012), *Nota pela Revogação da portaria nº 415* (2014). No tema da violência contra a mulher, a carta *Movimento de Mulheres pelo fim da violência contra as mulheres* (2012) e a nota *Por mim, por nós e pelas outras: basta de violência contra as mulheres* (2013). O ambiente esteve também entre as pautas com a *Declaração do Encontro Unitário dos trabalhadores e povos do campo, águas e florestas* (2012) e a nota *Xingu e Tapajós, justiça já!* (2013).

Já a documentação da MMM correspondeu a treze artigos escritos pela militância e uma cartilha. Devido ao grande volume de publicações durante os quatro anos, optamos por dividi-los por eixos temáticos e realizar uma leitura exploratória do material para apreender a ideia geral de cada eixo e escolher os artigos analisados. Os temas recorrentes foram legalização e descriminalização do aborto, trabalho, prostituição e violência contra a mulher.

Com o tema aborto, destacamos *Direito ao aborto: por uma legislação sem restrição*; *Veta Dilma: contra o Estatuto do Nascituro, pela vida das mulheres*; *Movimento feminista e o aborto na América Latina: a soberania do corpo das mulheres frente o capitalismo, nossas impressões*; *Legalizar o aborto no Brasil: pelo combate ao*

genocídio da população negra. No âmbito do trabalho, A realidade das mulheres no mundo do trabalho brasileiro; A PEC das empregadas domésticas; Cartilha Seguimos em marcha até que todas sejamos livres; Não há liberdade enquanto for nossa a responsabilidade. Na temática da prostituição, demos destaque aos artigos A prostituição sob o olhar do feminismo que transforma; Semana de ação pelo fim da prostituição em defesa dos direitos das mulheres; Prostituição: por que seguimos ignorando o que elas estão dizendo. Sobre a violência contra a mulher, os artigos Violência contra as mulheres: Já Basta!; Sem cinismo, por favor e A Cultura do Estupro no Brasil: o país em que uma mulher é estuprada a cada quatro minutos.

No âmbito da documentação do MML, procedemos também com uma leitura exploratória do material que possibilitou identificar como principais pautas a luta pela ampliação das creches, pela legalização e descriminalização do aborto, a defesa do trabalho e o enfrentamento da violência contra a mulher. Os boletins eletrônicos foram o material selecionado para estudar o MML. No total, foram quatorze boletins: três lançados em 2012; oito em 2013 e três em 2014.

Posteriormente, ainda na fase de organização do material de pesquisa, dividimos os documentos coletados por eixos temáticos e por movimento. Procedemos, então, à leitura do material para analisar a estrutura interna de tais textos. Após essa etapa, procedemos à classificação do material obtido quanto aos títulos dos documentos, à caracterização ou ao tipo dos documentos, à cronologia das publicações e à descrição das temáticas e dos conteúdos trazidos pelos movimentos feministas. Finalmente, fichamos os documentos, o que consistiu no resumo e na transcrição de trechos que poderiam ser utilizados na análise.

Dessa maneira, por meio da análise documental, procuramos reunir o quadro teórico ou referências teóricas, o contexto sócio-histórico que propiciou a produção dos documentos, os conceitos-chaves, a lógica interna dos textos, os argumentos desenvolvidos, os interesses e as proposições contidas nos documentos selecionados dos movimentos feministas, interpretando o conjunto de ideias inerentes a eles para buscar respostas para o nosso problema de pesquisa.

Ao longo do capítulo, optamos por apresentar e caracterizar, de maneira mais detalhada, as organizações feministas ora estudadas, realizando uma síntese que compreendeu trajetórias, filiações, bandeiras, formas organizativas e de ação, objetivos e princípios da Articulação de Mulheres Brasileira, da Marcha Mundial das Mulheres e do Movimento Mulheres em Luta.

Na última parte do capítulo, o estudo volta-se para a análise das repercussões da crise do modelo neodesenvolvimentista e do avanço do conservadorismo sobre a direção sociopolítica dos movimentos feministas, no decurso do Governo Dilma, entre os anos de 2011 e 2014. Considerando que se constituem enquanto organizações de caráter anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, demos evidência às pautas presentes ao longo desse período, as perspectivas teórico-políticas que orientaram as reflexões e ações dos três movimentos, com destaque para categorias e conceitos e os posicionamentos políticos das organizações feministas em relação ao governo Dilma.

5.1 Movimentos feministas brasileiros: caracterização

5.1.1 Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB): sem pedir permissão, as mulheres transformam o mundo!

Em 1995, surge a Articulação de Mulheres Brasileiras, a partir da articulação de organizações que estavam envolvidas na participação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, em Pequim (Beijing). O processo de constituição do movimento tem relação com o monitoramento da plataforma de Beijing para que fosse consolidada no Brasil por meio da implementação das políticas públicas para as mulheres:

AMB surge com um caráter amplo de articulação da diversidade de organizações e articulações preexistentes. Isto ocorre a partir de um processo articulatório de preparação à participação do movimento brasileiro na Conferência de Beijing. As suas referências iniciais são aquelas construídas para o documento do movimento feminista brasileiro, que deu base para a sua atuação na Conferência. (SILVA, 2016, p. 189-190)

A Articulação de Mulheres Brasileiras é uma articulação política, não partidária, cuja origem está no esforço de articulação do movimento de mulheres brasileiro, vivenciado no processo de preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, organizada pela ONU e realizada em Pequim (Beijing), em 1995. (SILVA, 2016, p. 191)

Segundo Silva, o processo pós-Beijing significava, para parte do movimento, a possibilidade de acompanhar os rumos do governo brasileiro no sentido de implantar as deliberações da ONU e, para outra parte, um processo intenso de mobilização com a finalidade de pressionar o Estado para que direitos e políticas públicas fossem efetivadas

no país, num contexto contraditório de estabelecimento da Constituição Federal de 1988, ao tempo em que se efetivavam políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial (BM) e com o advento do neoliberalismo (SILVA, 2016).

Ao final dos anos 1990, a AMB passa por uma crise, com o esvaziamento dos fóruns estaduais de mulheres ligados ao movimento. Diante disso, uma reunião nacional foi convocada para debater o monitoramento da Plataforma de Beijing e a exigência de políticas públicas para as mulheres no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Naquele momento, saiu a proposta de articular uma aliança entre movimento feminista e do movimento de mulheres “[...] com o intuito de construir uma plataforma própria das mulheres brasileiras, a partir da qual poderia se dirigir autonomamente frente ao Governo e à sociedade em defesa dos direitos” (SILVA, 2016, p. 196).

Assim, a partir dos anos 2000, um novo alinhamento político é construído na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (2002), definindo-se como um movimento anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, afirmando-se “[...] no campo dos movimentos sociais como uma organização que articula e potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos local, nacional, latino-americano e internacional” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS)⁴³. Nesse encontro, elaborou-se a Plataforma Política Feminista, referência geral do projeto político da AMB (SILVA, 2016).

A AMB apresenta identidade com o feminismo e mantém o respeito à autonomia política das organizações que a constituem. Apesar do modo de organização ser descentralizado, congregando uma diversidade de entidades ligadas à luta das mulheres, tais como “[...] redes, fóruns, núcleos ou articulações que congregam coletivos ou grupos autônomos de mulheres, secretarias de mulheres de sindicatos e outros movimentos mistos quanto ao sexo, ONGs feministas e mulheres não vinculadas a organizações” (SILVA, 2016, p. 191), há uma direção política que, no início, foi uma Comitê Político Nacional e hoje funciona como uma Plenária Nacional. Existe, ainda, uma Coordenação Executiva Nacional composta por sete membros. Silva (2016) diz ainda que o modo de organização e ação política da AMB favorece a presença, em seu interior, de mulheres das classes populares, gerando o que chama de um “tipo de feminismo próprio”.

Sua forma de organização e participação interna, que está articulada ao modo de fazer política, é orientada por princípios organizativos aprovados na reunião do Comitês

⁴³ Disponível em: < <http://www.articulacaodemulheres.org.br/historia/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

Político Nacional em 2008. Dentre eles, a *unidade na diversidade*, que pressupõe “[...] a autonomia organizativa e política dos fóruns, redes e articulações estaduais que integram a AMB” e “[...] o debate democrático das perspectivas teórico-políticas que orientam sua prática”. O segundo princípio, a *democracia interna*, com relações e decisões marcadas pela horizontalidade e participação, pauta-se “[...] numa institucionalidade não burocrática”. Já o terceiro princípio, *diálogo, articulação e livre adesão*, surge como método de organização interna da AMB e de sua articulação com outros movimentos feministas, movimentos de mulheres nacionais e internacionais e demais movimentos sociais do campo democrático e popular (SILVA, 2016 *apud* ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2008).

Com a finalidade de aprofundar e encaminhar as lutas feministas prioritárias da AMB, nove frentes foram criadas. No entanto, ainda não funcionam satisfatoriamente, de acordo com a avaliação da coordenação nacional. As referidas frentes são: legalização do aborto, democratização do poder, trabalho e previdência, políticas públicas para as mulheres, enfrentamento ao racismo e etnocentrismo, enfrentamento à violência contra a mulher, luta contra a lesbofobia, lutas por justiça socioambiental e lutas globais.

Dois encontros nacionais ocorreram nos anos de 2006 e 2011, sendo que, no último, participaram cerca de 800 mulheres dos 27 estados brasileiros. Por meio dos encontros, avaliam os efeitos das ações, a revisão das estratégias e as conquistas alcançadas nas políticas públicas, por meio de monitoramento ou balanços nacionais das políticas (2011). O primeiro balanço foi realizado em 2000 e avaliou a implantação da Plataforma de Beijing. A partir de então, concluíram que era insatisfatório apenas avaliar, reposicionando sua atuação de acordo com a Plataforma Política Feminista, em 2003. Entre os anos de 2003 e 2010, avaliaram de forma sistemática as lutas por políticas públicas empreendidas pelo movimento. De acordo com a AMB,

[e]ssa metodologia tem sido uma contribuição importante na qualificação das lutas das mulheres pois nos permite sistematizar e elaborar conhecimento de forma coletiva. Ela também nos exige tomada de posição frente às mudanças em curso nos diferentes contextos de nossa ação e nos auxilia a construir coletivamente uma leitura crítica da realidade social produzindo orientações para nossa luta feminista de médio e longo prazo. (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p. 5)

A luta feminista pelas políticas públicas para as mulheres se constitui como estratégia de ação política cujo objetivo é “[...] acumular forças para confrontar o Estado

burguês, patriarcal e racista que temos no Brasil e alcançar conquistas que mudem para melhor, no curto prazo, a vida das mulheres” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p. 5). Nos anos 2000, esteve atuante no Fórum Social Mundial (FSM) e envolvida nos movimentos de resistência à globalização, particularmente nas ações contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A AMB, enquanto articulação feminista que se posiciona como anticapitalista, tem como um de seus objetivos permanentes a promoção da auto-organização das mulheres na luta contra sua dominação, opressão e exploração e pela transformação social. Parte da compreensão que, no atual estágio de mundialização do capital, as conquistas em direção à autonomia e à igualdade para as mulheres encontram limites significativos, “[...] uma vez que este sistema concentra riqueza, provoca crescente exclusão com aumento do empobrecimento e crises socioambientais” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS)⁴⁴. Como organização que luta contra o racismo e pela diversidade étnica, reconhece e fortalece o feminismo negro.

Na luta contra o patriarcado, defende a liberdade afetiva e sexual das pessoas, em contraposição à heterossexualidade compulsória e à lesbofobia, o direito ao aborto e os direitos reprodutivos das mulheres, e posiciona-se de forma contrária à exploração e mercantilização do corpo e sexualidade das mulheres. O declínio da divisão sexual do trabalho e a lógica do trabalho dentro da acumulação capitalista, “[...] com divisão do trabalho justa e democrática, políticas redistributivas das riquezas produzidas e que garantam a autonomia econômica para todas as mulheres, no campo, na floresta e nas cidades” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS)⁴⁵, também são lutas da AMB. São também bandeiras voltadas para a autonomia e a liberdade das mulheres: a luta em defesa da democratização do sistema político e das formas de exercício do poder no Estado e na sociedade e a luta pelo fim da violência contra as mulheres.

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.articulacaodemulheres.org.br/historia/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁴⁵ Disponível em: < <http://www.articulacaodemulheres.org.br/historia/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

5.1.2 Marcha Mundial das Mulheres (MMM): “Contra uma globalização machista, uma revolução feminista”

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) chega ao Brasil em 1998, a partir do contato realizado entre as mulheres que estiveram à frente da manifestação “Pão e Rosas”, ocorrida no ano de 1995 em Quebec, Canadá, e as mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para compartilhar a experiência do movimento e apresentar a proposta de criação de uma “campanha das mulheres” em âmbito global. A manifestação que reuniu 850 mulheres, que marcharam 200 quilômetros reivindicando o aumento do salário mínimo, ampliação dos direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária, inspirou a criação da Marcha Mundial das Mulheres em todo o mundo.

As mulheres cutistas reuniram-se com diferentes grupos para discutir a proposta de criação da campanha e definir a representação brasileira para o primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu no mesmo ano. O encontro teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios e elaborou uma plataforma com 17 reivindicações, com vistas à eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres, tornando-se uma campanha mundial que culminou no processo de internacionalização da Marcha Mundial das Mulheres a partir dos anos 2000: “Ali foi convocada a Marcha Mundial das Mulheres como uma grande campanha a ser desenvolvida ao longo do ano 2000” (SOF, 2014, p. 1), em que “[...] mais de 6 mil grupos de 161 países e territórios aderiram à MMM” (FARIA, 2005, p. 31). De acordo com Faria (2005), isso possibilitou a recomposição do movimento, em amplitude internacional, em torno de uma mudança de agenda do feminismo, crítica ao capitalismo neoliberal e de mudanças estruturais, recolocando o debate gênero e classe. Na América Latina e no Caribe, tornou-se

[u]ma alternativa ao processo de institucionalização e perda de radicalidade, retomando a ideia de auto-organização das mulheres, de mobilização, de fazer a luta feminista vinculada à luta anticapitalista, recolocando as questões de gênero e de classe como co-extensivos, e a necessidade de transformação global do modelo, sem abandonar outras questões como raça/etnia, juventude etc. (FARIA, 2005, p. 34)

No Brasil, a ação internacional foi realizada entre os meses de março e outubro de 2000, findando com a realização da Marcha das Margaridas⁴⁶, proposta pelas mulheres

⁴⁶ O nome desta Marcha faz referência à Margarida Alves, que ganhou visibilidade política na trajetória de lutas das mulheres rurais que, desde os anos 1980, atuam de forma organizada no Brasil.

da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No mundo, marchas simultâneas ocorreram em 40 países, e nos Estados Unidos (Washington), os atos aconteceram nas sedes do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), no dia 17 de outubro, dia de luta pela erradicação da pobreza. No rol das denúncias, estavam os efeitos deletérios do neoliberalismo em seus países e em suas vidas. Num “[...] ato simbólico em frente à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, foram apresentadas mais de 5 milhões de assinaturas recolhidas em apoio às demandas da Marcha” (SOF, 2014, p. 2).

Diante da hegemonia neoliberal, durante o 2º Encontro Internacional da MMM, decidiu-se dar continuidade à construção permanente do movimento e desenvolveu-se um método de organização para a construção de consensos, considerando as relações local, nacional e internacional — a cada cinco anos, na preparação das ações internacionais, revisam a plataforma política do movimento, coletivamente.

Ao compreenderem que o capitalismo se utiliza das estruturas patriarcais no processo de acumulação de riquezas, ou seja, da divisão sexual do trabalho, do controle do corpo das mulheres, da família patriarcal, do padrão heteronormativo e do racismo, o movimento define-se como anticapitalista, articulando as dimensões de classe, gênero e raça. Para a Marcha, o capitalismo incorporou o patriarcado

como estruturante de seu modelo econômico e de suas práticas, tendo como base a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo das mulheres, a imposição da família patriarcal e da heteronormatividade como modelos. O capitalismo também incorporou o racismo e o utiliza inclusive para organizar uma hierarquia e desigualdade entre as mulheres, mesmo no interior da classe trabalhadora. (SOF, 2014, p. 6).

Ainda de acordo com suas publicações, a Marcha consolida-se como uma estratégia de luta anticapitalista e antipatriarcal, de feminismo autônomo frente ao processo de institucionalização do feminismo no Brasil nos anos 1990 e ao que chamam de banalização do conceito de gênero, senão vejamos:

Buscamos recolocar a luta anti-capitalista e anti-patriarcal no momento em que o movimento de mulheres estava sob a hegemonia da banalização do conceito de gênero, em meio a um processo de institucionalização e de perda de radicalidade, que marcou os anos 1990. Enquanto se reconheciam os direitos das mulheres nas declarações das conferências da ONU, o mercado reorganizava a vida em nossos países, aprofundando a violência e a exploração do trabalho das mulheres. A Marcha consolidou em sua estratégia um feminismo não institucionalizado e militante. (SOF, 2014, p. 6-7)

A luta para mudar o mundo e mudar a vida das mulheres se dá como parte de um só movimento. Não basta identificar os impactos do ‘capitalismo patriarcal’ sobre a vida das mulheres, sendo a luta para mudar o mundo e a vida das mulheres como parte de um mesmo movimento [...] Não buscamos apenas diminuir impactos negativos deste modelo na vida das mulheres, mas sim organizamos uma luta para transformar as estruturas que organizam todas as relações de desigualdade e poder. (SOF, 2014, p. 6)

Os princípios da MMM, considerados elementos centrais no processo de construção do movimento, são a *igualdade entre as mulheres*, considerando as diversas formas de opressão e discriminação vivenciadas pelas mulheres; o *fortalecimento dos espaços populares, autônomos de mulheres*, baseado na *diversidade* e na *auto-organização* das mulheres; a *criatividade* como estratégia para enfrentar o capitalismo patriarcal, racista e lesbofóbico; a *construção de alianças com os movimentos sociais* que compartilham de processo de luta pela *transformação societária*; a *articulação dos temas* locais e processos globais e a solidariedade e o *internacionalismo* (SOF, 2014).

Entre suas bandeiras de luta, destacam-se: mercantilização, sexualidade, aborto, violência, cultura, LGBT, feminismo antirracista, política e autonomia econômica; os campos de ação são a autonomia econômica para as mulheres, o bem comum e serviços públicos, a paz e desmilitarização e o fim da violência contra a mulher. Os atos de rua voltam-se para o fim da violência sexista, pobreza feminina e opressão do *capitalismo-patriarcal*.

A MMM está organizada em 20 estados brasileiros a partir de comitês e núcleos. As formas de adesão podem se dar de maneira coletiva, por meio de grupos de mulheres que tenham identidade política com o movimento, ou por meio das mulheres que não estão organizadas em agrupamentos e desejam integrar a Marcha, as quais podem entrar em contato com os núcleos e comitês para se integrar à dinâmica da organização. Existe, ainda, uma coordenação executiva.

Entre as principais lutas que demarcam a história da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, podemos destacar a integração à Campanha Latino-Americana contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e ao plebiscito sobre a ALCA, em 2002, quando o movimento realizou uma ação própria, e o Dia de Ação das Mulheres contra a ALCA, denunciando as consequências para a vida das mulheres, com a presença de feministas nas ruas em 14 estados. Nesse processo, elaboraram as conhecidas consignas: “O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!” e “A nossa luta é todo dia: somos mulheres e não mercadoria!”.

A Campanha pela Valorização do Salário Mínimo, em 2003, foi uma das lutas do movimento pela autonomia econômica das mulheres, na perspectiva de “[...] distribuir a renda, combater a pobreza, diminuir as desigualdades salariais entre homens e mulheres, brancas e negras” (SOF, 2014, p. 6). A proposta era dobrar o valor do salário-mínimo em quatro anos, com reajustes anuais, integrais da inflação, acrescido do aumento de 19% em seu valor.

A Ofensiva contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres, lançada em 2004, consistiu em ações críticas ao controle do corpo, da sexualidade das mulheres, com a imposição de um padrão de beleza, materializando-se “[...] em colagem de cartazes, intervenção em cartazes publicitários, ações de rua com batucada, debates sobre letras de música, publicidade na TV, revistas e padrões de beleza” (SOF, 2014, p. 7).

5.1.3 Movimento Mulheres em Luta (MML): “Somos mulheres em Luta: contra o machismo e a exploração, em defesa da mulher trabalhadora!”

O *Movimento Mulheres em Luta* (MML) nasce no ano de 2008, durante I Encontro Nacional de Mulheres da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), realizado em São Paulo. O referido encontro que teve a duração de três dias e contou com a participação de cerca de mil inscritas, pondo em discussão a opressão das mulheres em uma perspectiva classista (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁴⁷.

Dentre as 11 resoluções aprovadas, encontra-se o lançamento do MML, como movimento feminista classista, socialista e “[...] alternativa de organização das mulheres às organizações governistas e de conciliação com a burguesia” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁴⁸. Não era consenso entre as mulheres que estavam presentes no encontro a criação do MML. De acordo com os registros de fundação do movimento, tratou-se de uma das pautas mais polêmicas do encontro que o fundou. Havia aquelas que defendiam que a organização das trabalhadoras se desse no interior do próprio grupo de trabalho (GT) da Coordenação. No entanto, saiu como vitoriosa a proposta de criação de um “[...] movimento, amplo e classista, de mulheres” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁴⁹ e que estivesse em sintonia com as necessidades das mulheres trabalhadoras.

⁴⁷ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2011/02/historia-do-mml-parte-i.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁴⁸ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2011/02/historia-do-mml-parte-i.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁴⁹ Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/mml/historia/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

Somente no II Encontro Nacional de Mulheres da Conlutas, no ano de 2010, foi que se elegeu a Executiva Nacional do MML, com a finalidade de encaminhar as deliberações dos encontros e organizar as mulheres trabalhadoras. Para suas militantes, representou um salto político a criação de uma direção executiva do movimento. No mesmo ano, o MML ingressou na Central Sindical e Popular – CSP Conlutas.

No 1º Encontro de Mulheres da CSP Conlutas (2012), o MML “[...] foi protagonista, assumindo a responsabilidade de organizar o trabalho de mulheres da CSP Conlutas” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁵⁰. O movimento é filiado à respectiva Central Sindical

[...] por compreender que a luta contra o machismo e a exploração depende de uma unidade política e organizativa de todos os setores explorados e oprimidos pelo capitalismo, homens e mulheres da classe trabalhadora [...] e se relaciona com a CSP Conlutas a partir de suas definições políticas gerais e tem autonomia no que diz respeito aos temas relativos às lutas das mulheres trabalhadoras atua [...] e constrói o Setorial de Mulheres da CSP Conlutas (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁵¹.

O primeiro Encontro Nacional do MML só ocorreu em 2013, após as jornadas de junho, “[...] resultado de um processo anterior de organização do MML, em que muitos estados já vinham realizando encontros regionais/estaduais, avançando na organização da luta das mulheres trabalhadoras e incorporando cada vez mais companheiras na construção do MML (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁵²”. A participação das mulheres praticamente dobrou, fato atribuído ao processo de organização e mobilização para encontro, à conjuntura do país pós-jornadas e à luta contra a bolsa-estupro e a violência contra a mulher. A partir desse encontro, elaborou-se o estatuto do movimento. De acordo com o artigo 2º, o MML é definido como uma entidade de caráter classista e instrumento “[...] para a defesa das reivindicações, direitos e interesses imediatos e históricos das mulheres da classe trabalhadora em seu conjunto, consubstanciados em seu programa” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁵³.

É composto, ainda de acordo com o estatuto, por mulheres trabalhadoras que se organizam nos sindicatos, mulheres desempregadas, aposentadas; por movimentos

⁵⁰ Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/mml/historia/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁵¹ Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/mml/estrutura-e-estatuto/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁵² Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/mml/estrutura-e-estatuto/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁵³ Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/mml/estrutura-e-estatuto/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

sociais do campo e da cidade que organizam as mulheres trabalhadoras desempregadas, das aposentadas; por diferentes movimentos populares e organizações que organizam trabalhadoras da cidade e do campo na luta contra a discriminação e opressão. Também congrega as organizações estudantis que apoiam a luta das mulheres da classe trabalhadora.

Dentre os objetivos do MML, estão a organização das mulheres trabalhadoras em torno da defesa de seus interesses e direitos, como o enfrentamento ao machismo e à exploração sofrida pelas mulheres da classe trabalhadora e a luta por melhores condições de vida e trabalho, na perspectiva de construção e defesa de uma sociedade socialista, governada pelos trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, tem como objetivo representar os interesses coletivos e individuais das trabalhadoras, com autonomia e independência, nas esferas política, administrativa e judicial, perante quaisquer órgãos da Administração Pública, dos Poderes constituídos e da sociedade (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA)⁵⁴.

Como princípios, destacamos a *independência de classe*, pressuposto para a libertação da classe trabalhadora e autonomia política, financeira e administrativa face à classe empresarial, à burguesia tradicional, ao Estado e aos governos, sendo incompatível a presença de dirigentes do MML em cargos de direção da esfera governamental. A *unidade de classe* é um valor estratégico para fortalecer a luta do conjunto dos trabalhadores. Para o movimento a unidade entre trabalhadores e trabalhadoras, é fundamental para o enfrentamento do machismo e da exploração. Apesar de considerarem que todas as mulheres são oprimidas, não atuam sob a perspectiva de união das mulheres, independente da classe social.

A *defesa da ação direta* e da *mobilização coletiva* são as formas privilegiadas de luta para o movimento. Outras formas de luta podem ser acionadas desde que estejam em acordo com os interesses da classe trabalhadora e aprovadas pela base do movimento (a atuação no parlamento, a luta jurídica, as negociações e acordos). Ainda estão como princípios a *autonomia* frente aos partidos políticos e das entidades de base que constroem o MML. A *democracia* e o *respeito à diversidade política* no interior do movimento constituem-se como fundamentos para a garantia do debate de ideias e a ação unitária do movimento.

⁵⁴ Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/mml/estrutura-e-estatuto/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

Declara, por fim, como movimento de caráter classista e instrumento de defesa dos direitos e interesses imediatos e históricos das mulheres da classe trabalhadora, que suas lutas se voltam para a construção e defesa de uma sociedade socialista, governada pela classe trabalhadora e da solidariedade internacional de classe como pressuposto da luta contra a opressão e a exploração.

5.2 A direção sociopolítica do movimento feminista no Governo Dilma (2011-2014)

5.2.1 A agenda do movimento feminista: pautas e lutas para a garantia dos direitos das mulheres

Os documentos analisados da *Articulação de Mulheres Brasileiras* possibilitaram constatar que entre as pautas recorrentes da organização, durante os quatro anos do primeiro mandato Dilma Rousseff foram as políticas públicas, em geral, para as mulheres, a descriminalização e legalização do aborto, a violência contra as mulheres e meio-ambiente.

Desde sua origem, a luta por políticas públicas para as mulheres e a defesa dos direitos tiveram centralidade para a AMB por contribuírem para a melhoria de suas vidas, no sentido de proporcionar mais autonomia e igualdade. Com a reorientação do movimento, no início dos anos 2000, foram convertidas em estratégia de acúmulo de forças para confrontar o Estado capitalista, patriarcal e racista, assim caracterizado pela AMB, para facilitar o processo de auto-organização das mulheres em torno destas lutas, bem como favorecer, taticamente, o fortalecimento das ações voltadas para o fim da dominação, opressão e exploração das mulheres.

Entre as exigências da AMB ao governo Dilma esteve a efetivação do conjunto de compromissos e metas contidas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008-2011). Como uma das ações contínuas do respectivo movimento, o monitoramento das políticas públicas para as mulheres, a AMB solicitou adoção de medidas imediatas como: a ampliação das creches e pré-escolas e o número de crianças matriculadas; o crescimento de mulheres nas atividades econômicas e de mulheres negras no ensino superior; a redução da mortalidade materna; qualificar os profissionais dos equipamentos da política de assistência social para o atendimento das mulheres em situação de violência; a aplicação da legislação eleitoral para garantir a proporcionalidade das

mulheres negras e indígenas nas eleições e a avaliação dos impactos sobre a vida das mulheres das políticas habitacionais, saneamento e infraestrutura do PAC.

Ainda no rol das reivindicações, solicitaram ao governo Dilma o encaminhamento da articulação e organização da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), da Conferência de Igualdade Racial e a participação das mulheres nas discussões sobre o PPA 2012-2015. Entre outras demandas, a reforma política e tributária; a garantia de mecanismos de transparência de emprego dos recursos públicos e no monitoramento e avaliação das ações governamentais e prazos para cumprimento de acordos internacionais relativos aos direitos sexuais e reprodutivos e aos direitos humanos das mulheres.

Dentre as ações empreendidas pelo movimento identificamos que a questão racial foi tema central para a AMB, entre 2011 e 2014. A campanha nacional “solte seus cabelos e prenda o racismo”, realizada em 2011, trouxe como eixo central a violência contra as mulheres negras, com ações de cabeloço e debates internos e externos sobre violência e racismo. Em 2014, realizou os Diálogos Feministas entre as mulheres Negras e indígenas, durante o Fórum Social Pan-amazônico e esteve à frente da construção da Marcha das Mulheres Negras nos estados. O movimento também priorizou a luta contra a redução da maioria penal e contra o genocídio da juventude negra.

As pautas da *Marcha Mundial das Mulheres* foram a legalização e descriminalização do aborto, trabalho, prostituição e violência contra a mulher. Consolidando-se no Brasil como um movimento de luta antipatriarcal e antineoliberal, contra os efeitos deletérios do neoliberalismo na vida das mulheres, tem apresentando como eixos estruturantes dos debates e das ações a luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres. No continente latino-americano, em aliança com outros movimentos sociais, o referido movimento esteve à frente das lutas contra o pagamento da dívida externa. No processo de mobilização social apresentou como perspectiva política a articulação com organizações nacionais e mundiais contra o capitalismo neoliberal, associando as questões de gênero e de classe como coextensivas para a transformação societária.

Nos anos de 2013 e 2014, o debate em torno da regulamentação da prostituição tornou-se um tema permanente na agenda da Marcha Mundial das Mulheres, devido ao Projeto de Lei 4211/2012, de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys, à campanha lançada no Dia Internacional das Prostitutas, pelo Ministério da Saúde e suspensa em seguida, e à Copa do Mundo da Fifa. A organização feminista realizou atos de rua, com

ação direta da Fuzarca Feminista, núcleo de jovens feministas que se organiza em São Paulo e a Batucada Feminista⁵⁵ na Cúpula dos Povos, em 2012.

Um dos principais argumentos contra a regulamentação da atividade, proposta nos moldes do projeto apresentado pelo Deputado Jean Wyllys (PSOL), consiste no reforço da naturalização da prática ao dar a conotação de trabalho e equipara-a a qualquer outra profissão. O entendimento é que não se trata de uma questão de escolha, mas uma condição social a fim de garantir a sua própria existência. As principais críticas ao projeto se dão pelo fato de que ele

[...] legitima a exploração do corpo e da vida das mulheres, além de minimizar o debate em garantias de direito trabalhista, inclusive associando a pauta da autonomia, defendida por nós feministas, na perspectiva da construção de uma sociedade em que as mulheres exerçam suas vontades, seus desejos e possam fazer suas escolhas. Porém tal argumento não cabe nessa pauta, pois não existe um leque de opções para uma mulher que se encontra em situação de prostituição (MENDONÇA, 2013, p. 1)⁵⁶.

A luta em defesa do direito ao aborto ganhou centralidade para todos os movimentos aqui analisados, quando se intensificou a ofensiva sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, sobretudo no ano de 2013, na esfera legislativa. Com a aprovação do Estatuto do Nascituro pela Comissão de Finanças e Tributação do Congresso Nacional, a MMM lançou a campanha “Veta Dilma: contra o Estatuto do Nascituro, pela vida das Mulheres” e realizou atos de rua pelo país em prol da descriminalização e legalização do aborto, com fixação de faixas e pintura em muros com frases de efeito, panfletagem e rodas de conversa com mulheres sobre a questão.

No mesmo ano, o então presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, do PMDB, apresentou requisição para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Aborto, na tentativa de criminalizar a luta pela legalização e os avanços já garantidos em lei. Para a MMM

O ano de 2013 não tem sido fácil para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Foram inúmeras as tentativas das forças conservadoras em violar esses direitos seja através de projetos de lei como o Estatuto do Nascituro, seja pela ofensiva para vetar a lei, sancionada pela presidenta Dilma, que garante atendimento a vítimas de violência sexual, ou

⁵⁵ A Batucada Feminista é composta por mulheres militantes da MMM e surgiu em 2003, como instrumento de ação contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, por meio da criação de músicas e ritmos para animar e dar visibilidade às ações de rua do movimento.

⁵⁶ MEDONÇA, Débora. **A prostituição sob o olhar do feminismo que transforma**. 12 de abril de 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/12/a-prostituicao-sob-o-olhar-do-feminismo-que-transforma/>> Acesso em: data de acesso: 27 mar. 2018

ainda pela massificação, principalmente nas redes sociais, de um discurso ‘pró-vida’, na qual a vida da mulher é o menos importante (AZEVEDO, 2013, p. 1)⁵⁷.

Nos boletins do *Movimento Mulheres em Luta* que trazem o tema da legalização e descriminalização do aborto há uma preocupação com a grande quantidade de abortos praticados – cerca de 4,4 milhões por ano – no Brasil e na América Latina, sendo 95% deles realizados de forma insegura, com aproximadamente um milhão de mulheres internadas em função do aborto inseguro. De acordo com o movimento, considerado crime na maioria dos países latino-americanos, é neste continente que também se localiza as mais altas taxas de aborto do mundo, o que coloca a vida das mulheres em risco, sendo o Brasil

[...] um dos países do mundo que possui uma legislação restritiva em relação ao aborto. As consequências disso podem ser observadas em estatísticas alarmantes. No Brasil, anualmente, são feitos um milhão de abortos clandestinos. A cada ano são feitas 250 mil internações para tratamento de complicações decorrentes de abortos feitos em condições inseguras e precárias. Uma em cada cinco brasileiras já abortou. A cada dois dias, uma brasileira morre por aborto inseguro. É uma das maiores causas de morte materna (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2014, p. 1)⁵⁸.

A luta pelo fim da violência contra a mulher esteve presente nas lutas empreendidas pela respectiva organização, mediante o lançamento da *Campanha contra a violência às mulheres*, com a realização de um abaixo-assinado exigindo que 1% do PIB fosse destinado para políticas específicas para as mulheres.

MML ainda articulou, no contexto das greves de várias categorias profissionais que fizeram campanhas salariais, em 2012, a inserção da pauta feminista de ampliação das creches, da licença-maternidade e paternidade e de denúncia desigualdades salariais existentes entre mulheres e homens.

O assédio moral foi outro tema presente na pauta do trabalho, considerado porta de entrada para o assédio sexual, por se manifestar “[...] sobretudo com as trabalhadoras, pois a maioria dos chefes e supervisores são homens e manifestam seu poder de chefia combinado com a hierarquia histórica dos homens sobre as mulheres” (MOVIMENTO

⁵⁷ AZEVEDO, Isabelle. 24 de setembro de 2013. **Direito ao aborto:** por uma legislação sem restrições. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/24/direito-ao-aborto-por-uma-legislacao-sem-restricoes/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁵⁸ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/09/pela-vida-das-mulheres-e-necessario.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018

MULHERES EM LUTA, 2012, p. 3)⁵⁹. O momento também foi oportuno para evidenciar as desigualdades salariais, denunciando as empresas que contratam as mulheres para atividades distintas das dos homens para justificar o menor salário, mesmo desempenhando as mesmas funções.

A violência contra a mulher, a legalização e descriminalização do aborto, o direito ao trabalho e a luta em geral por políticas públicas para as mulheres foram temas de destaque, que estiveram dentre as principais pautas das organizações feministas.

Em nosso entendimento, tais temáticas sinalizam que as pautas feministas voltaram-se, predominantemente, para a manutenção e ampliação dos direitos sociais das mulheres como estratégia fundamental para garantir uma maior autonomia e liberdade para o segmento, diante das ameaças advindas de um cenário de avanço do conservadorismo e de corte de investimentos nas políticas para as mulheres.

Com o propósito de atendimento das demandas mais imediatas das mulheres, a luta para a materialização de direitos e a resistência contra retrocessos neste campo, contraditoriamente, configuraram-se como uma necessária mediação política no interior da sociedade alicerçada pela tríade capitalismo-patriarcalismo-racismo, considerando que as lutas pelos direitos podem “sob determinadas condições históricas, diminuir o nível de exploração e da opressão impostas às classes trabalhadoras, bem como foram e são importantes para o seu acúmulo ideológico na disputa hegemônica” (SANTOS, 2007, p. 29).

Entretanto, diante da retração dos direitos, coloca-se o desafio não só para o movimento feminista, mas para o conjunto dos sujeitos coletivos de fortalecer os vínculos entre as organizações de resistência ao capital para construir um projeto político alternativo, com vistas à superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a emancipação humana.

5.2.2. Perspectivas teórico-políticas das organizações feministas: a articulação entre gênero, classe, raça

Como produtos de um cenário de crise estrutural do capital e de intensificação da globalização neoliberal, sem perderem a condição que marca a origem e trajetória das

⁵⁹ Disponível em: <<http://movimentomulheresemluta.org/comunicacao/boletins-eletronicos/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

respectivas organizações feministas, observamos que a AMB, a MMM e o MML mantiveram no tratamento das suas bandeiras de luta a perspectiva teórico-político de superação da sociedade capitalista, patriarcal e racista.

Ao tratar das causas da pobreza feminina, a AMB, na carta nº6/ 2011, endereçada à Ministra de Estado Luíza Bairros, da Secretaria de Promoção e Políticas para a Igualdade Racial, apontou a concentração de renda e de poder e a exploração do trabalho feminino nas esferas produtiva e do cuidado como aspectos inerentes ao patriarcado e ao racismo. A pobreza das mulheres é definida como resultante das violações das liberdades, dos direitos e obstáculos inerentes à busca por autonomia, seja no campo econômico, seja em relação ao seu corpo,

De acordo com a AMB, seria necessário o “[...] desmonte dos mecanismos patriarcais e racistas reproduzidos nas políticas públicas” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p. 3), como pressuposto para a efetivação de políticas sociais e econômicas de enfrentamento da pobreza e das desigualdades, com a construção participativa de indicadores e monitoramento coletivo entre governo e movimento feminista.

A abordagem teórico-política da questão ambiental, pauta também presente na agenda da AMB, deu-se sob um viés antcapitalista e antipatriarcal, em objeção à ideia da ““economia verde” que deixa o sistema capitalista e sua lógica de ampliação de lucros intocados, por não denunciar sua associação com o patriarcado. Para o movimento, esta lógica tem levado “[...] o planeta e as pessoas ao esgotamento e degradação” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 139), sem uma proposta de mudanças estruturais para resolver as crises social, ambiental, climática, financeira e alimentar. O movimento que esteve à frente da Cúpula dos Povos, evento que ocorreu no México, em contraposição aos rumos da Rio +20 e à reunião do G20, por considerar um espaço

[...] livre do controle das corporações e governos [...] para contribuir nas lutas sociais e aprofundar diálogos e convergências entre sujeitos políticos da luta democrática, antipatriarcal, antcapitalista e antirracista, contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns [...] temos a convicção de que este tipo de ação fortalece e enriquece o feminismo e o nosso próprio movimento, e, por isso mesmo, fortalece a construção do poder popular e a rearticulação internacional das lutas por transformação social (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 135).

No âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, no geral, os argumentos lançados pelas organizações feministas repousam sobre pontos comuns. Residem na reivindicação do assunto ser tratado como questão de saúde pública e não como crime. A noção de autonomia sexual e reprodutiva das mulheres esteve presente nos documentos, assim como a exigência de respeito e defesa da laicidade do Estado para a efetivação de políticas de liberalização da interrupção da gravidez.

Na nota pelo fim da criminalização das mulheres e pela legalização do aborto (2012), a AMB chama atenção para o princípio constitucional da laicidade do Estado na formulação das políticas para as mulheres. Diante da incompatibilidade entre os fundamentos religiosos e os direitos sexuais e reprodutivos, a AMB afirma que o aborto deve ser tratado como uma questão de saúde pública e de decisão das mulheres. De acordo com o movimento, a criminalização

[...] promove sofrimento, adoecimento e até morte das mulheres, seja por maus tratos nos serviços de saúde, seja por abandono e discriminação de familiares e da vizinhança, seja por colocar as mulheres na clandestinidade, recorrendo a serviços precários de abortamento [...] O aborto praticado por decisão da mulher não deve ser tratado como assunto policial, mas deve ser regulamentado no âmbito da política pública de saúde cumprindo a necessidade de sua legalização e respeito à decisão soberana das mulheres sobre suas vidas (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 2).

Para a MMM, os valores machistas e misóginos, além da presença de uma moral religiosa estariam entre os impeditivos para que o debate da própria legalização do aborto se efetive no país, como elementos que conformam uma cultura patriarcal de objetivação do corpo das mulheres, de negação de sua autonomia e de preservação do capitalismo, o que torna a questão complexa e permeada de conflitos.

No âmbito dos serviços de saúde pública, a crítica da Marcha dirige-se ao tratamento dado às mulheres após as complicações decorrentes dos procedimentos do aborto realizado de maneira insegura. Para o movimento, o aborto não é compreendido como uma questão de saúde e de direito, e o Estado nega-se a provê-lo em condições seguras e gratuitas, mediante uma legislação restritiva que criminaliza as mulheres.

A discussão do aborto é situada pela MMM a partir da noção de autonomia do corpo das mulheres, frente ao processo de controle e mercantilização dos corpos delas e da lógica de imposição da maternidade como obrigatoriedade:

[...] o controle social da função reprodutiva das mulheres um dos pontos centrais de disputa em nossa sociedade [...] os grupos conservadores, sob o

aparente interesse da proteção à vida, combatem qualquer medida que favoreça a escolha da mulher sobre sua reprodução, opondo-se inclusive a direitos já conquistados (LAPA, 2013, p. 1)⁶⁰.

A utilização dos corpos das mulheres e de sua sexualidade para a reprodução da vida e a manutenção do capitalismo tem sido um dos pilares que sustentam o sistema: com baixos custos, explora nossa força de trabalho e nossa criatividade, cobrando-nos o cuidado com todas e todos, em nome de uma abnegação ‘voluntária’ resultante da ideia da obrigatoriedade da maternidade (MARCELINO; MOREIRA, 2013, p. 1)⁶¹.

Além de posicionar tal questão no horizonte da autonomia da mulher, destaca a determinação socioeconômica sobre as condições em que tal prática é realizada. Segundo o movimento, articulando a questão de classe, gênero e raça para tratar a temática, a ilegalidade do aborto penaliza sobretudo as mulheres negras, jovens e pobre, em um contexto marcado pela desigualdade social, criminalização da pobreza e inacessibilidade aos direitos sociais, como podemos observar no trecho abaixo

No cenário de desigualdade social em que vivemos, a criminalização do aborto no Brasil dialoga, diretamente, com a criminalização da pobreza [...] as condições nas quais o procedimento é realizado – mesmo na ilegalidade – são determinadas, sobretudo, pela posição socioeconômica da mulher em questão. Outros fatores, a exemplo da religião, também possuem influência sobre o processo, mas nada tão determinante quanto sua situação financeira. [...] Todas sabemos que, em nosso país, classe tem cor, e a população negra é também a população mais pobre e, nesta realidade, a juventude encontra-se nas situações mais precarizadas de trabalho e subsistência. Sendo assim, são as mulheres negras e jovens as que mais morrem por aborto inseguro no país (ROCHA, 2013, p. 1)⁶².

O MML aponta que a criminalização e a ausência de uma legislação menos restritiva recai, prioritariamente, sobre as mulheres da classe trabalhadora. Entre as causas evidenciadas pelo movimento para a prática do aborto estão a falta de condições para criar, cuidar, educar e sustentar os filhos; os baixos salários e o desemprego; a ausência de políticas sociais públicas e universais; e a fragilidade nos processos de educação sexual

⁶⁰ LAPA, Thais de Souza. **Veta Dilma:** contra o estatuto do nascituro, pela vida das mulheres. 5 de junho de 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/06/05/veta-dilma-contr-o-estatuto-do-nascituro-pela-vida-das-mulheres/comment-page-1/>>. Acesso em: 15 abr. 2018

⁶¹ MARCELINO, Maria Fernanda; MOREIRA, Sarah Luiza. **Movimento feminista e o aborto na América Latina:** a soberania do corpo das mulheres frente o capitalismo. Nossas impressões. 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/01/28/movimento-feminista-e-o-aborto-na-america-latina-a-soberania-do-corpo-das-mulheres-frente-o-capitalismo-nossas-impressoes/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

⁶² ROCHA, Bruna. **Legalizar o aborto no Brasil pelo combate ao genocídio da população negra.** 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/25/legalizar-o-aborto-no-brasil-pelo-combate-ao-genocidio-da-populacao-negra/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

e planejamento familiar, afetando diretamente as mulheres pobres que morrem em razão dos abortos inseguros.

Os números de abortos praticados no país, combinados com essa diferença de atendimento a partir da questão econômica, demonstram a hipocrisia que ronda o debate sobre a descriminalização e legalização do aborto. Pois, tal prática é uma realidade cuja penalização só recai sobre as mulheres da classe trabalhadora e das camadas mais pobres da população (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2014, p. 3)⁶³.

Os governos não garantem políticas públicas eficientes para que tenhamos garantido o direito de ser mãe, caso o desejemos. Faltam trabalhos dignos e também estabilidade no emprego quando engravidamos. O custo de vida é muito alto e os salários são baixos, dificultando muito o sustento de uma família. Faltam creches e escolas para os filhos e filhas dos trabalhadores, obrigando as mulheres a abandonarem o trabalho e o estudo para cuidar dos filhos. Faltam moradias para vivermos com nossas famílias. Nossos filhos morrem nas filas dos hospitais pela falta de vagas ou pelas mãos da polícia nas periferias do país (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2014, p. 1)⁶⁴.

No Brasil, 90% delas vive com renda que não ultrapassa 03 salários mínimos. Está para as mulheres a maior taxa de desemprego com 8,7%, enquanto que para os homens é de 5,9%. As creches públicas, para crianças entre 0 e 3 anos, atende menos de 25% da demanda e, hoje, as mulheres já são responsáveis sozinhas por 37,3% das famílias. Em 2012, foram efetuados 50,6 mil registros de casos de estupros, ou seja, um estupro a cada 10 segundos ocorreram no país (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2014, p. 1).

Não obstante as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o acesso ao aborto seguro, o MML destaca o forte papel dos líderes religiosos brasileiros “[...] que atuam fortemente para manter a proibição do aborto, abordando o assunto por um viés religioso, ou seja, como se a defesa da legalização estivesse relacionada à crença e prática religiosa e não a problemas de saúde pública (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2012, p. 2).

Acredita o referido movimento que, apesar dos dados justificarem a descriminalização do aborto para que as mulheres possam recorrer de forma segura aos serviços de saúde e a legalização para que seja garantido o aborto seguro, é preciso assegurar a laicidade do Estado, respeitando a autonomia das mulheres e os seus direitos reprodutivos.

⁶³ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/11/aborto-enquanto-midia-sensacionaliza-as.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁶⁴ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/09/pela-vida-das-mulheres-e-necessario.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

No manifesto coletivo *Movimento de mulheres pelo fim da violência contra as mulheres* (2012), assinado por outros movimentos e na nota “*Por mim, por nós e pelas outras: basta de violência contra as mulheres*” (2013), a violência contra a mulher é resultante “[...] das relações sociais geradas pelo sistema capitalista, racista e patriarcal em que vivemos” e para sua supressão faz-se necessário que as mulheres se coloquem como “protagonistas de uma nova História, sem exploração de classe, com igualdade étnico-racial, de gênero e geracional” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2013, p. 2).

Da mesma forma, de acordo com a MMM, deriva do patriarcado e acontece na sociedade capitalista, porque existe a exploração econômica que lhe sustenta, aprofundando as desigualdades entre homens e mulheres / brancos e negros, além de discriminar lésbicas e gays.

A discussão sobre o trabalho esteve presente nos documentos da MMM e do MML. Na sua abordagem, a MMM orienta-se pelo conceito de divisão sexual do trabalho, central para o movimento para entender a lógica de inserção das mulheres no mercado de trabalho e o processo de reprodução das desigualdades que se perpetuam na sociedade capitalista e patriarcal, que separa e hierarquiza o trabalho, desvalorizando o executado pelas mulheres e associando-o, prioritariamente, à esfera reprodutiva.

Pelo fato de ganharem menos – mesmo exercendo as mesmas funções dos homens –, e estarem inseridas em postos de trabalhos mais precarizados inseridas em atividades alicerçadas, geralmente, no trabalho intensivo, isto é, atividades que exigem uma menor qualificação e o desemprego atingi-las em maior proporção, segundo a MMM o respectivo conceito permite compreender a razão da posição das mulheres nos postos de trabalho menos prestigiados e de terem que conciliar vida familiar e vida profissional (RIBEIRO, 2012, p. 1)⁶⁵.

Acrescenta ainda que, na contemporaneidade, desenvolve-se o fenômeno da dualização do trabalho feminino, criando dois polos entre as mulheres executivas e profissionais com diplomas de nível superior e outro com mulheres assalariadas, tendo como “[...] consequência política desse efeito é o aumento das desigualdades sociais e do antagonismo do interior do grupo social das mulheres” (RIBEIRO, 2012, p. 1).⁶⁶

⁶⁵ RIBEIRO, JÉSSICA MARTINS. **A realidade das mulheres no mercado de trabalho brasileiro**. 7 de Novembro de 2012. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2012/11/07/a-realidade-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

⁶⁶ Idem.

Ao utilizar o conceito analítico da divisão sexual do trabalho para interpretar a realidade das mulheres no mercado de trabalho, fica nítida a influência teórica da francesa Danièle Kergoat, como observamos na citação abaixo:

A teoria da divisão sexual do trabalho estrutura o mercado de trabalho através do sexo e tem dois princípios fundantes, a separação e a hierarquia. O princípio da separação determina o que é ‘trabalho de mulher’ e o que é ‘trabalho de homem’. As mulheres são responsáveis pelo que é chamado de trabalho reprodutivo, é o trabalho invisível, feito dentro de casa, longe da esfera pública. Para os homens é destinado todo o resto, o chamado trabalho produtivo, o trabalho remunerado feito dentro da esfera pública. Já o princípio da hierarquia valoriza mais o trabalho considerado do homem do que o trabalho considerado de mulher, portanto, trabalhos que necessitam de cuidado, paciência, como enfermeira, professora infantil, são considerados trabalhos femininos e são mais desvalorizados na sociedade, assim como o trabalho doméstico (RODRIGUES, 2013, p. 1).⁶⁷

As lutas da Marcha, segundo as matérias lançadas no sítio do movimento, voltam-se para o questionamento da divisão sexual do trabalho, com o intuito de reconhecer e valorizar a reprodução e o trabalho doméstico e de cuidados das mulheres, conforme o trecho a seguir:

O atual modelo econômico reconhece apenas o trabalho realizado na esfera do mercado. E, no mercado, nossa força de trabalho é explorada com menores salários e condições precárias. Lutamos pelo compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados com os homens e o Estado e por mudanças na organização do mercado de trabalho com a redução da jornada e a garantia de todos os direitos trabalhistas. Propomos uma economia centrada no bem estar de todas e todos, que valorize e reorganize a reprodução, o trabalho doméstico e de cuidados, construindo um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana (MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, 2014, p. 5-6).

O enfrentamento das desigualdades relativas ao trabalho também passa pela luta para imputar o trabalho doméstico e de cuidados aos homens e para responsabilizar o Estado para que “[...] desenvolva políticas incisivas no sentido de fomentar a divisão igualitária, entre homens e mulheres, das tarefas de reprodução social” (DANTAS, 2013)⁶⁸ e políticas públicas que garantam a promoção da igualdade por meio de licença-maternidade, redução da jornada de trabalho masculina e feminina e direito a creches. Essas iniciativas são para que as mulheres disponham de mais tempo livre, tenham melhores condições de trabalho e de estudo e superem a cisão entre o espaço público

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ DANTAS, Gisele. Não há liberdade enquanto for nossa a responsabilidade. 18 de abril de 2013 Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/mundo-sem-mulheres-nao-ha-liberdade-enquanto-for-nossa-a-responsabilidade/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

valorizado, pertencente aos homens, e o espaço privado desvalorizado, destinado, prioritariamente, às mulheres. A liberdade das mulheres do jugo das tarefas domésticas está ligada à responsabilização masculina pelo trabalho doméstico. Quer dizer,

A questão fundamental da libertação das mulheres da divisão sexual do trabalho está não somente no tempo gasto na realização das tarefas ou no esforço físico e no trabalho que elas exigem, mas principalmente no caráter de autorresponsabilização que ela representa na vida das mulheres. Muitas vezes conseguimos dividir completamente as tarefas domésticas, mas não conseguimos dividir a responsabilidade pelo trabalho doméstico, a participação masculina não consegue sair do âmbito da ajuda (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2013, p. 1).

De acordo com o MML, a política de creches gratuitas e em período integral é necessária para que as mulheres se insiram no mercado de trabalho e permaneçam empregadas, já que “[...] em função do machismo, a responsabilidade com o cuidado e educação dos filhos fica para as mulheres, que acaba tendo que combinar o trabalho com essa responsabilidade, dupla jornada que é agravada pela falta de creches” (MOVIMENTO MULHERES LUTA, 2012, p. 1)⁶⁹.

Sobre a prostituição, a posição contrária à sua regulamentação é hegemônica na Marcha Mundial das Mulheres, tal como nos outros dois movimentos analisados. Longe de consensos dentro do vasto campo que discute o assunto, composto por diversas organizações feministas e transfeministas, associações das mulheres prostitutas e pesquisadoras e pesquisadores sobre a questão, as divergências são variadas: concepção sobre prostituição, debate pró e contra a regulamentação da atividade; garantia de políticas públicas e quais políticas são necessárias ao seguimento etc.

Na análise predominante da MMM, a prostituição não é vista como um trabalho, mas como uma das expressões da questão social, que envolve a exploração do corpo e da vida das mulheres, enraizada no sistema capitalista e como exteriorização das suas contradições:

[...] Nesse sentido, pensar sobre a problemática da prostituição das mulheres enquanto uma expressão da questão social, e por essa razão reconhecer a profundidade crítica na reflexão das muitas expressões das contradições de um Estado capitalista, desigual, opressor, injusto; que esmaga ‘corações e mentes’ e que destrói os corpos e a dignidade das mulheres (MENDONÇA, 2013, p. 1)⁷⁰.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ MEDONÇA, Débora. **A prostituição sob o olhar do feminismo que transforma**. 12 de abril de 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/12/a-prostituicao-sob-o-olhar-do-feminismo-que-transforma/>> Acesso em: data de acesso: 27 mar. 2018

Neste sentido, na MMM prevalece a posição crítica ao debate em torno da regulamentação da prostituição que em uma perspectiva liberal “[...] defende a liberdade de cada mulher para fazer o que quiser com seu corpo, sem uma crítica e rompimento com as práticas patriarcais” (MARÇA MUNDIAL DAS MULHERES, 2014, p. 1)⁷¹. Sob o viés liberal, as reivindicações feministas passam a ser metamorfoseadas no direito de as mulheres venderem seu corpo e isto ser uma expressão de liberdade, quando, ao contrário, trata-se de uma relação de poder entre homens e mulheres.

Para a MMM, na prostituição, o corpo das mulheres converte-se em mercadoria passível de compra e venda e é considerada uma forma de violência sexual que deve ser abolida. Como objeto sexual para a satisfação masculina, aponta a pobreza uma das causas da prostituição feminina, diante da falta de “opções que possibilitem formas que garantam sua sobrevivência” (MENDONÇA, 2013, p. 1)⁷². Na associação patriarcado-capitalismo, o movimento afirma que

A prostituição feminina está inegavelmente associada ao patriarcado, às desigualdades sociais de gênero, à feminização da pobreza e à mercantilização da vida. O sistema capitalista transforma tudo em produto, inclusive as relações e a vida das pessoas, atribuindo-lhe preços para venda no mercado. Aliando-se ao patriarcado, o capitalismo se vale das diferenças de sexo e de gênero para vulnerabilizar o sujeito feminino e potencializar sua exploração (FERREIRA; QUEIROZ; MARONHAS, 2013, p. 1)⁷³.

Em torno desta questão, há ainda uma disputa em torno dos conceitos de autonomia e liberdade sexual e de como isso se traduz na apropriação do corpo das mulheres pelas próprias mulheres, resumida na declaração feminista “nosso corpo nos pertence”. No entendimento político hegemônico do respectivo movimento, é necessária a defesa do exercício da sexualidade e da libertação do corpo das mulheres da dominação masculina, considerando a prostituição uma forma de violência sexual. Assim, para a Marcha é preciso

[...] garantir uma vida sem qualquer tipo de violência para todas as mulheres, em que o exercício da nossa sexualidade esteja livre do estigma da

⁷¹ Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/06/04/semana-de-acao-pelo-fim-da-prostituicao-em-defesa-do-direito-das-mulheres/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁷² Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/12/a-prostituicao-sob-o-olhar-do-feminismo-que-transforma/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁷³ FERREIRA, Thays; QUEIROZ, Laiza; MARONHAS, Maitê. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/08/prostituicao-por-que-seguimos-ignorando-o-que-elas-estao-nos-dizendo/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

mercantilização dos nossos corpos e também do cerceamento e moralismo religioso. Esta perspectiva é, portanto, radicalmente distinta do individualismo liberal. Reforçamos a vinculação entre liberdade, igualdade e autonomia, buscando realmente decidir sobre nossa vida e sexualidade, sem a indução pela vontade dos outros (MARÇA MUNDIAL DAS MULHERES, 2014, p. 1)⁷⁴.

A posição minoritário no interior da MMM defende a regulamentação da prostituição. Sem desconsiderar que a vivência da sexualidade das mulheres é historicamente marcada pela opressão, parte do suposto que a situação das mulheres prostitutas é marcada pela desproteção e pela exposição a situações de violência, abuso e violações de direitos, posto que não há regulamentação da atividade pelo Estado, que as mantém na clandestinidade, favorecendo o tráfico de pessoas e a exploração sexual, senão vejamos:

Deixar que o poder econômico e a autonomia privada regulem a forma de realização da prostituição é ser, no mínimo, negligente para com as mulheres. Aqui, reafirmamos o papel do Estado na garantia de direitos. A regulamentação visa estabelecer parâmetros básicos para que a atividade seja exercida. As casas de prostituição, como qualquer outro local de prestação de serviços, demandam controle do Estado para fiscalização das condições de trabalho, higiene e segurança (FERREIRA; QUEIROZ; MARONHAS, 2013, p. 1)⁷⁵.

Para as defensoras, a regulamentação da prostituição permite a organização autônoma das prostitutas e garante que exerçam a atividade em lugares mais seguros, considerando fundamental os relatos de parte das mulheres envolvidas nesta atividade que mencionam como problemas a ausência da regulamentação e de direitos, sendo uma importante medida reconhecer “[...] as prostitutas, no exercício de sua atividade, como sujeito de direitos, sendo alvo de garantias legais e políticas públicas efetivas” (FERREIRA; QUEIROZ; MARONHAS, 2013, p. 1)⁷⁶.

Com o propósito de superar as desigualdades entre homens e mulheres, no horizonte de uma sociedade sem exploração de classe e sem discriminação e opressão de gênero, raça e etnia, que as organizações estabelecem os nexos teórico-políticos entre patriarcado, capitalismo e racismo para subsidiar a leitura de realidade e dar direcionalidade às lutas contra as manifestações concretas destas desigualdades de gênero.

⁷⁴ Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/06/04/semana-de-acao-pelo-fim-da-prostituicao-em-defesa-do-direito-das-mulheres/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁷⁵ FERREIRA, Thays; QUEIROZ, Laiza; MARONHAS, Maitê. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/08/prostituicao-por-que-seguimos-ignorando-o-que-elas-estao-nos-dizendo/>>. Acesso em: data de acesso: 27 mar. 2018

⁷⁶ Idem.

Sem dúvida, a abordagem das questões elucidadas pelos movimentos baseiam-se nos fundamentos histórico-conceituais que consideram a relação entre gênero, classe e raça, indicando a apropriação de aportes que permitem problematizar criticamente e enfrentar os fenômenos sociais que atingem as mulheres, na realidade brasileira, em uma direção sociopolítica anticapitalista, antipatriarcal e antirracista das lutas pela efetivação de direitos.

5.2.3. Posicionamentos políticas das organizações feministas frente ao Governo Dilma Rousseff

Na *Carta da AMB nº 06/ 2011*, endereçada à ministra de Estado da Secretaria de Promoção e Políticas para a Igualdade Racial, Luíza Bairros, durante o Encontro Nacional da AMB, em Brasília, podemos apreender que, dentre os objetivos do encontro, além do balanço das lutas empreendidas em 30 anos pelo movimento e os desafios postos a um movimento que afirma-se antirracista, anticapitalista e antipatriarcal, fez-se presente a discussão sobre a atuação da AMB no governo Dilma, particularmente no que diz respeito à atuação frente às políticas públicas para as mulheres.

Em crítica à política desenvolvimentista, que para o movimento não enfrenta a pobreza, mas a reproduz, a AMB exigiu do Governo Dilma uma perspectiva de desenvolvimento “[...] socialmente justo, ambientalmente sustentável e construído em bases democráticas” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p. 4). Estabelecendo, portanto, uma diferença nítida entre enfrentamento da pobreza e enfrentamento da acumulação e concentração de riqueza para a superar as desigualdades, a Coordenação Executiva Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras aponta na Carta a necessidade de estabelecimento de estratégias e ações concretas de distribuição de riqueza e democratização do poder com a participação das mulheres, senão vejamos:

Consideramos que o governo, ao tentar justificar uma política desenvolvimentista como instrumento de superação da miséria, em nosso entendimento, pode agravar as crises social e ambiental, posto que os grandes projetos de desenvolvimento em curso vêm acirrando as desigualdades vividas pelas mulheres. Na nossa visão, o modelo de desenvolvimento vigente, produtivista e economicista, funciona reproduzindo a pobreza, a concentração de riqueza, produzindo exclusão e violação de direitos e promovendo destruição ambiental (AMB, 2011, p.1-2).

A AMB coloca como dever do Poder Público a garantia dos direitos das mulheres e a promoção da sua autonomia econômica; o combate à violência contra a mulheres e a proteção das mesmas, implementando medidas de promoção da cidadania e de segurança pública; o enfrentamento das desigualdades raciais, do racismo, do etnocentrismo, das discriminações empreendidas contra as mulheres negras e indígenas e das violações de direitos provenientes da heteronormatividade.

Analisando o documento lançado em 2012, intitulado *Posicionamento da AMB sobre as prioridades nas políticas para mulheres na atual conjuntura*, observamos que no conteúdo do texto, a AMB dá a entender que o governo Dilma poderia estar em disputa em sua orientação política, por ter em sua composição também setores “[...] comprometidos com a democracia política e justiça social” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 2), desde que houvesse “[...] ampla mobilização popular e com eleições em novas bases” , criticando alianças eleitorais amplas que serviram “[...] para constituir uma base de governo fisiológica e descomprometida com a população e movimentos sociais” .

Apesar de identificaram na política desenvolvimentista o favorecimento do agronegócio e do grande capital, “[...] em detrimento de políticas para igualdade providas pelos ministérios 'sociais' como MDA, MDS e as secretarias especiais de Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial” , consideraram que, pelo fato de alguns ministérios e secretarias especiais estarem ocupados por militantes feministas, poderiam incidir sobre estes redutos para a efetivação de direitos, mediante as políticas públicas:

As trincheiras da SPM e da SEPPIR, hoje ocupadas por companheiras feministas vinculadas a organização das mulheres no Brasil, é um dado da conjuntura que nos alenta. Desde nosso lugar de movimento social, nos colocamos na disposição de ação independente, crítica, solidária e articulada com vistas a objetivos comuns: resistir a retrocessos e alcançar avanços na efetivação de direitos das mulheres, mesmo neste mar de adversidades (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 2).

Quando menciona a aprovação do Acordo Brasil-Vaticano, ainda no Governo Lula, e o recuo no texto do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) durante as eleições gerais de 2010, responsabiliza os setores conservadores que avançaram nos governos do PT pelos retrocessos no campo das políticas para as mulheres, e não diretamente os governos petistas em si.

Atribui o recuo de Dilma, ao referir-se à “Carta ao Povo de Deus”, durante o período eleitoral de 2010, como resultante de um “[...] processo truculento de chantagem dos conservadores cristãos sobre a então candidata Dilma Rousseff” — carta que manifestou o compromisso nas entrelinhas de não colocar em pauta a legalização e descriminalização do aborto durante o período do seu governo.

As preocupações também se dirigiram ao fortalecimento da orientação familista das políticas de saúde, orientação presente da mesma maneira nas políticas de transferência de renda, em detrimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), materializadas no Programa Rede Cegonha, e a proposta de instituição do Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, a medida provisória (MP) 557 que caducou no mesmo ano em que foi proposta (2012). Apesar do recuo à MP 557 por parte do governo, considerado insuficiente, as críticas voltaram-se de forma mais contundente aos setores conservadores, que segundo a AMB colocaram em ameaça à perspectiva feminista de saúde das mulheres e a possibilidade de retrocessos ao aborto legal:

Esta iniciativa é uma falácia, foi demanda dos setores conservadores articuladas nos bastidores à revelia da SPM e contra as demandas das mulheres participantes das conferências de 2012. A III CNPM, realizada dias antes do lançamento da MP, aprovou a descriminalização e legalização do aborto, criticou a Rede Cegonha e defendeu a o PNAISM. Mesmo com a nomeação da ministra Eleonora Menicucci e a retirada de referências ao nascituro, a MP segue sendo uma ameaça aos direitos das mulheres, um desrespeito à SPM e a III CNPM, uma oportunidade de coibir a prática do aborto legal hoje no país, este que é objetivo último dos fundamentalistas (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 2).

No momento da Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), a AMB e outros coletivos feministas e de direitos humanos reivindicaram ao Estado brasileiro o cumprimento de certas medidas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, no sentido de zelar pelas premissas constitucionais quanto ao direito à privacidade das usuárias do SUS e confidencialidade dos registros médicos, diante do cadastro das gestantes e puérperas. O documento ainda solicita que medidas necessárias sejam tomadas para a ampliação das possibilidades de acesso à interrupção voluntária da gravidez, bem como avanços nas legislações que garantam a privacidade e a confidencialidade às mulheres durante investigações policiais, bem como presunção de inocência, processo legal e legal defesa, conforme as recomendações do CDH.

Uma outra preocupação trazida pelo movimento é que mesmo nos casos do aborto garantido em lei, os serviços de saúde voltados para o abortamento legal são restritos, contabilizando cerca de 60 em todo país, concentrados nas grandes cidades e que nem todos oferecem atendimento de forma adequada. Em meio aos pequenos avanços com a recente autorização de abortos em caso de fetos anencéfalos e a posição em favor da legalização do aborto dos Conselhos Federais de Psicologia e Medicina, existem ainda limites para o acesso ao direito ao aborto legal e de uma “profunda discussão entre a esfera governamental, o legislativo federal e a sociedade, em especial as mulheres, detentoras dos corpos e das vidas” (AZEVEDO, 2013, p. 1)⁷⁷.

As questões ambientais também estiveram presentes nos documentos da AMB, direcionados de forma crítica ao governo Dilma. O movimento considerou as negociações do governo e sua base aliada como “[...] desastrosas para os direitos dos povos indígenas, das populações tradicionais, das comunidades quilombolas e todos os povos da floresta que estão perdendo direitos sobre seus territórios” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 2), afetando, de acordo com o movimento, a autonomia econômica das mulheres pertencentes a estas comunidades, em geral camponesas, pescadoras, extrativistas.

A AMB atribui ao modelo de desenvolvimento adotado no Brasil — fundamentado na “[...] expansão de monocultivos, as grandes obras e formas insustentáveis de produção de energia, como os combustíveis fósseis, agrocombustíveis e grandes hidrelétricas” (Idem, 2012, p. 139) — os impactos negativos sobre a vida das mulheres que perdem seus territórios e modos de vida, apontando como necessário para a superação do modelo a construção de um mundo livre de opressões, baseado em relações socioambientais realmente sustentáveis o que pressupõe a “construção e promoção de outras economias e políticas, que valorizem e respeitem as diversidades culturais e as necessidades dos povos, que não privatize a vida, a natureza e o acesso aos bens comuns” (Idem, 2012, p. 141).

De acordo com a AMB, a política desenvolvimentista aprofundou a lógica capitalista de exploração da natureza e das pessoas, na implementação de grandes projetos que colocaram as populações “em situações de conflitos socioambientais as regiões de Belo Monte, Carajás, São Francisco, Espírito Santo e várias áreas da Amazônia” (AMB,

⁷⁷ AZEVEDO, Isabelle. 24 de setembro de 2013. **Direito ao aborto:** por uma legislação sem restrições. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/24/direito-ao-aborto-por-uma-legislacao-sem-restricoes/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

2011, p.68). Para as mulheres, este modelo de crescimento econômico resultou em desemprego, prostituição, privatização da água, concentração de terras e sobrevivência mediante programas emergenciais de transferência de renda, sem proporcionar autonomia econômica para elas.

Em nota de repúdio ao ataque contra os direitos das populações atingidas por barragens no sudoeste paraense e ao modelo energético preponderante no país, salientam que o “modelo de “progresso” ou “desenvolvimento” apoiado pelo governo da presidenta Dilma” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2013, p. 1) causa indignação à AMB pelo fato de considerar o governo como procedente do campo popular e que tem violado “[...] direitos como também acentuando as persistentes desigualdades sociais do país, e também as desigualdades de gênero” (Idem, 2013, p. 1), especialmente pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que afeta diretamente as comunidades próximas às bacias do Rio Xingu e Tapajós.

As mulheres, trabalhadoras e gestoras do cotidiano doméstico, estão sendo fortemente impactadas e sustentando nas suas costas os efeitos da falta de políticas públicas (de moradia, de atendimento em saúde, de acesso à água e saneamento básico, etc.) como das diversas formas de violência que a situação lhes impõe (intimidações e violação de direitos, em especial das mulheres indígenas; expulsão das terras sem indenização, doenças, e especialmente depressão; aliciamento e tráfico de jovens e mulheres; aumento da violência sexual e estupro, etc.) (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2013, p. 1).

Nos documentos, enfatizam como uma vitória a conquista da Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Embora reconheçam os avanços no âmbito de tal política, consideram não ter sido suficiente o orçamento federal para a implementação de direitos na vida das mulheres, diante de uma

[...] situação tão trágica que, nos últimos onze anos, apesar do aumento sistemático dos recursos do orçamento federal para tais políticas, tais investimentos não evitaram a morte de um número cada vez maior de mulheres por causas violentas, assim como não preveniu o crescimento do tráfico interno de mulheres latino-americanas para o Brasil (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 1).

De acordo com o documento, as políticas de enfrentamento à violência caminham lentamente, ao passo que as mulheres continuam a vivenciar as múltiplas formas de desigualdades provenientes das relações sociais de dominação e exploração, expressas

nas violências políticas, institucionais, culturais, psicológicas e educacionais, como enumeram:

Desta forma, quase 30 anos após a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, somente 7% dos municípios possuem DEAMs. O Brasil segue como o 7º país do mundo onde ocorrem mais feminicídios, com mais de 92 mil mulheres mortas neste período. Em 2012, ocorreram cerca de 138 estupros por dia no país, ou seja, a cada 10 minutos uma pessoa, quase sempre menina ou mulher, é violentada sexualmente. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que são traficadas 70 mil mulheres por ano, no Brasil (80% para a exploração sexual). A OIT informa também que de cada cinco pessoas traficadas, quatro são mulheres ou meninas. As mulheres sofrem violência tanto na esfera doméstica quanto na pública - o estupro, o tráfico de mulheres, a prostituição forçada, o assédio sexual, os assassinatos, o feminicídio, a misoginia, a lesbofobia são expressões disso (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2013, p. 1).

Dentre outros fatores que impulsionam e mantêm os índices alarmantes de violência contra as mulheres, a AMB aponta a ausência de um orçamento específico para o desenvolvimento de políticas públicas, além dos cortes orçamentários no plano federal, que implicaram na precariedade de programas chaves para o enfrentamento à violência contra as mulheres:

O orçamento para o combate à violência vem aumentando desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da publicação da Lei Maria da Penha, mas ainda estamos longe de garantir que esta seja uma prioridade governamental. Além de lutarmos por mais recursos para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, lutamos também por mais transparência no Orçamento Público. Transparência e ampla participação são condições essenciais para a consolidação da nossa democracia, para o exercício da cidadania, para o controle social (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2012, p. 2).

A AMB explicita a fragilidade ou carência de mecanismos legais de proteção e coibição da violência, a exemplo das delegacias, promotorias, defensorias e varas especializadas na violência doméstica e familiar. Mecanismos de monitoramento e avaliação das ações estatais, assim como a presença de uma cultura machista e sexista no Judiciário e na Polícia, são outras causas para a persistência deste quadro, compreendendo as violências vivenciadas pelas mulheres “[...] são um grave problema de justiça e cidadania e representam violação aos direitos humanos e, neste sentido, uma agressão à democracia” (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2013, p. 2). Denunciam também que as políticas, em alguns municípios brasileiros, são substituídas por eventos que, no final das contas, não há efetivação de direitos mediante a criação de programas, serviços e ações.

Nos documentos analisados podemos apreender uma posição crítica da AMB ao governo Dilma frente ao neodesenvolvimentismo que se constituiu no ciclo do lulismo em meados dos anos 2000 e que começou a dar sinais de exaurimento no primeiro mandato de Dilma.

Apesar da manutenção das posições críticas e independentes no que concerne às políticas voltadas para as mulheres, a AMB atribui os recuos dos governos petistas no que concerne às políticas voltadas para as mulheres, em certa medida, ao avanço dos setores fundamentalistas no interior do Governo Dilma, já que se tratava de um governo de coalizão de classes.

É importante considerar que embora possua militantes vinculadas a partidos políticos, como no caso ao Partido dos Trabalhadores, a AMB trata-se de uma articulação política que se autodomina não partidária e que afirma empreender esforços coletivos para a manutenção da autonomia política da organização frente aos governos.

Na cartilha do movimento “Políticas públicas para igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente”, é possível perceber que embora reconheçam os avanços em torno das políticas públicas para as mulheres nos dois governos que teve à frente Lula, como por exemplo, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a convocação da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres afirmam que a estrutura insuficiente e o orçamento reduzido da Secretaria “impuseram limites severos para o enfrentamento das estruturas patriarcais que organizam o Estado e orientam as políticas e as finanças públicas” (AMB, 2011, p. 20-1), além do processo de terceirização na execução de políticas que abriu fundos públicos para iniciativas da sociedade civil de caráter conservador e antifeminista.

O respectivo documento, lançado em 2011, menciona ainda que as contradições do governo Lula permaneceram durante a campanha e os primeiros meses de governo Dilma, diante da priorização do enfrentamento à pobreza, ao tempo que manteve a política econômica favorecedora de concentração de renda e o fortalecimento da política desenvolvimentista, que de acordo com a AMB, é geradora de mais injustiça social e agrava a crise ambiental (AMB, 2011).

Nas matérias publicadas no sítio da MMM não encontramos referências diretas ao governo Dilma. Possivelmente, pelo fato do alinhamento político com PT e sua influência sobre o movimento, que tem em suas fileiras uma parte significativa de militantes da CUT e do respectivo partido, apesar de na sua composição encontrarmos filiadas ao PSOL.

As críticas localizadas são dirigidas, de forma mais abstrata, ao Estado e, de forma mais direta, ao poder judiciário e aos retrocessos no campo legislativo. Um exemplo disso, é a ausência de uma posição crítica da MMM com relação à carta escrita por Dilma Rousseff, em 2010, quando a então candidata responsabiliza o Congresso Nacional para o encontro das respostas que envolvam valores éticos, como a questão do aborto.

Nas matérias sobre o tema, somente há o pedido para a presidenta posicionar-se de forma contrária à revogação da Portaria 415 de 2014, que estabelece o registro específico dos procedimentos de aborto previstos em lei, na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), e vetar o Estatuto do Nascituro.

O movimento demonstra em suas publicações a preocupação com o crescimento da bancada evangélica e a repercussão negativa sobre os direitos das mulheres, bem como o tratamento dispensado no SUS atribuído ao conservadorismo que se estrutura em todas as instituições estatais, devido ao patriarcado:

São nos postos de saúde e hospitais públicos onde as mulheres intensificam ainda mais seu processo de sofrimento: são hostilizadas pelos agentes, demoram para serem atendidas e ainda correm o risco de ser denunciadas pela prática ilegal [...] conservadorismo sob o qual é constituído o Sistema de Saúde no Brasil impede que as unidades ofereçam um tratamento humanizado para mulheres que praticam aborto clandestino (ROCHA, 2013, p. 2).⁷⁸

Sobre a Lei Maria da Penha, a MMM reconhece que é um importante mecanismo para o enfrentamento da violência contra a mulher, no entanto, carece de investimentos federais e esforços coletivos por parte do executivo e do judiciário para sua implementação. Além disso, destaca a necessidade de “[...] formação continuada para os e as profissionais do serviço público incluindo juízes, promotores e autoridades policiais para que em suas ações não reproduzam a violência” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2013, p. 1)⁷⁹.

Além das leis e das medidas punitivas, para o movimento, é preciso pautar o enfrentamento da violência contra as mulheres “[...] a partir da auto-organização das mulheres, do compromisso político do Estado e dos movimentos sociais com a erradicação da violência sexista” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2014, p. 8)

⁷⁸ ROCHA, Bruna. **Legalizar o aborto no Brasil pelo combate ao genocídio da população negra**. 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/25/legalizar-o-aborto-no-brasil-pelo-combate-ao-genocidio-da-populacao-negra/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

⁷⁹ Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/11/25/violencia-contra-as-mulheres-ja-basta/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

e por meio de ações que visem a construção da autonomia das mulheres devem ser garantidas, como

[...] emprego para as mulheres, valorização do salário mínimo, políticas públicas que permitam à mulher trabalhar fora como: creche, escola infantil em horário integral, políticas públicas para o cuidado de doentes, pessoas idosas e com deficiência para que não sobrecarregue as mulheres, acesso a moradia ou aluguel social [...] Ter nas escolas e universidades uma educação que combata o preconceito contra a mulher, o racismo e a homofobia para construir um mundo onde a diferença e a diversidade sejam respeitadas (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2013, p. 1).

A MMM considerou uma vitória a aprovação da PEC das empregadas domésticas, em 2013. As trabalhadoras, historicamente invisibilizadas pelo Estado, que segundo a organização tiveram seus direitos negados em decorrência do patriarcado, da divisão sexual do trabalho e do machismo, passaram a ter os mesmos direitos dos trabalhadores de outras atividades. Conforme o movimento,

Há uma imensidade de trabalho que é realizado pelas mulheres de forma invisível e gratuita ou mal remunerado, esse trabalho é feito não para elas, mas para os outros, muitas vezes em nome do amor, da ‘natureza’, e do ‘dever materno’. Da mesma forma que esse trabalho doméstico é invisível, as mulheres e trabalhadoras que o exercem também são [...] A PEC das trabalhadoras domésticas vem equiparar as domésticas às trabalhadoras e garantir seus direitos, que foram negados ao longo da trajetória de afirmação de direitos no Brasil (RODRIGUES, 2013, p. 1)⁸⁰.

A ausência de uma crítica mais direta ao governo, no sentido de pressioná-lo a partir do tratamento que as pautas feministas obtiveram entre os anos 2011 e 2014, pelo Governo Dilma, não impediu que o movimento se mobilizasse em prol da luta contra a violência à mulher e da aplicabilidade e o destino de recurso para a efetivação da Lei Maria da Penha; por uma legislação voltada à descriminalização e legalização do aborto; posições contrárias à regulamentação da prostituição e a exploração sexual das mulheres durante à Copa do Mundo e das lutas referentes ao trabalho.

No caso do MML, já no primeiro boletim dirigido às mulheres trabalhadoras pertencentes aos sindicatos filiados à Conlutas, o movimento pondera que, embora considerem importante a ampliação das mulheres na esfera política, a eleição da primeira presidenta mulher e o voto em mulheres

⁸⁰ RODRIGUES, Rafaela. **A PEC das trabalhadoras domésticas**. 3 de abril de 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/03/a-pec-das-trabalhadoras-domesticas/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

[...] não determina um bom governo para todos, nem tampouco para as mulheres. Apesar de muitas mulheres confiarem no governo de Dilma suas principais medidas caminham no sentido da defesa dos grandes empresários e banqueiros (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2012, p. 1)⁸¹.

Na *Campanha Nacional por Creches*, o MML denuncia o governo, pois este, durante as eleições havia prometido 6427 novas creches em 2249 municípios, mas àquela altura, em 20 meses de governo, apenas 39 creches teriam sido inauguradas. De acordo com o MML, “[...] o governo empenhou 2,3 bilhões de reais para garantia da promessa, mas apenas 383 milhões foram pagos pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, responsável pelo Pró-Infância)” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2012, p. 1).

Alvo de crítica do MML, o governo Dilma, segundo o movimento, paralisou o PL 371/11 que visava equiparar os salários de homens e mulheres que desempenhavam a mesma função, prevendo multa para as empresas que descumprissem a lei. No respectivo boletim, o MML afirma que a justificativa do governo para não apoiar o PL seriam medidas, a exemplo do bolsa família e o programa minha casa minha vida, por terem como titulares as mulheres, que contribuíam, em certa medida, para sua inclusão econômica.

Em outubro de 2013, o MML realizou seu 1º Encontro Nacional – considerado, pelo próprio movimento, o maior encontro classista dos últimos vinte anos –, que reuniu duas mil mulheres trabalhadoras do campo e da cidade. Como forma de encaminhamento, o MML encampou a *Campanha Nacional contra a Violência às Mulheres* em virtude da década anterior ter sido o período em que mais morreram mulheres no país e por considerar que o governo não deu respostas mínimas que revertissem a situação. Podemos encontrar, de forma mais detalhada, a justificativa do MML para a campanha através desses dois textos:

Dilma retirou o status de ministério da secretaria de políticas para as mulheres e investiu míseros 26 centavos para cada vítima de violência, nos últimos 10 anos, enquanto o Brasil segue ocupando a sétima posição no ranking de países que mais matam mulheres e amarga o índice de cerca de 50 mil casos de estupros ao ano (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2015, p. 1)⁸².

O Brasil é o 7º país que mais mata mulheres no mundo, fazendo parte da epidemia global que é a violência contra a mulher. A cada 02 horas uma mulher

⁸¹ Disponível em: <<https://mmm-rs.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁸² Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2015/09/mulheres-trabalhadoras-contradilma.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

brasileira é morta pela violência machista; a cada 02 minutos 05 mulheres são espancadas e a cada 10 segundos uma mulher é vítima de estupro. Esses dados alarmantes somados com o fato de as mulheres amargarem as piores estatísticas sociais, como ocuparem os piores postos de trabalho e serem a maioria entre a população pobre, faz com o que o Brasil hoje ocupe a 71ª posição no ranking de igualdade de gênero, segundo o Fórum Econômico Mundial, caindo 09 posições de 2013 para cá (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2014, p. 1)⁸³.

No manifesto lançado no dia 25 de novembro de 2014, o movimento considerou que o enfrentamento à violência praticada contra as mulheres não foi priorizado pelo governo Dilma. Embora tenha reconhecido os avanços pontuais, para o MML, o governo demonstrou um descompromisso com a vida das mulheres, principalmente com as mulheres trabalhadoras, haja visto o subfinanciamento das políticas específicas para as mulheres.

De acordo com o MML, mesmo com os avanços jurídicos para a criação da Lei Maria da Penha, um dos principais problemas para sua efetivação foi a ausência de um orçamento adequado para a aplicação do Projeto “Mulher Viver sem Violência”, diante da priorização do governo do pagamento da dívida externa, dos gastos com propaganda e dos bancos:

No ano de 2012, por exemplo, somente com o pagamento de serviços da dívida pública o governo federal desembolsou cerca de R\$ 753 bilhões, o que significa que os gastos do pagamento da dívida foram mais de 3.700 vezes maior que os orçamentos de 08 anos destinados ao Programa 0156 – Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Em 2013, o governo gastou quase 100 vezes mais em propaganda (R\$ 2,3 bilhões) do que investiu no combate à violência contra a mulher (R\$ 25 milhões). Enquanto preferiu encher os bolsos dos banqueiros e capitalistas com o pagamento da dívida pública, gastando com propaganda de um Brasil que só existe na televisão, o governo Dilma, anualmente, investiu apenas R\$ 0,26 por mulher para o combate à violência machista, segundo o ILAEESE. Isso demonstra claramente quais foram as prioridades desse governo (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2014, p. 1)⁸⁴.

Considerando esta situação no âmbito das políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, O MML realizou um abaixo-assinado para exigir medidas efetivas por parte do governo Dilma. A proposta do movimento era que se destinasse 1% do PIB para políticas específicas para as mulheres. Para o movimento,

⁸³ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/11/25-de-novembro-vamos-as-ruas-denunciar.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

⁸⁴ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/11/25-de-novembro-vamos-as-ruas-denunciar.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

Com 1% do PIB destinado a SPM, é possível construir um Centro de Referência em todos os municípios brasileiros, considerando que nas cidades maiores deve-se ter um centro para cada 50 mil habitantes, sendo uma porta de entrada para a assistência da mulher e seus filhos, construir centros unitários onde se concentre todos os serviços de atendimento à vítima em todas capitais brasileiras e nas grandes cidades, com referência de um para cada 1 milhão de habitantes. Também é possível estruturar um Sistema Nacional de Notificação, um serviço que centralize todas as informações sobre esse tipo de violência [...] a realização de campanhas educativas massivas nos meios de comunicação, produção de cartilhas entre outros materiais para a conscientização do combate ao machismo e à violência contra a mulher (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2014, p. 1)⁸⁵.

O movimento, vale salientar, surgiu em 2008 e assumiu o caráter crítico de oposição às políticas implementadas pelo governo Dilma, tendo em suas fileiras militantes provenientes do PSOL e do PSTU. Assim como os outros movimentos aqui analisados, as pautas do MML incidiram, predominantemente, na defesa dos direitos já existentes das mulheres e contra os descumprimentos e desrespeitos a estes direitos, em contraposição aos recuos do executivo e legislativo, com destaque à bandeira do direito ao trabalho.

Apesar de a agenda política dos três movimentos ter apresentado pautas comuns, que tinham como temas a violência contra a mulher, a legalização e a descriminalização do aborto e a luta em geral por políticas públicas para as mulheres, e não terem profundas diferenças na abordagem teórico-política dessas pautas, é possível perceber que no âmbito das posições políticas desses movimentos para com o governo Dilma há divergências importantes. Tais diferenças estão relacionadas à afiliação política e às tensões que permearam a luta pela efetivação de direitos para as mulheres.

Desta forma, caminhamos para as considerações finais no intuito de sistematizar as principais inflexões sobre a direção sócio-política do movimento feminista, face a junção de neoliberalismo econômico e alastramento do conservadorismo ideológico, para elucidar as implicações e entraves para as lutas feministas e a conquista de direitos para as mulheres, durante o governo de Dilma (2011-2014).

⁸⁵ Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/11/25-de-novembro-vamos-as-ruas-denunciar.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da investigação realizada nesta tese permite que, neste momento, possamos prosseguir com a exposição das conclusões, no compromisso e esforço intelectual de reproduzir, idealmente, o movimento do objeto de estudo o mais próximo de seu movimento real.

As transformações na ordem social capitalista, numa conjuntura histórica marcada pela ascensão do neoliberalismo e pela reestruturação produtiva do capital como respostas para a crise, afetaram, significativamente, a totalidade da vida social e incidiram sobre o processo de constituição do movimento feminista brasileiro contemporâneo. Trouxeram, assim, desafios tanto para a organização política dos sujeitos do feminismo quanto para a garantia dos direitos das mulheres.

Procuramos, pois, situar, na primeira parte do trabalho, a constituição dos movimentos feministas contemporâneos brasileiros – AMB, MMM e MML – a partir do contexto sócio-histórico e econômico que integrou o Brasil ao capitalismo global, nos anos 1990, com a ascensão de governos neoliberais no país e no continente latino-americano, marcando uma nova temporalidade do capitalismo mundializado, com reconfigurações nas relações econômicas e sociais.

No estágio de expansão e de afirmação do neoliberalismo, sob a vigência do capital financeiro, as consequências da lógica destrutiva do capital sobre a vida e o trabalho das mulheres se acentuaram. Tais consequências se revelaram na feminização do trabalho e na deterioração das condições de trabalho das mulheres; no quadro de agravamento da pobreza, delineando o fenômeno da feminização da pobreza; no controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, gerando o crescimento da violência praticada contra elas; na desregulamentação e na redução de direitos sociais e no desmonte das políticas sociais.

No último capítulo, ao caracterizar as organizações feministas, considerando as trajetórias, as filiações, as bandeiras, as formas de organização, os objetivos e os princípios, pudemos constatar que, no processo de reorganização do feminismo brasileiro, ao final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, a AMB, a MMM e o MML se constituíram como movimentos com uma direção sociopolítica, predominantemente, anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. Isso no contexto das transformações econômico-políticas e societárias contemporâneas, marcada pela crise estrutural do

capital e suas particularidades no Brasil –, ganhando centralidade, no debate dessas organizações, a relação entre patriarcado, capitalismo e racismo. Essa orientação política influenciou diretamente o seu processo de organização e de formação política e as lutas empreendidas, num intervalo de, aproximadamente, vinte anos, numa conjuntura histórica marcada pela restauração do capital no plano econômico, social e ideopolítico, diante da crise do neoliberalismo.

Podemos apreender que as organizações feministas AMB, MMM e MML imprimiram às lutas uma orientação geral que estiveram voltadas, prioritariamente, para a manutenção e o avanço dos direitos das mulheres historicamente conquistados. Na agenda feminista, tais lutas assumem centralidade como uma das medidas sociopolíticas para a garantia e a ampliação da autonomia e a igualdade para as mulheres. No entanto, isso se dá com claros limites para a sua efetivação, diante de uma sociedade de natureza capitalista-patriarcal-racista e de um governo com uma política de alianças amplas que absorveu, em sua composição, tanto setores progressistas quanto conservadores para se viabilizar.

Esses fatores contribuíram, por exemplo, para que o direito ao aborto encontrasse obstáculos para avançar em comparação com as demais pautas. Trata-se de uma das bandeiras que esteve presente, de forma intensa, na agenda das organizações feministas brasileiras entre 2011 e 2014, embora, em 2012, tenha sido considerado, na legislação atual, em casos de fetos anencéfalos. Diante do fortalecimento de grupos conservadores na política, que confrontaram de forma sistemática o governo federal, restringiram-se as discussões e os avanços legislativos referente à temática do aborto, representando uma ameaça real à laicidade do Estado.

Entre as ações desses setores, o Estatuto do Nascituro e as emendas constitucionais referentes ao direito à vida desde a concepção, que tipificaram o aborto como crime, estiveram entre as reações concretas para evitar a ampliação do direito ao aborto e até mesmo retirar as garantias inscritas na legislação atual do aborto. É válido mencionar, ainda, a criação do Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna e do Programa Rede Cegonha, medidas da área da saúde do governo Dilma que priorizaram as políticas voltadas para a maternidade em detrimento de abordagem integral da saúde da mulher.

A ausência de serviços para os casos de aborto previstos em lei também esteve entre as preocupações das organizações. Em crítica à legislação brasileira, que restringe

o direito ao aborto, as organizações assinalaram que a negação do direito ao aborto e a criminalização da prática recaem, prioritariamente, sobre as mulheres mais jovens da classe trabalhadora e das camadas mais empobrecidas, que são levadas a práticas inseguras e à morte.

Não obstante as sinalizações para uma luta voltada para o atendimento aos interesses mais imediatos referentes às condições de vida e de trabalho das mulheres, as pautas políticas não estiveram isoladas de uma perspectiva teórico-política de concepção das lutas feministas como parte integrante do processo de construção e consolidação de uma nova ordem societária. As organizações feministas não abdicaram da defesa de um projeto societário emancipatório com vistas ao declínio de uma sociedade baseada na tríade capitalismo-patriarcado-racismo.

A presença de referenciais teóricos críticos sinaliza como os movimentos feministas abordaram e trataram as pautas feministas e também indica como atuaram no período. A violência contra as mulheres, questão abordada pelos três movimentos, é considerada como estruturante do patriarcado e suas determinações advêm do sistema capitalista-patriarcal-racista, que explora, economicamente, as mulheres e se sustenta com a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres.

Os movimentos analisados entendem que a sua supressão é parte integrante de um projeto de transformação societária, em que as mulheres ocupam o papel de sujeitos da construção de uma sociedade livre de exploração de classe e de dominação de gênero, raça e geração e que a luta por políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher torna-se indispensável. As críticas ao governo Dilma dirigiram-se, em particular, à ausência de investimentos reais ou ao subfinanciamento da política, impedindo a ampliação de serviços e programas à altura dos números alarmantes de violência.

Sobre a legalização e a descriminalização do aborto, o debate situou-se no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos e da autonomia de as mulheres decidirem sobre seus corpos, considerando tal problema como questão de saúde pública. O debate atribui, ainda, no geral, à cultura patriarcal as dificuldades de debater e avançar sobre a questão na sociedade brasileira, que mercantiliza e controla os corpos e a sexualidade, impondo a obrigatoriedade da maternidade para as mulheres.

O trabalho esteve entre as pautas políticas da MMM e do MML. A Marcha se orientou por algumas premissas decorrentes do conceito de divisão sexual do trabalho para entender e questionar o modo como as mulheres são inseridas no mercado de

trabalho, a desvalorização do trabalho feminino e a atribuição prioritária da esfera reprodutiva e dos cuidados para as mulheres. Já o Movimento entende que o conceito de divisão sexual do trabalho permite compreender a razão de as mulheres estarem nos trabalhos mais precários e mal remunerados e de serem atingidas pelo desemprego em maior proporção.

Ao reconhecer a importância do trabalho doméstico como um conjunto de tarefas necessárias para o processo de reprodução social – relacionado aos cuidados com as pessoas no âmbito da família e realizado, essencialmente, pelas mulheres de forma gratuita –, aponta-se a necessidade de socialização e divisão igualitária desse trabalho entre mulheres e homens e a necessidade de que o Estado promova políticas públicas voltadas para garantia de creches, ampliação de licenças parentais e redução das jornadas de trabalho de homens e mulheres. Dentre os avanços no campo do trabalho, a Marcha apresentou como vitória a aprovação da PEC das Empregadas Domésticas, que equiparou os direitos delas aos dos demais trabalhadores.

O MML vinculou a luta por creches ao direito ao trabalho das mulheres como questão fundamental para inserção e permanência das mulheres da classe trabalhadora no mercado de trabalho. O movimento direcionou, ainda, suas críticas ao governo Dilma por não cumprir as promessas de campanha de ampliação do número de creches no país, agravando a situação da carga de trabalho desigual entre mulheres e homens, a combinação penosa de trabalho remunerado e trabalho doméstico.

No âmbito das lutas pela efetivação de políticas públicas, o recorte de raça, a crítica ao lugar das mulheres e a viabilização da sua participação nos rumos das políticas estiveram entre as reivindicações da AMB como pressuposto para a efetivação de políticas não racistas e não patriarcais. A questão racial e a diversidade étnica assumiram centralidade na luta contra as injustiças ambientais, considerando os impactos negativos do modelo energético baseado em combustíveis fósseis, agrocombustíveis e grandes hidrelétricas, grandes obras e expansão da monocultura por atingir sobremaneira a vida das mulheres, seus modos de vida e territórios, reforçando a opressão feminina e as desigualdades de gênero.

A autonomia política perante os governos também se colocou como uma questão fulcral para os três movimentos. Para enfrentar o desafio da manutenção da autonomia política da AMB, a organização construiu, em 2002, de maneira coletiva, uma plataforma política feminista para alinhar e orientar, politicamente, a atuação da organização frente aos governos. No que diz respeito à autonomia e ao diálogo com o governo Dilma, a

AMB elaborou críticas ao modelo desenvolvimentista, embora tenha continuado apostando que o governo estaria em disputa, por ter, na sua composição, setores comprometidos com as bandeiras históricas das mulheres.

O MML, por sua vez, manteve-se em oposição aos governos petistas desde sua fundação, tendo, em sua composição, militantes filiadas ao PSTU, PSOL e independentes, que, em suas definições políticas mais gerais, mantiveram-se críticas à política de alianças amplas e à manutenção dos ditames neoliberais na política macroeconômica do governo Dilma.

Nos artigos publicados no sítio da MMM, embora não contenham menções diretas ao governo Dilma, as pautas mantiveram-se em defesa dos direitos das mulheres e da necessidade de superação de um sistema capitalista caracterizado por patriarcalismo, racismo e homofobia, como mediação necessária para as lutas feministas, sem perder a perspectiva de construção de uma nova sociabilidade, para além do capital.

Concluimos esta tese expondo que os anos compreendidos entre 2011 e 2014 não foram fáceis para a luta feminista materializar sua agenda programática em políticas para as mulheres e avançar na luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. Sem desconsiderar um novo marco que se abre na promoção de igualdade de gênero e políticas para as mulheres nos governos petistas, como exposto no primeiro capítulo, em contraste com as três últimas décadas, quando a agenda feminista começou a ter maior permeabilidade no Estado brasileiro, a ampliação e efetivação dos direitos das mulheres, no governo Dilma, esbarraram-se em alguns limites, entre os quais elucidaremos dois.

O primeiro refere-se à adoção de uma política macroeconômica que resultou em contração e descenso dos investimentos públicos em políticas sociais e elevação de financiamento da dívida pública, entre os anos de 2011 e 2015, face às turbulências externas. O segundo limite esteve no avanço de uma ofensiva conservadora no interior do governo, evidenciando a tensão permanente entre setores conservadores e progressistas, e no seio da sociedade, com a ascensão organizada de um setor da direita que passou a ocupar as ruas, a partir de 2013, em oposição ao Governo Federal.

O deslocamento das bases sociais de apoio do governo, principalmente, após as eleições polarizadas de 2014, com uma vitória apertada de Dilma no segundo turno, quando os cortes orçamentários nas áreas sociais, a lei das terceirizações e a retirada de direitos (seguro-desemprego, auxílio-doença e pensões por morte) foram realizados; as denúncias de corrupção ligadas à Operação Lava Jato reforçadas pela campanha midiática de oposição ao governo do PT; as manifestações de rua pelo *impeachment*, com a

presença das camadas médias lideradas pela direita e de grupos de ultradireita, em 2015; todos esses fatores prepararam as condições para o desfecho do segundo mandato de Dilma, com a destituição da presidenta, por meio de um golpe de Estado, em 2016. Revelava-se, assim, o desprezo das classes dominantes pela democracia e se inaugurava um período reacionário com a chegada ao poder de um governo ilegítimo, representado por Michel Temer (PMDB) para restaurar o neoliberalismo ortodoxo no Brasil.

Os anos de 2015 e 2016 mostraram a potencialidade das lutas feministas. O primeiro ano marcou um novo ascenso do feminismo no país conhecido como “primavera feminista”, quando as mulheres tomaram as ruas contra Eduardo Cunha e o conservadorismo do Congresso Nacional, na tentativa de impedir a aprovação do Projeto de Lei 5069, que criava barreiras para que mulheres vítimas de estupro tivessem o direito ao aborto. A campanha *Cunha saí, pílula fica!* e a hashtag *#MeuPrimeiroAssédio* contribuíram para a realização de atos pelo país.

As manifestações de rua do movimento feminista continuaram no ano seguinte contra o *impeachment* e em denúncia à publicação da revista *Veja*, sobre a primeira-dama Marcela Temer. A manchete da matéria a definia como “bela, recatada e do lar”, motivo pelo qual a Marcha Mundial das Mulheres articulou o ato “Nem belas, nem do lar! Fora Temer, Cunha e Bolsonaro!”.

A partir do governo Temer, as políticas para as mulheres foram atingidas frontalmente, com um verdadeiro desmonte de direitos, que remontavam a 1988. Nesse sentido, cita-se a aprovação da PEC 55, conhecida como a “PEC do teto de gastos” ou a “PEC do fim do mundo”, que congelou os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos. O orçamento destinado ao enfrentamento da violência contra a mulher, por seu turno, foi reduzido em 61%, em relação ao ano de 2016, passando de R\$42,9 milhões para R\$16,7 milhões para a área de assistência, bem como para a promoção da autonomia econômica com redução de 54% no orçamento.

Não podemos deixar de mencionar a ausência de nomeações de mulheres e negros para a composição da equipe ministerial desse governo e a transferência da pasta do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça. Posteriormente, em 2017, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Ministério da Justiça, por meio também de Medida Provisória, foi transferida para a Secretaria de Governo e, neste 2018, para o Ministério do Direitos Humanos.

Em 2018, após pedido do PSOL para descriminalizar aborto no primeiro trimestre da gestação, o STF realizou em dois dias audiência pública, com a presença de

especialistas das mais diferentes áreas para emitir parecer sobre a descriminalização da interrupção da gestação. Em 2016, um importante avanço na pauta da legalização do aborto ocorreu quando a primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que o aborto até o terceiro mês não se configura como crime, ao julgar o caso envolvendo pessoas da cidade de Duque de Caxias (RJ) pela suposta prática do crime de aborto, decidindo em favor da soltura dos acusados.

Após dois anos do golpe parlamentar, uma nova etapa abre-se com as eleições presidenciais de 2018, e o movimento feminista torna-se um dos principais protagonistas desse período, em resistência à candidatura de Jair Bolsonaro. As declarações do candidato do PSL (as que dizem respeito ao episódio com a deputada federal Maria do Rosário (PT), em que reforça a cultura do estupro; ao fato de seus filhos “não namorarem uma mulher negra” ou da sua “incapacidade de amar um filho homossexual”; que as mulheres devem ganhar menos porque engravidam) e o voto do parlamentar favorável ao congelamento de gastos com educação, saúde e assistência e à reforma trabalhista e à lei das terceirizações impulsionaram a emergência do movimento suprapartidário “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” e as manifestações #EleNão, nas redes sociais e nas ruas de mais de 400 cidades brasileiras e em dezenas de outros países, sendo um dos acontecimentos mais significativos dessa eleição no enfrentamento à misoginia e ao fascismo, consolidados na candidatura do respectivo candidato.

É indiscutível, sob condições históricas adversas, o fôlego e a potência do feminismo brasileiro em defesa dos direitos, da liberdade, da justiça social e da democracia. Sem dúvida, uma nova página da história do movimento feminista organizado e autônomo se abre a partir de 2015 e convida os pesquisadores comprometidos com a luta feminista a aprofundarem e atualizarem o conhecimento em torno da temática em estudo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/11/18112013oglobomultiplicadorasderenda.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

ALEMANY, Carmen. Violências. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012.

ALVAREZ, Sonia. Feminismos Latino-Americanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. x-x, 1998.

_____. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. x-x, jul./dez. 2003.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

_____. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlenia Sobral do; RODRIGUES JUNIOR, Natan. [Org.]. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 11, 2000.

ARRUZZA, Cinzia. **Las sin parte: matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo**. Cidade: La colección crítica y alternativa, 2010.

_____. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 1, n. 23, p. 33-58, 1º semestre de 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos CEMARX**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 39-60, 2017. Disponível em:

<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2937/2224>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Carta da AMB nº6/2011**. 2011. Disponível em: < <http://www.articulacaodemulheres.org.br/documentos/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

_____. Políticas públicas para igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente/ Secretária Executiva da AMB - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – Brasília : CFEMEA, 2011. 76 p.

_____. **Carta Aberta pela Revogação da Portaria nº 415**. 2014. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Carta-Aberta-contrarevogacao-Portaria415.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018

_____. **Posicionamento da AMB sobre a prioridades para as mulheres na atual conjuntura**. 2012. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Posicionamento-da-AMB-para-SPM22mar.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018

_____. **Xingu e Tapajós, justiça já!** 2013. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/documentos/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

_____. Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. **Nota pública**. 28 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/02/28set-Nota-da-Frente.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018

_____. **Movimento de Mulheres pelo fim da violência contra as mulheres**. 2012. Disponível em: < <http://www.articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/02/2012-Nota-coletiva-Or%C3%A7amento-para-mulheres.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018

ÁVILA, M. B. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, M. B. et al. **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, 2001.

AZEVEDO, Isabele. **Direito ao aborto: por uma legislação sem restrição**. 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/24/direito-ao-aborto-por-uma-legislacao-sem-restricoes/>> Acesso em: 20 mar. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero e Augusto. Cidade: Pressés Universitaire de France, 1977. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-conteudo>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BIANCHI, Álvaro. A guerra que estamos perdendo. In: BIANCHI, Álvaro; DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BOSQUETTI, Ivanete. et al. (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP, PPS, 2012.

_____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (Org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos?. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. A era da pilhagem. In: BIANCHI, Álvaro; DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

BRASIL. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Disponível em: <[http:// www.sepm.gov.br/ Articulacao/ articulacao-internacional/ relatorio-pequim. pdf](http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. As aventuras de Karl Marx contra a pulverização pós-moderna das resistências ao capital. **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, v. 1, n. 13, p. x-x, jan. 2010.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

_____. O canto da sereia: social-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Eptácio; VALE, Erlenia Sobral do; RODRIGUES JUNIOR, Natan. (Org.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração e consequências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). 2005. xx f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>>. Acesso em: 02 set. 2013.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito do feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, UNICAMP, n.19, p. 59-90, 2002.

COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (Teoria). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Estudos feministas**, Santa Catarina, UFSC. v. 21, n.1, p. x-x, 2013.

DANTAS, Gisele. Não há liberdade enquanto for nossa a responsabilidade. 18 de abril de 2013 Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/mundo-sem-mulheres-nao-ha-liberdade-enquanto-for-nossa-a-responsabilidade/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

D'Atri, Andrea. Feminismo e Marxismo: 40 anos de controvérsias. **Revista Lutas Sociais** n. 27, São Paulo, p. 142-156, 2º sem. 2011.

DECLARAÇÃO do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo das águas e das florestas. In: Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e da Floresta. 22 a 27 de agosto de ano. Brasília. Disponível em: <[http://www.reformaagrariaemdado.org.br/sites/default/files/Declara%C3%A7ao do Encontro Nacional Unitario 2012.pdf](http://www.reformaagrariaemdado.org.br/sites/default/files/Declara%C3%A7ao%20do%20Encontro%20Nacional%20Unitario%202012.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2018.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Desigualdade de gênero e participação política das mulheres**: a experiência do partido dos trabalhadores. 2000. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, v. x, n. 4, p. x-x, dez. 2011.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. (Org.). **Desafios do livre mercado para o feminismo**. São Paulo: SOF, 2005.

FERNANDES, Mariana Patrício. Mulheres que furam a onda: vozes dissonantes de um Brasil machista. In: BIANCHI, Álvaro; DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

FERREIRA, Thays; QUEIROZ, Laiza; MARONHAS, Maitê. **Prostituição**: por que seguimos ignorando o que elas estão nos dizendo. 2013. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/08/prostituicao-por-que-seguimos-ignorando-o-que-elas-estao-nos-dizendo/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. x, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRANCELINO, Sâmbara Paula. Repressão e criminalização das lutas sociais no Brasil em tempos de recrudescimento do conservadorismo. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 30-37, maio/ago. 2017.

_____; NICODEMOS, Sarah. Lutas sociais no Brasil contemporâneo: sobre conteúdo e formas classistas. In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlenia Sobral do; RODRIGUES JUNIOR, Natan. (Org.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. x, n. x, p. x-x, mai./ago. 2007.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo Editora, 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. x, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GODINHO, Tatau. Mulher na direção. **Teoria e debate**, São Paulo, v. x, n. x. p. 36-39, mai.1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GURGEL, Telma. **Questões de autonomia para a práxis do feminismo**. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/T/Telma_Gurgel_06.pdf>. Acesso em: 03 set. 2013.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

HARTMANN, Heidi. **Un matrimonio mal avenido**: hacia una unión mas progresiva entre marxismo e feminismo. Papers de La Fundación 88. Disponível em: <<http://www.fundaciocampalans.com/archivos/papers/88.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HIRATA, H. S. Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais. In: I ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO NO BRASIL, 1., 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: CIDA, 2000.

_____. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Tempo Social - Revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

_____. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafio para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

_____; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafio para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX-1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JARDIM, Danielle. Retratos da precarização: reflexões sobre o trabalho feminino no capitalismo contemporâneo. **Revista Feminista**, Cidade, v. x, n. 9, p. x-x, dez. 2011.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. **Revista Estudos Novos** 86, São Paulo, v. 29, n.1, p. 93-103, mar. 2010.

LAPA, Thais de Souza. **Veta Dilma: contra o estatuto do nascituro, pela vida das mulheres**. 5 de junho de 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/06/05/veta-dilma-contra-o-estatuto-do-nascituro-pela-vida-das-mulheres/comment-page-1/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

LENIN, Vladimir I. A contribuição da mulher na construção do socialismo. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. I.; ZETKIN, Clara; TROTSKY, Leon. **A mulher e a luta pelo socialismo**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

_____. O poder soviético e a situação da mulher. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. I.; ZETKIN, Clara; TROTSKY, Leon. **A mulher e a luta pelo socialismo**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

_____. As operárias. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. I.; ZETKIN, Clara; TROTSKY, Leon. **A mulher e a luta pelo socialismo**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

LIRA, Davi. **Bandeira de Dilma, programa de creches tem falhas e desperdício recursos, diz TCU**. 2014. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho/bandeira-de-dilma-programa-de-creches-tem-falhas-e-desperdicio-recursos-diz-tcu/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 46-60, maio/ago. 2017.

LOPES, Lorena da Silva; AZEVEDO, Renata Custódio de; FROTA, Maria Helena de. “Há mais mulheres pobres que homens pobres?” Reflexões sobre pobreza e gênero na América Latina. **O público e o privado**, Fortaleza, s/v, n. 8, p. 33-48, jul./dez. 2006.

LÖWY, Michael. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. **Revista Lutas sociais**. São Paulo, n. 19-20, p. 32-38, 2008.

_____. Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, s/v, n.38, p. 61-69, 2014. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo310artigo4.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nelio Shneider, Ivo Tonet, Ronaldo V. Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACÁRIO, Epitácio; RODRIGUES JUNIOR; SILVA, Reginaldo de Aguiar. Trabalho e questão social no Brasil contemporâneo: para uma crítica ao neodesenvolvimentismo. In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlenias Sobral do; RODRIGUES JUNIOR, Natan. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2016.

MARCELINO, Maria Fernanda; MOREIRA, Sarah Luiza. **Movimento feminista e o aborto na América Latina**: a soberania do corpo das mulheres frente o capitalismo. Nossas impressões. 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/01/28/movimento-feminista-e-o-aborto-na-america-latina-a-soberania-do-corpo-das-mulheres-frente-o-capitalismo-nossas-impressoes/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. **Semana de ação pelo fim da prostituição, em defesa do direito das mulheres**. 4 de junho de 2014. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/06/04/semana-de-acao-pelo-fim-da-prostituicao-em-defesa-do-direito-das-mulheres/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. **Violência contra as mulheres**: Já basta! 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/11/25/violencia-contra-as-mulheres-ja-basta/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MARCHA MUNDIAL DE MULHERES. **Circular**. Maio de 2018. Disponível em: <<https://mmm-rs.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MARIANO, Silvana A.; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa-família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-908, set./dez. 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

_____. O capital: crítica da economia política – livro I. Tradução Reginaldo Sant’Anna. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: BIANCHI, Álvaro; DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane Martins. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política sexual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 463-484, 1999.

MEDONÇA, Débora. **A prostituição sob o olhar do feminismo que transforma**. 12 de abril de 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/12/a-prostituicao-sob-o-olhar-do-feminismo-que-transforma/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

MENDONÇA, Maria Eloísa. Os efeitos perversos da precarização no mundo do trabalho feminino. **Revista Feminista**, São Paulo, ano III, n. 9, p. x-x, dez. 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIOTO, Regina Célia T. Família e políticas sociais. In: BOSQUETTI, Ivanete et al (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/09/pela-vida-das-mulheres-e-necessario.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/11/aborto-enquanto-midia-sensacionaliza-as.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/11/aborto-enquanto-midia-sensacionaliza-as.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2015/09/mulheres-trabalhadoras-contra-dilma.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/11/25-de-novembro-vamos-as-ruas-denunciar.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. Disponível em: <<http://mulheresemluta.blogspot.com.br/2014/11/25-de-novembro-vamos-as-ruas-denunciar.html>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Mulheres em movimento**: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política. São Paulo: Nobel, 1985.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

ORR, Judith. Marxismo e Feminismo hoje. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.132-143, 2º sem. 2011.

PARADIS, Clarisse; CARRAU, Natalia e BARRETO, Viviana. A resistência feminista contra o livre comércio: a luta das mulheres pela autonomia sobre o corpo, trabalho e território. In: FARIA, Nalu e MORENO, Renata. **Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!** São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista e Marcha Mundial das Mulheres, 2017.

PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, C. de L.; SCHMIDT, S. P. (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

PORTAL R7 NOTÍCIAS. **A cada 12 segundos uma mulher sofre violência no Brasil, informa Secretaria de Políticas para Mulheres**. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/a-cada-12-segundos-uma-mulher-sofre-violencia-no-brasil-informa-secretaria-de-politicas-para-mulheres-02082013>. Acesso em: 01 jul. 2014.

POULIN, R. Quinze teses sobre o capitalismo e o sistema mundial de prostituição. In: FARIA, N.; POULIN, R. (Org.). **Desafios do livre mercado para o feminismo**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2005.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidades no Brasil. **Cadernos AEL**, São Paulo, v. x, n. 3-4, p. 11-43, 1995/1996. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-aelpublicacoes/cadcad-3/Artigo-1-p11.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2012.

REPÓRTER BRASIL. Tráfico de pessoas, mercado de gente. 2012. Disponível em: http://www.escravonempensar.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/cartilha_trafico_spread_WEB.pdf. Acesso em: 01 jul. 2014.

REZENDE, Constança. **Dilma faz 33% das creches prometidas**. 12 de dezembro de 2015. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho_/dilma-faz-33-das-creches-prometidas/. Acesso em: 29 mar. 2018.

RIBEIRO, JÉSSICA MARTINS. **A realidade das mulheres no mercado de trabalho brasileiro**. 7 de Novembro de 2012. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2012/11/07/a-realidade-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-brasileiro/>. Acesso em: 29 mar. 2018

ROCHA, Bruna. **Legalizar o aborto no Brasil pelo combate ao genocídio da população negra**. 2013. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/25/legalizar-o-aborto-no-brasil-pelo-combate-ao-genocidio-da-populacao-negra/>. Acesso em: 29 mar. 2018

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa-Família. In: BOSQUETTI, Ivanete et al (Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Rafaela. **A PEC das trabalhadoras domésticas**. 3 de abril de 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2013/04/03/a-pec-das-trabalhadoras-domesticas/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Luan; SOTERO, Anderson; CASTRO, Juliana Castro; HERDY, Thiago Herdy. **Por dia, 200 ações dão entrada na Justiça por vaga em creches públicas**. 2013. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/site-antigo/mulheres-de-olho-antigo/25122013-por-dia-200-acoes-dao-entrada-na-justica-por-vaga-em-creches-publicas/>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-20, maio/ago. 2017.

_____. Questões e desafios da luta por direitos. In Revista Inscrita n. 10. Brasília, Ed. CFESS, 2007.

_____; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010.

SARDENBERG, Cecília; ALCÂNTARA, Alice. Feminismo, feministas e movimentos sociais. Recife: Coordenadoria de Estudos da Mulher. Fundação Joaquim Nabuco. Instituto de Pesquisas Sociais, 1995.

SARTI, Cynthia A. Feminismos e contexto: lições do caso brasileiro. In: **Cadernos Pagu**, n. 16, 2001.

SILVA, Carmem S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (Org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos?. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. x, n. especial, p. 11-24, 1994. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/16089-49504-1-PB.PDF>> Acesso em: 18 dez. 2012.

SOUSA-LOBO, Elisabete. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUSA, Roberta Menezes; SOUSA, Mariana Aguiar. O pensamento clássico socialista sobre a condição da mulher: articulação da luta pela libertação das mulheres com a luta pela transformação societária. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. (Org.). **Serviço Social: uma profissão, distintos olhares.** 1. ed. Fortaleza: Eduece, 2017.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSQUETTI, Ivanete et al (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2009.

TENORIO, Emilly Marques. O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 61-74, maio/ago. 2017.

TOLEDO, Cecília. **A mulher e a luta pelo socialismo.** In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. I.; ZETKIN, Clara; TROTSKY, Leon. **A mulher e a luta pelo socialismo.** 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

TROTSKY, Leon. **A Proteção das mães e a luta pela elevação do nível cultural.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1925/12/07.htm>>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. **Carta a uma reunião de trabalhadoras em Moscou.** In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. I.; ZETKIN, Clara; TROTSKY, Leon. **A mulher e a luta pelo socialismo.** 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

_____. Para construir o socialismo é preciso emancipar a mulher e proteger a maternidade. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. I.; ZETKIN, Clara; TROTSKY, Leon. **A mulher e a luta pelo socialismo.** 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2014. p. x-x.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressão da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, Brasília, v. x, n. 3, p. x-x, 2001.

_____. Serviço social e pobreza. **Revista Katál**, Florianópolis v. 13, n. 2, p. 153-154, jul./dez. 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

WOOD, Ellen Meikins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

ZETKIN, Clara. Somente em conjunção com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, V. I.; ZETKIN, Clara; TROTSKY, Leon. **A mulher e a luta pelo socialismo.** 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2014.